



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Violência, Honra e Fé : Análise da cavalaria como elemento da cultura política  
na corte de D. Duarte (Portugal - século XV).

JOSÉ MARCOS FLOR SILVA DE ARAUJO

Brasília

2024

JOSÉ MARCOS FLOR SILVA DE ARAUJO

Violência, Honra e Fé : Análise da cavalaria como elemento da cultura política na corte de D.  
Duarte (Portugal - século XV).

Dissertação de mestrado apresentada ao  
Programa de Pós-Graduação em História da  
Universidade de Brasília como requisito  
parcial obrigatório para obtenção do grau de  
mestre em História.

Linha de Pesquisa: Política, Instituições e  
Relações de poder.

Orientador: Prof. Dr. Leandro Duarte Rust

Brasília

2024

## **Dedicatória**

Uma pesquisa em História é envolta de diversos desafios que atingem todos os âmbitos da vida. Se pude contar com apoio de colegas, professores, amigos e instituições ao longo deste ciclo, nada foi tão fundamental como apoio daqueles que amo e estiveram comigo em todos os momentos.

Dedico esta dissertação aos meus pais, Rogério e Waner, que todos os dias da minha vida fornecem suporte e apoio emocional que não podem ser mensurados por palavras, mas que revitalizam meu espírito para vencer desafios e me motivam a ir mais longe.

## **Agradecimentos**

O processo de produção de uma pesquisa é composto por diversos momentos em que pude me desenvolver enquanto pesquisador, sejam os solitários de leitura e análise das fontes em que pude embarcar em uma jornada de autoconhecimento e aperfeiçoamento intelectual, mas também momentos coletivos em que pude contar com apoio de diversas pessoas e que contribuíram enquanto interlocutores deste trabalho e de minha formação intelectual.

Agradeço meu orientador Leandro Duarte Rust por conduzir com maestria e sabedoria essa missão singular. Sua contribuição foi fundamental para eu pudesse me desvencilhar e encontrar soluções para os entraves e armadilhas da pesquisa em História. Deixo aqui meu sincero obrigado, e também minha admiração pela sua ética, profissionalismo e dedicação que extrapolam a pesquisa, e que certamente carregarei comigo pelos demais caminhos da jornada acadêmica.

Gostaria de dedicar também um agradecimento às professoras Adriana Maria de Souza Zierer e Maria Filomena Coelho, pela preciosa contribuição dada por ocasião do exame de qualificação, e que se tornou parte essencial da construção deste trabalho.

Assim como agradeço aos professores do PPGHIS-UnB, por todos os ensinamentos, apontamentos e contribuições intelectuais dentro e fora de sala de aula, cuja as diversas formações possibilitaram imergir no campo da História de maneira ampla.

Por fim agradeço aos colegas do programa, em especial, ao grupo *Medioevum* - UnB, nas diversas reuniões pude debater pontos de vista, compartilhar leituras, problemas e soluções que auxiliaram no meu amadurecimento intelectual e desenvolvimento deste trabalho.

**Resumo:**

Esta pesquisa analisa a construção de uma cultura política própria da cavalaria, que garante aos cavaleiros uma identidade única e diversos privilégios sociais. A cultura política é um conceito multifacetado e que apresenta diversos desafios, devido às múltiplas possibilidades que os agentes históricos possuem para mobilizar esse arcabouço político, de acordo com o contexto empregado, e a sua finalidade. Pensando nessas questões, o foco da análise será o discurso propagandístico da casa de Avis que agencia a identidade e os valores inerentes a cavalaria em prol da legitimação da casa, construindo os membros como os cavaleiros ideais portugueses, além de inspirar uma reformulação na nobreza frequentadora da corte. Serão utilizadas fontes de diversas tipologias como literatura, crónicas, manuais técnicos, a fim de abordar em maior número as possibilidades de uso da cultura política da cavalaria no contexto português do reinado de D. Duarte no século XV. Este trabalho busca possibilitar o uso e a abordagem da cultura política para contextos mais recuados no tempo, principalmente para a Idade Média.

**Palavras-chave:** Cavalaria, Cultura Política, Idade Média, D. Duarte, Portugal, Século XV.

**Abstract:**

This research analyzes the construction of a political culture specific to chivalry, which guarantees knights a single and diverse social privileges. Cultural policy is a multifaceted concept that presents several challenges, due to the multiple possibilities that historical agents have to mobilize this framework, according to the context used, and its specifically political nature. Thinking about these issues, the focus of the analysis will be the propagandistic discourse of the house of Avis, which promotes the identity and values inherent to chivalry in favor of the legitimization of the house, constructing the members as the ideal Portuguese knights, in addition to inspiring a reformulation in the nobility that attends it of the court. Sources of different types will be used, such as literature, chronicles, technical manuals, in order to address in greater numbers the possibility of using the political culture of chivalry in the Portuguese context of the reign of D. Duarte in the 15th century. This work seeks to enable the use and approach of political culture for contexts further back in time, mainly for the Middle Ages.

**Keywords:** Chivalry, Political Culture, Middle Ages, D. Duarte, Portugal, Fifteenth century.

## Sumário

|   |            |
|---|------------|
| <b>Introdução</b>                                       | <b>7</b>   |
| <b>Capítulo 1 - A Cavalaria</b>                         | <b>13</b>  |
| 1.1 - Cavalaria real re(construída) pela historiografia | 14         |
| 1.2 - As Cavalarias literárias e os modelos conceituais | 30         |
| <b>Capítulo 2 - A Cultura política</b>                  | <b>40</b>  |
| 2.1 - As bases filosóficas:                             | 43         |
| 2.2 - A Demanda do Santo Graal:                         | 52         |
| <b>Capítulo 3 - A Dinastia de Avis</b>                  | <b>73</b>  |
| 3.1 - Fim da dinastia de Borgonha e afirmação de Avis:  | 74         |
| 3.2 - Literatura como expressão da política avisina:    | 84         |
| <b>Considerações Finais</b>                             | <b>101</b> |
| <b>Referências bibliográficas</b>                       | <b>104</b> |

## Introdução

Este trabalho é fruto da dedicação solitária, mas produtiva, para compreender a literatura medieval, com foco nos romances de cavalaria escritos por volta do século XIII, e nas possibilidades de construção de uma historiografia dedicada a analisar aspectos políticos a partir de manifestações culturais. O ponto inicial é *A Demanda do Santo Graal*, texto escrito no século XIII, ao qual tivemos acesso a uma das diversas traduções. Apesar do aparente esgotamento da temática devido a centenas de trabalhos que utilizam a mesma fonte<sup>1</sup>, é possível a construção de novas análises a partir da conjugação entre diferentes correntes historiográficas e pesquisas que abordam escopos para além da Idade Média.

Os aspectos paralinguísticos da *Demanda do Santo Graal* são igualmente interessantes, assim como a narrativa apresentada nas páginas do livro. O texto original é datado do século XIII e não sobreviveu em sua integralidade ao desafio do tempo. Para termos acesso ao texto é necessário recorrer à cópia portuguesa do século XV, que se encontra no museu de Viena, redigida a mando do rei D. Duarte. Sem a ação ativa de D. Duarte para preservar o texto original, certamente não teríamos acesso à fantástica narrativa da *Demanda do Santo Graal*. As motivações do rei em buscar ativamente uma tradução de um texto literário impulsionam em um primeiro momento nossa pesquisa, e a busca por respostas nos levam a compreender o contexto político e social do reino e, caso seja possível, compreender o pensamento do rei.

Portugal no século XV era um reino que acabava de passar por uma mudança drástica no trono, com a troca de casas no poder. D. Duarte pertence à casa de Avis, fundada por seu pai, D. João I, e buscava naquele momento consolidar sua legitimidade ao trono, assim como planejava a expansão do reino pela África. O desenho do poderoso império ultramarino português começava a ser feito pela dinastia de Avis. Este momento de crise política e troca de casas é ideal para analisarmos a abertura do tecido social e a possibilidade de enxergarmos as lógicas sociais, compreendidas como diversas culturas políticas que disputam o espaço social, sendo reorganizadas pelos atores políticos.

---

<sup>1</sup> Em uma busca virtual pelos bancos de dados de domínio do governo federal brasileiro, temos 40 resultados para o termo “*A Demanda do Santo Graal*” no banco de teses e dissertações da CAPES, e 121 resultados para o mesmo termo na Biblioteca digital brasileira de teses e dissertações (BDTD). Podemos contabilizar outros trabalhos como Trabalhos de Conclusão de Curso, que utilizam a temática mas que fogem de banco de dados mais específicos, assim como artigos acadêmicos que podem ser consultados a partir de plataformas de busca como Google Acadêmico, contabilizando mais de 13 mil resultados para o mesmo termo. Somando-se a essa perspectiva e projeção do estudo podem ser contabilizadas outras produções nacionais e internacionais que podem ser indexadas a partir de termos como “Rei Artur”, “Galaaz ou Galahad”, entre outros cavaleiros que surgem na *Demanda do Santo Graal* e são estudados separadamente, mas que retomam alguns aspectos de trabalhos que utilizam o livro completo como fonte.

D. João I, de origem bastarda, não teria plenamente o direito ao trono português. Porém foram executados rearranjos políticos que viabilizaram a ascensão do mestre de Avis ao trono. Após longas discussões e inovações jurídicas e argumentativas, as cortes elegeram D. João como novo rei a partir de 1385. Em seguida, houve um rearranjo social em que a antiga nobreza, por não apoiar D. João, perdeu espaço para os cidadãos e para a nobreza secundogênita na disputa política, e percebeu que sua legitimidade ao trono não era absoluta. Com isso, empreendeu um grande esforço para atrair o apoio político das cortes em Portugal através da distribuição de benefícios para os nobres que o apoiaram na disputa sucessória.

D. Duarte, enquanto filho e sucessor, continuou com o esforço do pai pela legitimidade da casa, ampliada a partir da construção de uma propaganda política a todos os membros da casa de Avis. Dentre as estratégias empregadas estava a construção de textos literários e crônicas que exaltavam a imagem de D. João e seus descendentes como grandes heróis e cavaleiros. Essa construção de imagens idealizadas utilizava como modelo os cavaleiros da literatura, especificamente os que guiavam a narrativa d'A Demanda do Santo Graal. Na crônica de D. João há traços que o comparavam ao rei Artur, assim como uma exaltação de seu braço direito, Nuno Álvares Pereira, como uma espécie de cavaleiro perfeito, tal qual Galaaz.

O simples ato de mandar redigir uma cópia de um texto literário do século XIII possibilitou o acesso a uma estratégia que visava legitimação e sacralização de uma dinastia com modelos ideológicos perfeitos. Assim, o foco inicial deste trabalho era demonstrar que a escolha pelos cavaleiros da Távola Redonda como modelo ambicionava atrair para a casa de Avis a força simbólica que a cavalaria, enquanto instituição, conferia a todos os participantes, além da eloquência das grandes epopeias arturianas.

Retomando o impulso e as formulações hipotéticas iniciais, demonstrar as intenções e a mentalidade de um ator social é uma tarefa complexa de ser executada a partir dos registros que temos acesso nos dias atuais e, tratando-se de D. Duarte, apenas registros escritos. Logo, a primeira estratégia estabelecida nesta pesquisa foi a construção conceitual sobre os sentidos que a cavalaria representava na sociedade medieval e o alcance do modelo do cavaleiro medieval enquanto padrão de comportamento, para assim estabelecermos os valores e inspirações que a cavalaria poderia representar para D. Duarte e que são apreendidos nos registros escritos do *Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sella*, *Leal Conselheiro* e a tradução portuguesa d'A Demanda do Santo Graal.

Analisando a historiografia especializada sobre a temática, podemos estabelecer os autores de maior fôlego, como Georges Duby, que determinou os primeiros parâmetros para a cavalaria medieval e inspirou outros autores, como Jean Flori e Dominique Barthélemy. Conjuntamente, esses autores trouxeram uma robusta e sólida argumentação que construiu a cavalaria como uma força militar e um fenômeno político e social, demarcando enquanto próprio do centro europeu, perdurando enquanto importante atividade da nobreza entre os séculos XI e XIII; inspiram aos homens valores como honra, valorização da força física, desprezo à morte, virilidade, entre outras características que iremos explorar adiante. Os romances de cavalaria surgiram na historiografia como fenômenos sociais, inspirados pelos valores da cavalaria, que no século XIII forneceram refúgio a uma decrépita cavalaria já muito desgastada e inspiraram valores que rememoraram tempos gloriosos.

A visão da historiografia clássica é proveitosa em diversos aspectos, principalmente pela profundidade e qualidade das análises que esses autores estabeleceram, porém percebemos uma certa dificuldade em delimitar um conceito que expresse com exatidão o alcance da cavalaria nas sociedades medievais enquanto força política e social. Termos como instituição uma estrutura, ideologia, entre outros, próprias de uma historiografia marcada pelo marxismo, não nos pareceu suficiente e adequado justamente pela imprecisão destes termos e por estarem conectados intimamente com a modernidade e os estados nacionais. O segundo problema é a limitação do alcance cronológico e geográfico da cavalaria, que se restringe entre os séculos XI ao XIII na região central da Europa. Sabemos que D. Duarte é um ator social do século XV, e através da análise de sua escrita no *Livro da Ensinança* e o *Leal Conselheiro*, além da presença da narrativa da *Demanda do Santo Graal* na corte, podemos perceber indícios do interesse do monarca na cavalaria que indicam a presença desse fenômeno na sociedade portuguesa. Logo, as fontes apontam para uma discordância com a historiografia clássica e a necessidade de circunscrevermos a cavalaria e os romances de cavalaria enquanto fenômenos ativos na sociedade, irrestritos a uma única localidade e uma cronologia para além da percepção de decadência da cavalaria no século XIII.

Percebemos assim a necessidade do estabelecimento de uma conceituação que abarque a historiografia clássica e os parâmetros determinados para a cavalaria medieval, assim como possibilitar explicações analíticas para a presença da cavalaria em períodos posteriores ao século XIII. Inspirados pela renovação do campo da História política e pesquisas que conjugam conhecimentos históricos, sociológicos, antropológicos e políticos, a conceituação que melhor satisfaz os nossos anseios é a cultura política.

Demarcar a cavalaria como parte de uma cultura política medieval é uma tarefa de muitos riscos, pois o termo está conectado à História contemporânea e principalmente a todos os problemas e soluções que o termo Estado proporciona na historiografia. Assim como há a possibilidade de grandes recompensas, pois a cultura política conecta-se intimamente com a leitura dos indivíduos sobre a própria sociedade, considerando aspectos culturais e posicionamentos políticos; logo, é uma possibilidade de acesso à mentalidade de um determinado grupo de forma precisa.

Apoiados em autores como Serge Berstein, Rodrigo Patto de Sá Motta e Karina Kruschim, projetamos algumas possibilidades de deslocamento do termo cultura política para cronologias recuadas no tempo e que não necessariamente precisam considerar a presença de um Estado. Diferentemente de outros termos políticos e sociais, a cultura política se conecta intimamente com a identidade de determinados grupos sociais que inspiram projetos políticos de acordo com seu contexto. As possibilidades de deslocamento e utilização do termo cultura política não são irrestritas, por isso, procuramos respeitar as bases conceituais do termo e observar as particularidades de cada grupo de acordo com a sua cronologia. Ampliando nossa análise inicial, buscaremos também demarcar os valores e projetos inspirados pelo grupo político de D. Duarte, assim como os fenômenos sociais próprios do século XV português, que constituem uma cultura política particular à corte e se apoia na cavalaria, e quais as leituras possíveis que essa cultura política da corte do monarca inspira sobre a sociedade portuguesa.

Pela singularidade do trabalho e os diversos riscos de uma pesquisa de conceituação política, não encontramos correspondentes claros na historiografia a que tivemos acesso, principalmente a historiografia brasileira. A função desta pesquisa reside em construir intelectualmente, a partir de diversos autores de diferentes áreas, uma proposta de análise da corte de D. Duarte e sua mentalidade, para assim inspirar pesquisas futuras que busquem o aprofundamento teórico e a explorar a potencialidade que o conceito de cultura política pode proporcionar para a historiografia medieval.

Esta dissertação subdivide-se em três momentos. O primeiro, de análise sobre a construção da cavalaria e do cavaleiro a partir de contribuições historiográficas, que visa a precisão e a factualidade, comparando-o ao cavaleiro literário que é construído pela literatura fantástica e que inspira paixões. O primeiro capítulo é fundamental para compreendermos quais os símbolos são construídos em torno da cavalaria e do cavaleiro e são almejados pela

casa de Avis. Assim como um panorama geral sobre os limites e possibilidades dessa temática dentro da historiografia clássica.

Em seguida, partiremos para o segundo momento, concentrando nossa atenção em uma análise conceitual. Buscaremos habilitar o uso do termo “cultura política” para o período medieval, observando as lógicas e símbolos próprios da cavalaria que constituem uma identidade própria deste grupo. Apesar de arriscado esse movimento, devido a separação cronológica entre o conceito e o período analisado, a cultura política apresenta-se como bastante operacional para explicarmos a força da cavalaria no mundo medieval, o que não se resume a um grupo de homens montados a cavalo. A cavalaria também é constituída por uma série de características que se conectam intimamente com a identidade individual dos participantes conferidas pelo grupo, assim como privilégios e possibilidades de participação no meio político que são próprias da cavalaria e almejadas pela casa de Avis.

Por fim, retornaremos a Portugal para análise completa sobre o panorama histórico, político e social necessários para a compreensão da ascensão e as estratégias de consolidação da casa de Avis no trono. A literatura é parte fundamental da propaganda de Avis, pois além da característica lúdica, expressa as paixões e potencializa os símbolos inerentes à cavalaria por meio de cavaleiros idealizados. Analisando a estratégia de Avis, podemos notar que não se limita somente à construção idealizada dos membros da casa, tampouco ao controle da memória por meio das crônicas patrocinadas, é também uma estratégia de reformulação da corte e da nobreza participante para atrair aos partidários de Avis o prestígio que os cavaleiros dispunham.

Optamos pela metodologia tradicional da análise do discurso, apoiada amplamente pela historiografia, assim como outros estudos que se ocuparam dos mesmos documentos. Buscaremos selecionar trechos que constroem objetivamente as principais características interconectadas com a cavalaria e o cavaleiro medieval, enfocando nos sentidos da honra enquanto atributo próprio da classe dos cavaleiros, na importância da fé católica aos guerreiros, e quais os sentidos e objetivos almejados pela denúncia da violência que surge em momentos específicos nas fontes. Analisaremos as fontes *Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sella*, *Leal Conselheiro*, *Livro da Ordem de Cavalaria* e *A Demanda do Santo Graal*; não sendo possível a indicação prevalência em grau de importância analítica a uma fonte específica, pois todas contribuem para a construção dessa análise, assim como a construção da cultura política conectada com a cavalaria medieval.

A cavalaria medieval é, inegavelmente, uma força no imaginário medieval e perdura ao longo dos séculos, alcançando a contemporaneidade através de filmes, séries, históricas literárias etc., inspirando valores como honra, fama, habilidade, pureza de coração, lealdade, entre outras. E enquanto parte de uma cultura política, transcende as atribuições militares, e seus símbolos possuem a incrível capacidade de adaptação e reutilização em diversos momentos, demonstrando que a principal força dos guerreiros não se restringe ao portar e manejar uma espada, mas em confrontar o tempo e sobreviver com a mesma força e eloquência.

## Capítulo 1

### A Cavalaria: Modelo cultural e político

Os cavaleiros medievais como conhecemos, representados em filmes, séries, entre outros meios de entretenimento, geralmente são homens carismáticos, que exercem uma atração moral magnética e tomam o protagonismo devido a sua enorme nobreza e pureza de coração. Mas podem assumir o antagonismo quando representados como guerreiros sanguinários que vivem apenas para a busca de riquezas e poder. Em grande parte, são apenas representações construídas durante a modernidade e não possuem compromisso com a representação real dos cavaleiros, fidedigna com a História Medieval.

Esse fenômeno foi percebido por diversos historiadores, e pode ser sintetizado a partir das reflexões de Tommaso di Carpegna Falconieri no livro *The Militant Middle Ages: Contemporary politics between new barbarians and modern crusaders*. Nesta obra, o autor procura explorar as apropriações contemporâneas sobre o período medieval:

Há cinquenta anos que a Idade Média pode ser encontrada em todo o lado. Atribui-se-lhe um significado negativo, na medida em que é uma metáfora intuitiva para uma civilização prestes a ruir, ou positivo, buscando respostas nos exemplos do passado, sejam eles druidas, cavaleiros ou valentes lombardos.<sup>2</sup>

As duas possibilidades de compreensão sobre a Idade Média coexistem no discurso histórico, como possibilidades de análise sobre o mesmo período, sendo sua forma final assumida somente a partir da ação ativa do indivíduo em instrumentalizar o conceito em um determinado discurso de acordo com suas convicções políticas e sociais. Essa percepção dual é refletida para além da cronologia. De forma panorâmica sobre a Idade Média, todas as referências do período medieval, como cavaleiros, damas, reis e castelos, possuem essa construção dual<sup>3</sup>.

Tal dualidade dos referenciais medievais são construtos mentais, coletivos ou individuais, e utilizam modelos estereotipados, sendo a História apenas um acessório de convalidação de uma determinada perspectiva. É interessante percebermos que a dualidade de

---

<sup>2</sup> DI CARPEGNA FALCONIERI, Tommaso. **The Militant Middle Ages: Contemporary Politics between New Barbarians and Modern Crusaders**. Leiden: Brill, 2019. p., 10. Tradução livre nossa: “For fifty years now, the Middle Ages can be found everywhere. A negative meaning is attributed to it, in so far as it is an intuitive metaphor for a civilization about to collapse, or positive, seeking answers in the exempla of the past, be they druids, knights or valiant Lombards”.

<sup>3</sup> Ibid., p. 7.

conceitos, mesmo que antagônicos, pode coabitar em um mesmo discurso, tendo em vista que não há uma relação de anulação entre os conceitos<sup>4</sup>.

Sem sombra de dúvida, esse renascimento do período medieval não é um fenômeno exclusivamente contemporâneo, e sim um eco que se inicia no século XIX com as decepções ocasionadas pela modernidade, em que a Europa procura, no período medieval, um resgate identitário e cultural. Porém, na contemporaneidade há um agenciamento da identidade medieval para fins políticos<sup>5</sup> em que são resgatados modelos medievais, principalmente os que remetem à magia ou ao misticismo, como a salvação ou a solução do sistema político deprimido.

Há um grande interesse pelo medieval nos dias atuais, sendo um fenômeno catapultado pela cultura literária e cinematográfica, em que são difundidos modelos com características supostamente medievais, mas com elementos ideológicos idealizados e que são construídos como respostas aos desafios de um mundo globalizado. O destaque certamente são os cavaleiros templários e a busca pelo Graal, que constantemente estão presentes em movimentos políticos da Europa e também do Brasil, apesar do país não pertencer ao cânone da história medieval. Contemporaneamente, há diversos deslocamentos de sentidos e símbolos medievais, ao passo que se torna complexa a tarefa de uma representação factível do cavaleiro medieval que não penda ao estereótipo.

Concordamos com Falconieri ao afirmar que os modelos contemporâneos apoiam-se em uma realidade idealizada da Idade Média construída após o século XIX. Porém, não podemos deixar de observar a presença de elementos medievais nestes modelos, que remetem ao contexto histórico de sua produção. O que buscamos é um resgate das características do cavaleiro enquanto modelo político medieval que segue lógicas próprias no momento de sua construção, e os principais elementos que se associam com este modelo. Não estamos argumentando em prol de uma pureza da Idade Média, procuramos analisar a construção consciente de tal modelo na época medieval, especificamente o cavaleiro construído até o limite historiográfico do século XIII e como este é reaproveitado pela cultura política da corte de D. Duarte no século XV, para assim dimensionarmos a força simbólica e política que o modelo do cavaleiro possui ao longo do tempo.

### **1.1 - Cavalaria real re(construída) pela historiografia**

---

<sup>4</sup> Ibid., p. 8.

<sup>5</sup> Ibid., p. 71.

Reconstruindo a história da cavalaria a partir da historiografia, temos influentes trabalhos de Georges Duby, como *As Três Ordens ou Imaginário do Feudalismo*. Para o autor, o surgimento da cavalaria acompanha a mudança feudal proporcionada pelo ano 1000, além de uma série de mudanças sociais ocasionada na França e no centro da Europa. A cavalaria surge no momento em que se descreve o cavaleiro como parte integrante da sociedade e participante dos jogos políticos, não sendo circunscrito apenas como um possível nobre ou apenas um guerreiro. O discurso de Duby aponta para o debate sobre a relação e dependência da existência de sujeitos a partir da linguagem. Os conceitos trazem os indivíduos para a existência, sendo impossível a percepção de sujeitos na sociedade sem um conjunto de conceitos e vocabulários associados que atribuem características aos indivíduos<sup>6</sup>. O cavaleiro só pode existir na documentação a partir do momento em que é descrito por meio de um vocábulo específico, e para Duby é o termo *miles*:

Entretanto, em França, de onde irradiavam os valores da cavalaria, esta conseguiu, a partir de então, reduzir consideravelmente as distâncias e reunir, num só corpo, a classe laica dominante. Tomo justamente o exemplo dessa região que fica entre o reino e a área da cultura teutónica: a Lorena, a Lorena românica, do lado de cá da fronteira linguística, a região de Adalberão e de Gerardo. O vocabulário das cartas permite pôr dois marcos na cronologia de uma evolução muito fluida: a partir de 1025, a palavra *miles* entrara lentamente em uso para separar, dos outros homens, os membros de um grupo social (enquanto que, na Lorena de língua alemã, esse mesmo termo somente penetrou depois de 1170 e apenas se impôs verdadeiramente após 1200). Passado o ano de 1175, *miles* é um título que regularmente antecede o patronímio de todos os cavaleiros; e habitualmente junta-se-lhe um outro título: *dominus*, “*messire*”<sup>7</sup>.

*Miles* concatena as noções de feudalidade, senhor dono das terras e prática militar com o cavalo, e por isso descreve de maneira precisa o cavaleiro próximo ao que conhecemos. Há um marco temporal do século XI, e Duby também faz um marco geográfico, salientando que nos territórios franceses, primeiro empregaram a palavra para designar os cavaleiros com o sentido próximo ao que conhecemos. Para o autor, ser cavaleiro é, além de estar montado em um cavalo com armas e armadura, representar um microcosmo que mobiliza diversos sentidos e conceitos que são elementos essenciais para a demarcação da cavalaria. O cavaleiro torna-se um modelo cultural, e por meio das lógicas de cavalaria é possível que historiadores acessem o cotidiano medieval modulado para a nobreza guerreira.

---

<sup>6</sup> Esse debate acompanha as diversas fases e gerações influenciados pelo *Linguistic Turn*, sendo sistematizado de maneira resumida por Judith Butler em “Discurso de Ódio”. Mesmo sem uma indicação clara de Duby de suas fontes e influências, há de se reconhecer as proximidades entre as lógicas argumentativas.

<sup>7</sup> DUBY, Georges. *As três ordens ou o imaginário do feudalismo*. Tradução portuguesa. Lisboa: Estampa, 1982., p. 316.

Estas modificações do vocabulário jurídico significam duas coisas: por um lado, que oficialmente se reconhece na sociedade uma superioridade não ligada à especialização militar mas ao nascimento, quer dizer a formação de uma casta hereditária, a definição jurídica de uma nobreza. Por outro lado, distingue-se no seio desta casta um corpo mais restrito de que fazem parte os varões adultos, mas só os cavaleiros, revestidos de uma dignidade da autoridade senhorial, que a palavra “messire” evoca.<sup>8</sup>

As mudanças repentinas no vocabulário acompanham as mudanças sociais, e com isso, para o surgimento da cavalaria é formulada a teoria do mutacionismo feudal. Essa teoria é sustentada tanto por Duby quanto por Jacques Le Goff, dentre outros historiadores, e sustenta principalmente a lógica de uma ruptura entre a Antiguidade e a medievo, em que surgem novas instituições, lógicas de organização social, mudanças de vocabulários etc.

O principal elemento desta teoria é uma lógica de enfraquecimento da autoridade concentrada em um único representante devido à ausência de um imperador, tal qual Carlos Magno. Assim, há pela Europa uma pulverização do poder, e a autoridade, seja sobre terras, seja sobre riquezas ou homens, passa a ser cobiçada por diferentes senhores locais<sup>9</sup>. Tal cobiça atixa nos guerreiros uma sede por tesouros, e assim há um surgimento exponencial de guerras entre príncipes no interior da Europa. Não somente o poder foi pulverizado, mas também os serviços da Igreja, em que cada feudo haveria uma igreja privada. A anarquia feudal é estabelecida devido à inexistência de um poder central, cabendo a cada senhor estabelecer as próprias regras, sejam jurídicas ou religiosas.

Georges Duby formula para a cavalaria algumas bases rígidas que são reproduzidas por historiadores posteriores, aglutinados em uma espécie de consenso na historiografia, que percebe o surgimento da cavalaria ligada ao ano mil e às diversas transformações no mundo europeu após o fim do Império Carolíngio e feudalização da Europa. Jean Flori concorda com essa visão sobre a origem da cavalaria após a chamada revolução feudal, e que foram de maior profundidade no território da França, e expande a complexidade da cavalaria demonstrando outros elementos que se conectam com a sua origem:

Ela, de fato, possui elos estreitos com a vassalagem que se instaura, certamente, desde antes do desaparecimento do Império Romano do Ocidente; mas, também com o declínio da autoridade dos reis, depois dos condes, decorrente da desintegração do Império Carolíngio, com a formação das castelanas que marcam o início da chamada época feudal; **com**

---

<sup>8</sup> Ibid. p. 321.

<sup>9</sup> DUBY, Georges. **A sociedade cavaleiresca**; Trad. Antônio de Pádua Danesi - São Paulo: Martins Fontes, 1989., p. 39.

**tentativas da Igreja de inculcar nesses guerreiros uma ética ou, ao menos, regras de conduta que limitasse a violência e seus efeitos sobre as populações desarmadas; e com alguns outros fenômenos da sociedade[...]** Ora, a maioria desses elementos quase não aparece antes do ano 1000. Não é, portanto, sábio falar de cavalaria antes dessa data.<sup>10</sup>

Mesmo que se reconheçam traços semelhantes entre as práticas da cavalaria e a Antiguidade e o mundo feudal, para o autor, são apenas traços e não absorvem por completo a experiência da cavalaria no tempo. As afirmações de Flori demonstram que há importantes aspectos históricos que se associam com a formação da cavalaria, principalmente as relações com a Igreja e a busca pelo controle da violência guerreira após o século XI. A violência é uma temática recorrente na historiografia sobre a cavalaria, e por isso será explorada posteriormente em nosso trabalho. Cabe destacar a especificidade sobre a cavalaria como um grupo que experienciou acontecimentos históricos e sociológicos específicos e, por isso, formou sua identidade a partir das intensas transformações em uma região específica. A especificidade da cavalaria atenta também às suas atividades. Analisando aspectos estritamente militares, Flori demonstra que existiram diversas práticas equestres espalhadas pelo tempo e espaço, afinal, desde a Antiguidade as tribos das estepes utilizavam o cavalo como arma de guerra. Porém, sem os acontecimentos históricos e sociológicos associados ao conceito da cavalaria medieval, constituem apenas um grupo de guerreiros montados em cavalos<sup>11</sup>.

Discordando de algumas afirmações acima, Dominique Barthélemy constrói uma pesquisa de grande fôlego sobre a cavalaria, evidenciando a continuidade das práticas militares e sociais nas lógicas guerreiras, e diminuindo assim o impacto das rupturas causadas pelo ano 1000. Enquanto prática militar, a cavalaria surge com os povos habitantes da Gália e da Germânia na Antiguidade, e vai se aperfeiçoando à medida em que desenvolvem técnicas de combate e de forja de armas e armaduras<sup>12</sup>. Com a formação do Império Carolíngio, por volta dos séculos VIII e IX, a cavalaria toma o local de protagonismo devido à superioridade das tropas montadas, o que garantiu a expansão das fronteiras do império de Carlos Magno.

Analisando a historiografia militar, alguns pesquisadores contestam essa perspectiva da superioridade carolíngia estar assegurada pelos homens montados em cavalos. O primeiro argumento é a quantidade de tropas montadas à disposição do imperador franco inferiores à infantaria. Outros argumentos importantes são a falta de equipamentos apropriados e de um

---

<sup>10</sup> FLORI, Jean. **A cavalaria**: a origem dos nobres guerreiros da Idade Média. São Paulo: Madras, 2005., p. 12

<sup>11</sup> Ibid. Op. Cit., p. 23.

<sup>12</sup> BARTHÉLEMY, Dominique. **A cavalaria. Da Germânia antiga à França do século XII**. Trad. Néri de Barros Almeida e Carolina Gual da Silva -Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

bom cavalo de guerra, e os altos custos dos equipamentos. Dentro dessa perspectiva de contestação, a cavalaria carolíngia poderia garantir certa vantagem no campo de batalha em momentos específicos, porém a efetivação da vitória viria pela infantaria<sup>13</sup>. A difusão da prática da cavalaria estaria limitada a um pequeno grupo, sendo assim, é incoerente pensarmos que em uma guerra, os carolíngios teriam enorme vantagem devido ao seu pequeno número de cavaleiros<sup>14</sup>. Barthelemy reconhece que nem todos os homens poderiam participar dessa atividade militar pois, para manter o equipamento e a sobrevivência durante o treinamento, era necessário algumas posses e rendas:

No século IX, nota Jean-Pierre Devroey, para cada 12 homens do campo, um privilegiado pode ser cavaleiro ou monge graças ao trabalho dos outros. Num capitulário de 792, servir a cavalo e com couraça é reputado como possível ao possuidor de 12 mansos, enquanto quatro mansos podem prover um infante - quatro mansos é a exploração camponesa ideal, a que se imagina necessária para sustentar um padre de paróquia<sup>15</sup>.

Os custos indicam uma barreira para constituir uma cavalaria ampla, uma vez que, mesmo tratando-se de uma atividade militar a serviço de um reino, todas as despesas eram de responsabilidade do cavaleiro. Sendo assim, a principal motivação para utilizar um cavalo em campo de batalha pode ser sistematizada nas palavras da historiadora Ana Laura Martins:

Note-se que a participação a cavalo nas hostes francas pressupunha a posse de riqueza, dados os custos do equipamento e dos animais (e respetiva manutenção). Desta forma, apresentar-se montado era uma demonstração clara de opulência e de estatuto social. Não obstante, não era estranho os combatentes a cavalo desmontarem no momento da batalha por variadas razões, como o terreno ou as características da formação adversária.<sup>16</sup>

Em consideração aos argumentos apresentados, podemos perceber que no contexto militar de ampliação do império de Carlos Magno, a cavalaria não representava uma força em larga escala. Essa perspectiva não afasta aspectos originários dos povos da Antiguidade e da Alta Idade Média, representativos da cavalaria como “os valores guerreiros que lhe eram associados: o culto do cavalo e da espada, a veneração da força física, da coragem e o menosprezo à morte <sup>17</sup>[...]”. A cavalaria no período da Alta Idade Média é, principalmente,

---

<sup>13</sup> MARTINS, Ana Laura de Oliveira Duarte. **Organização militar carolíngia. O exercício da guerra ao tempo de Carlos Magno (768-814)**. Dissertação de Mestrado. Universidade de Coimbra. 2019., p. 3.

<sup>14</sup> Ibid., p. 4.

<sup>15</sup> BARTHELEMY, Op. Cit., p.97.

<sup>16</sup> MARTINS, Ana Laura. Op. Cit., - p 3.

<sup>17</sup> FLORI, Op. Cit., p. 12.

um fenômeno sociológico<sup>18</sup>, e representava mais atos performáticos e de espetáculo do que uma força militar crucial no campo de batalha. Compreendemos que esses aspectos permanecem no tempo e constituem o elo entre os guerreiros carolíngios e os cavaleiros clássicos oriundos de obras do século XIII.

Barthelemy continua desenvolvendo sua argumentação divergente e demonstra que as rupturas e a anarquia feudal possuem um alcance menor do que o empregado na historiografia de Duby. O surgimento repentino do termo *miles* é apenas uma mudança de vocabulário, em que *miles* inicialmente seria empregado apenas como sinônimo e aos poucos substitui o vocábulo *vassus* (vassalo)<sup>19</sup>. Para o autor, as estruturas romanas e carolíngias estariam preservadas na documentação apenas com uma nova roupagem: o cavaleiro era apenas um nobre que andava a cavalo, diminuindo, assim, a profundidade de uma ruptura social e política após o ano 1000. Ainda na perspectiva explorada por Barthélemy, a violência e a anarquia feudal não surgiram simplesmente do desaparecimento do imperador e do abrandamento dos costumes, foi uma prática herdada da Antiguidade que é potencializada com a presença da cavalaria, à medida em que esta última foi organizada como instituição<sup>20</sup>. A existência de um poder central não limita as práticas da Antiguidade, os costumes estariam preservados e atendidos pelo imperador.

Flori recua em seu posicionamento, adotando uma postura intermediária, defendendo que há uma relação semântica de emprego, como sinônimos, dos termos *miles* e *nobiles*, refletindo que há uma mudança na percepção da sociedade à noção de cavaleiro unido aos entendimentos sobre a nobreza e a hierarquia feudal, e a todas as demais lógicas institucionais construídas após o ano 1000. Mas também reconhece que há heranças da Antiguidade e que progressivamente surgem as mudanças na sociedade, mas com a manutenção das estruturas previamente dispostas<sup>21</sup>. Os *milites* estão presentes na sociedade como braços armados de grandes senhores, e à medida em que adquirem prestígio social, com o advento das mudanças do ano 1000, é revelado o *miles* como integrante de uma classe nova, os cavaleiros.

Em todas as teorias, há uma preocupação em demonstrar que de fato há uma associação entre a nobreza e a cavalaria. O nobre está associado à riqueza material e controle sobre uma determinada região, sendo aquele que detém o poder e pode utilizá-lo da maneira mais conveniente, possuindo privilégios em relação aos demais ocupantes de uma determinada sociedade. Para Duby, a nobreza está associada ao passado grandioso do império

---

<sup>18</sup> FOURACRE, Paul. *The Age of Charles Martel*. Routledge, 2016., p. 147

<sup>19</sup> BARTHELEMY. Op. Cit., p. 147.

<sup>20</sup> Ibid., p 18.

<sup>21</sup> Ibid., p. 15.

carolíngio, aqueles homens mais próximos de Carlos Magno, mas também à aproximação da força militar com a Igreja. Ser nobre significa também um serviço a Deus e de manutenção da paz, logo, não caberia atividade campesina, tampouco estar igualado aos demais homens<sup>22</sup>.

Nessa lógica, os cavaleiros aumentam seu prestígio social com a associação à Igreja e constituem uma casta superior na sociedade. Não há, nos autores analisados, uma indicação clara sobre a motivação dos cavaleiros em saquear. Acreditamos na soberba e avareza que tomaram conta dos corações dos cavaleiros, fomentando, assim, pela Europa, a cultura do saque aos bens da Igreja por guerreiros indômitos com sede de ouro, tendo em vista que eram os que não possuíam guarnição. Apesar do esforço de Barthélemy em diminuir o impacto dessa barbaridade feudal, argumentando ser uma continuação das práticas antigas da Europa de espoliação de bens, seja da Igreja ou dos laicos; para Flori é inegável que há um aumento nos relatos sobre a violência entre príncipes e a Igreja, e diante desse cenário, são elaboradas respostas por parte do corpo eclesiástico para assegurar um controle das atividades bélicas e uma moralização da guerra, como o conceito de guerra justa de Santo Agostinho, além de outras formulações sobre a paz e condenações sobre a atividade militar que surgem no mesmo período<sup>23</sup>.

O principal ponto de tensão estava sobre o domínio da terra e os constantes saques e disputas dentro dos territórios de usufruto do clero<sup>24</sup>. Para Duby, em *A Sociedade Cavaleiresca*, a Igreja procurou fomentar a lógica da “Paz de Deus”, limitando, assim, a atuação dos cavaleiros dentro dos territórios eclesiásticos. Alguns historiadores interpretaram essa formulação teórica da Igreja sobre a cavalaria como uma busca ativa do clero pelo controle da violência medieval diante da barbárie instaurada com a fragmentação do poder imperial. Porém, essa análise foi superada por não considerar a ação ativa do clero em necessitar de auxílio por meios violentos. Em um cenário de pulverização do poder e de feudalização da Europa, seria complexa uma atuação conjunta do clero, uma vez que existiam as Igrejas privadas no interior de cada feudo, influenciadas diretamente por cada senhor. Era necessária a busca por soluções com elementos possíveis do cotidiano, em que as diversas igrejas pudessem manter seus bens de acordo com as possibilidades de cada feudo.

O clero necessitava de apoio armado para a manutenção de seus bens, e com isso, buscou uma associação com a cavalaria, formulando sentidos de nobreza em servir como cavaleiro da Igreja, *Miles Christi*, e assim circunscreveu os guerreiros com um *status* de

<sup>22</sup> DUBY. Op. Cit., 1989., p. 15-16.

<sup>23</sup> FLORI, Jean. *Guerra Santa—Formação da ideia de cruzada no Ocidente cristão*. Campinas: Editora da Unicamp, 2013., p. 100.

<sup>24</sup> FLORI, Op. Cit., p 75 - 76.

superioridade social. A noção de *miles christi* garantiu não somente à Igreja um papel maior na participação política e organização interna, mas também aos guerreiros uma atividade com traços sacramentais<sup>25</sup>. A mesma atitude que guiou a lógica de sobrevivência da Igreja e de seus bens, criou parte do problema, já que os cavaleiros, imbuídos com lógicas de uma casta superior, reclamaram direitos sobre as terras da Igreja e promoveram massacres dos clérigos.

Flori argumenta:

[...] o objeto principal da paz de Deus não seria combater em si a guerra privada ou eventuais e supostos banditismos dos cavaleiros feudais, mas sim, como nos séculos anteriores, obrigar os laicos designados de tal forma a renunciar aos direitos que reivindicavam sobre as terras eclesiásticas das quais eles às vezes eram “protetores” ou antigos doadores, ou então sobre as terras que eles tinham tomado para garantir a defesa da região.<sup>26</sup>

A solução da Paz de Deus não se trata de uma ação global da Igreja de controlar a violência, e sim uma resposta que procura solucionar o problema no interior de cada feudo, cooptando senhores e cavaleiros como protetores da Igreja contra eles mesmos. De certo modo, essa análise de Flori concorda com a visão geral de Duby sobre a Paz de Deus em efetivamente controlar parte da atividade dos cavaleiros. Há também uma concordância entre os autores analisados quanto ao movimento dos clérigos para buscar a independência da Igreja e seus bens através da associação com a cavalaria, ao passo que a bravura indômita dos guerreiros, controlada pela Igreja, deveria ser canalizada para fora da Europa e, assim, nos diversos concílios cuja temática era a paz, discutia-se uma idealização da guerra santa<sup>27</sup>, uma ante sala das cruzadas<sup>28</sup>. Para que sejam feitas tais afirmações, há um embasamento robusto de documentos e uma análise sofisticada construída através de diversos outros textos. Como este trabalho não se ocupa de analisar a Paz de Deus e suas relações com as cruzadas, devemos retornar ao que está anexado à cavalaria pela historiografia: a bravura dos guerreiros e a sede por riquezas.

A posse da terra é o centro da vida medieval, pois em muitas negociações, a terra é o que garante o apoio político, e mesmo que seja um efeito colateral, o controle da violência não era o objetivo primário almejado pelo clero. Novamente Flori nos ajuda a esclarecer as ambições do clero, descrevendo uma multiplicação dos relatos e cultos a santos guerreiros<sup>29</sup>.

---

<sup>25</sup> DUBY, Op. Cit., 1982. p. 333.

<sup>26</sup> FLORI, Jean. Op. Cit., 2013 p. 76.

<sup>27</sup> Ibid., p. 46.

<sup>28</sup> Ibid., p. 100.

<sup>29</sup> Ibid., p. 108.

A violência da cavalaria, quando empregada em favor da Igreja, era um ponto de exaltação, e por isso havia um estímulo a cultos e à memória de clérigos que morreram em combate, exaltados justamente por seus feitos em campo de batalha:

[...] Nas narrativas dos monges, oriundas de sua mentalidade religiosa, os santos padroeiros dos mosteiros assumiam em suas próprias mãos a proteção de seus domínios, bens e pessoal, tanto clérigos quanto laicos. Às vezes agiam com grande violência, em pessoa ou por intermédio de suas relíquias ou de suas estátuas, e suas intervenções contribuía também para a sacralização das ações violentas cometidas no interesse das Igrejas<sup>30</sup>

Os santos guerreiros eram também uma forma de exemplaridade estabelecida no imaginário medieval. Era louvado para um cavaleiro morrer defendendo os interesses da Igreja, tratava-se de uma exaltação da violência. A Igreja necessitava do auxílio dos cavaleiros, e assim construiu-se uma relação de dependência. Essa íntima relação da Igreja com a cavalaria foi alvo de diversas críticas por parte do corpo eclesiástico. Visando uma independência ao longo do século XI, criou-se um ambiente de reformas e mudanças estruturais do clero. Conhecidas como reformas gregorianas, as modificações foram de larga escala, desde sua organização hierárquica, métodos de controle, escopo de atuação dos clérigos, entre outras mudanças que buscavam atingir uma uniformização da atividade religiosa. Apesar das reformas não atingirem tais objetivos em sua totalidade, contribuíram para a construção do imaginário sobre a verdadeira organização social, a separação entre laicos e o clero. Para a cavalaria cria-se a teoria dos dois gládios, na qual o clero combate com armas espirituais e os cavaleiros combatem com armas reais. Toma-se o cuidado de hierarquizar os combates, sendo que o combate espiritual estaria acima do real, já que ele se encontra no plano do bem e do mal, no auxílio às tropas de Deus.

Está na lógica da reforma gregoriana reafirmar e acentuar o primado do combate espiritual, portanto do clero, e valorizar a conversão dos cavaleiros à vida religiosa. A ideia das duas milícias está, portanto, mais presente do que nunca; ela se alimenta do ambiente conflituoso da reforma e da cruzada, assim como da presença imaginada de demônios, para tornar verdadeiramente uma teoria dos dois combates.<sup>31</sup>

Barthelemy destaca também que as reformas da Igreja transportaram para a cavalaria o ideal do cristianismo primitivo. O exemplo dado pelos monges, de trabalho, penitência e

---

<sup>30</sup> Ibid., p. 108.

<sup>31</sup> BARTHELEMY, Op. Cit., p. 304.

oração era visto pelo papado como um modelo para todos os cristãos, ou seja, ser um bom cavaleiro requeria não só um bom domínio das técnicas militares, mas a prática frequente de orações do saltério. O incentivo à violência dado pelas narrativas dos santos, além dos constantes usos de objetos e práticas ligados à cavalaria e a atividade militar, é fundamental para compreendermos que não havia qualquer contradição entre cavalaria e Igreja, mesmo o cristianismo sendo de base pacifista.

Há um estreitamento dos laços por meio de outras estratégias, como a presença de clérigos nos ritos dos cavaleiros. Flori demonstra que até meados do século XI, a Igreja não possuía participação direta nos ritos de investidura dos cavaleiros. O que podemos observar é uma aproximação da Igreja nos ritos dos príncipes e vassalos, em que são inseridos elementos litúrgicos na sagração real a fim de evocar um auxílio divino nas obrigações de um rei, como: boa justiça, proteção da Igreja e dos indefesos, fidelidade à fé, entre outros que remetem a associação entre Igreja e a nobreza<sup>32</sup>. Porém, para a investidura de cavaleiros, não ocorria a presença do clero, tampouco a descrição de ritos de investidura em períodos anteriores ao século XII<sup>33</sup>. Barthelemy procura contestar essa lógica e analisa um representativo documento sobre investidura, o ritual de Cambrai de 1093. Segundo o autor, tratava-se um documento que descreve a investidura de um cavaleiro, sendo possível também observar a presença de elementos litúrgicos como aspersione de água benta sobre a lança e o estandarte do guerreiro<sup>34</sup>, entrega da espada e algumas orações direcionadas ao cavaleiro<sup>35</sup>. A lógica principal era confirmar o cavaleiro como vassalo da Igreja, e por isso deveria usar suas armas e força para a “defesa das Igrejas, viúvas, órfãos e todos os servidores de deus, contra a dureza de seus inimigos”<sup>36</sup>.

Flori não deixa de reconhecer a existência de rituais semelhantes à investidura em períodos anteriores, porém, os símbolos católicos presentes eram apenas elementos que construía o ritual de vassalagem, diferentemente do rito de investidura do cavaleiro. A principal diferença eram os atributos que construía o rito, sendo a entrega das armas um ato solene de admissão do guerreiro no ofício de cavaleiro, logo, o aspecto militar era o principal elemento do adubamento, ao passo que ao final do século XII e nos séculos sucessores, o rito de investidura adquiriu características honoríficas e de espetáculo, em que o guerreiro precisava de comprovação de ancestralidade nobre para assim ser admitido na classe dos

---

<sup>32</sup> FLORI. Op. Cit., 2005., p. 36.

<sup>33</sup> Ibid., p. 38.

<sup>34</sup> BARTHELEMY. Op. Cit., p. 299.

<sup>35</sup> Ibid., p. 300.

<sup>36</sup> Ibid., p. 299.

cavaleiros enquanto casta superior<sup>37</sup>. Barthelemy, em certa medida, concorda com Flori, e afirma que, em períodos anteriores ao século XII, em nenhum momento a Igreja investe solenemente o cavaleiro, apenas rememora suas obrigações enquanto vassalo da Igreja, mas principalmente como cristão responsável pelos seus pecados e por pagar suas penitências<sup>38</sup>.

É significativo para a nossa pesquisa demarcarmos que o formato final do rito de adubamento confere um universo simbólico à cavalaria, construído a partir de diversas linguagens. No momento do adubamento dos cavaleiros, em que são entregues as armas, todos os significados se fazem presentes. O clérigo atua na celebração, representando de maneira simbólica a união entre cavalaria e Igreja, validando as atividades da cavalaria e conferindo à prática dos guerreiros um universo simbólico cristão. Os elementos performativos e a evocação da nobreza, assim como a presença de um clérigo, confere aos guerreiros um destacamento por serem convocados a servir a Deus por meio das armas, ressaltando assim uma diferenciação entre os que servem com ferramentas de trabalho manual, pois a estes não há qualquer rito dos cavaleiros, nobres e vassalos da Igreja.

A união entre essas instituições encontra sua expressão máxima na primeira cruzada no Oriente. O papa Urbano II dirige seu discurso aos cavaleiros e clama por um “resgate das terras de Jerusalém”<sup>39</sup>, prometendo a todos os guerreiros a remissão dos pecados, além de uma série de riquezas espirituais, ratificando uma série de distinções sociais entre os cavaleiros e os demais guerreiros e conferindo à cavalaria a condição de ordem<sup>40</sup>. As cruzadas foram uma realização e concretização dos discursos monásticos e do espírito reformador da Igreja, que percebia a violência dos guerreiros como um problema quando empregada contra os domínios eclesiásticos, porém a incentivava e canalizava para outras localidades além da Europa<sup>41</sup>. Não estamos afirmando que o clero possuía total controle da cavalaria, nos alinhamos à Barthelemy<sup>42</sup> e entendemos que o clero procurou construir com os cavaleiros uma espécie de parceria: à medida em que aguçava o interesse dos guerreiros por riquezas reais ou espirituais, conferindo àqueles próximos da Igreja privilégios sociais, o clero se beneficiava pela expansão dos seus tesouros e domínios de influência.

A primeira cruzada foi extremamente vitoriosa para a cavalaria e também para o papado. A conquista da terra prometida garantiu uma grande fama aos guerreiros, onde muitos poderiam entender a vitória como um sinal de Deus sobre a predileção aos cavaleiros

---

<sup>37</sup> FLORI. Op. Cit., 2005. p. 40.

<sup>38</sup> BARTHELEMY. Op. Cit., p. 304.

<sup>39</sup> FLORI, Jean. Op. Cit., 2013., p. 315.

<sup>40</sup> KAEUPER, Richard. **Chivalry and violence in medieval Europe**. OUP Oxford, 1999., p. 69.

<sup>41</sup> KAEUPER. 1999., p. 63. *passim*.

<sup>42</sup> BARTHELEMY. Op. Cit., p. 356.

européus, garantindo assim à cavalaria um misticismo católico<sup>43</sup>. Outro ponto interessante é a fundação de diversas ordens de cavalaria como templários, hospitalários, teutônicos, entre outras, que estavam a serviço do papa. Era a representação máxima da união do papado com a cavalaria, já que se tratava de guerreiros que viveriam dos valores do clero, de trabalho, obediência e penitência, porém voltados ao treinamento militar.

Após a primeira cruzada, surgiram também diversas canções e histórias sobre os grandes guerreiros e seus feitos no Oriente, que se espalharam por toda Europa. Os cavaleiros aumentaram assim seu prestígio social e sua atividade fim, as guerras, tornaram-se extremamente atrativas e acompanhadas por grandes públicos em torneios:

Até o fim do século XII, esses torneios não se diferenciam das guerras verdadeiras, de que são réplica codificada. [...] O objetivo, nos torneios como na guerra, consiste mais em acumular o saque e ampliar a glória do que em matar o adversário, mesmo que tais acidentes não sejam raros, tão completa a semelhança entre torneios e combates guerreiros. É também a oportunidade para cavaleiros pobres de atrair atenção de algum patrono rico e entrar para sua “equipe”, a seu serviço. O prestígio da façanha cavaleiresca também pode ganhar os favores de uma rica viúva e, graças ao casamento, assegurar a promoção social do herói<sup>44</sup>.

Os torneios tomam o espaço de apreciação dos demais homens que almejavam alcançar a vida e a glória dos cavaleiros em campo de batalha, exercendo uma grande influência no imaginário coletivo. Georges Duby explora esse ambiente<sup>45</sup> e demonstra que Guilherme, o Marechal, além de construir uma enorme fortuna conquistando prêmios nesses torneios, conquistou também uma fama de mesma proporção, ao passo de ser reconhecido como “o melhor cavaleiro do mundo”.

A vida e façanhas do Marechal se confundiram com os personagens literários, e mesmo que tenha desenvolvido grande habilidade com a cavalaria e servido à Igreja nas cruzadas, é através dos torneios que sua fama é reconhecida na Inglaterra, ao passo que sempre haveria oportunidades para o herói servir a algum grande senhor e ser recompensado. A fama de Guilherme era tão poderosa que garantiu um casamento com Isabel, filha de Ricardo Coração de Leão. Para Duby, a verdadeira riqueza do Marechal foi conquistada após o casamento, pois na sociedade medieval o poder era reservado apenas aos homens casados, e mesmo que um cavaleiro tivesse enormes reservas financeiras, ainda seria entendido como

---

<sup>43</sup> Ibid., p. 346.

<sup>44</sup> FLORI, Op. Cit., 2013. p. 221-222.

<sup>45</sup> DUBY, Georges et al. **Guilherme, o Marechal: o melhor cavaleiro do mundo**. Trad. Renato Janine Ribeiro - Rio de Janeiro : Edições Graal, 1988.

pobre por não possuir um bom casamento<sup>46</sup>. Para Guilherme, o casamento foi o ápice, o momento em que este cavaleiro foi elevado na hierarquia social, tornando-se senhor feudal<sup>47</sup>.

Ao final de sua vida, em meio a diversos ritos de preparação funerária e um grande banquete em seu castelo, Guilherme preparou sua alma para uma morte tão gloriosa quanto sua vida. O que nos chama atenção foram os momentos finais de sua vida, em que beija sua esposa pela última vez e, em seguida, veste o hábito da ordem dos templários<sup>48</sup>. Ao colocar a vestimenta, Guilherme não poderia ter contato com as mulheres, tal qual todo monge que serve ao templo. A roupa não representava somente uma forma de identificação dos guerreiros, mas um conjunto poderoso de símbolos e signos que eram vestidos conjuntamente com o hábito. Diante da narrativa, os atos performáticos saltavam aos nossos olhos, demonstrando a perspectiva que ser cavaleiro da ordem era também uma performance social.

O ambiente de torneios e de glória da cavalaria inspira não somente guerreiros, mas escritores, trovadores, bardos, entre outros artistas que aproveitam esse momento de efervescência social. No século XII, na Europa, iniciou-se um movimento literário que se inspirava na vida dos cavaleiros; não somente seus feitos em batalha, mas também sua vida nas cortes europeias. Nesse momento, são criados personagens memoráveis como Lancelot, Rei Arthur, Morderet, Perceval<sup>49</sup>, entre outros, que além de inspirarem os homens a uma vida dedicada à cavalaria, eram catalisadores do amor cortês. Esse amor, necessariamente, acontecia dentro da corte entre um cavaleiro e uma dama com grande prestígio social, muitas vezes a rainha. Logo, uma das principais características do amor cortês era ser de caráter proibido e perigoso. Um amor luxurioso, que inflama os corações dos apaixonados e os leva a cometer diversas loucuras, e a principal era a subordinação total do cavaleiro à sua dama, onde em troca, esta poderia realizar o desejo sexual do cavaleiro. A partir da literatura podemos nos aproximar da representação do que podemos chamar de “o cavaleiro clássico”, como conhecemos nos tempos atuais, os homens carismáticos que vivem pela fama, dinheiro e amor da sua dama. Esse estilo de vida era almejado e reproduzido pelos cavaleiros reais.

Apesar do estilo de vida dos cavaleiros que viviam por torneio e cortes se consolidar nas páginas literárias e conquistar diversos adeptos, não podemos afirmá-lo como um estilo de

---

<sup>46</sup> Ibid., p. 181.

<sup>47</sup> Ibid., p. 182.

<sup>48</sup> Ibid., p. 23.

<sup>49</sup> Percebe-se que a literatura também é responsável pela construção da masculinidade. Os personagens principais são homens, e são eles quem define o destino da história, as mulheres muitas vezes apenas aparecem como acessórios da narrativa, e sofrem ações dos homens, mas pouco tem de escolha sobre seu destino. A literatura pode ser entendida assim como uma ode a masculinidade e a virilidade, a todo momento são valores que são inspirados pelos autores e que refletem diretamente na construção social dos significados de ser um verdadeiro homem medieval.

vida imutável, ou o único modelo de vida de todos os cavaleiros, há de se considerar as mudanças significativas com o passar do tempo. No século XIII, ocorreram as primeiras derrotas no Oriente, e a classe cavaleira começou a encontrar diversas decepções. Há uma significativa perda do prestígio social, já que muitos interpretavam as derrotas como uma consequência da depravação e pecados dos cavaleiros.

Jacques de Vitry, no século XIII, demonstrou como, num torneio, se cometiam os sete pecados mortais; a soberba, na medida em que esse tipo de competição provinha do desejo desmedido de glória e de honras; a ira, porque o recontro, embora fosse ocasionado pelas regras do jogo, acaba fatalmente por gerar ódio e desejo de vingança; a preguiça, porque os que tinham sido derrotados num torneio se entregavam facilmente à prostração e ao desânimo; a avareza, na medida em que o desafio era feito na perspectiva do saque, que era constituído pelas armas e pelos cavalos dos adversários vencidos, e dos prémios postos em jogo para os vencedores; e, finalmente, a luxúria, na medida em que os que participavam nos torneios lutavam normalmente para agradarem às suas damas, cujas «cores» — ou outros penhores (os véus, as mangas) — usavam durante o combate, como timbre ou estandarte.<sup>50</sup>

As autoridades eclesiásticas criticavam o combate violento entre cristãos, preferindo um combate que não colocasse a vida dos guerreiros em risco. Foram criadas, assim, as justas, combates com armas de madeira com apenas alguns pontos de impacto permitidos dentro do combate, garantindo a integridade física dos cavaleiros. Porém, Richard Kaeuper demonstra que a posição da Igreja em relação aos torneios não era de simples condenação:

A visão dos ideais e práticas cavaleirescas do ponto de vista do clero só poderia ser ambivalente. Os clérigos sabiam sem dúvida que tinham de lidar com os cavaleiros como um fato da vida social; eles dependiam de benefícios cavaleirescos tanto quanto precisavam de golpes de espada dos cavaleiros contra a ameaça constante dos pagãos; Em geral, eles abençoam o legítimo do uso da força pelos cavaleiros que agem para preservar a ordem e a propriedade. O problema, claro, era que os cavaleiros muitas vezes agiam e às vezes pensavam de maneiras que os tornavam parte do problema da ordem, e não da sua solução.<sup>51</sup>

---

<sup>50</sup> LE GOFF, Jacques. **O homem medieval**. Tradução de Maria Jorge Vilar de Figueiredo. - Lisboa: Editorial Presença, 1987., p. 71.

<sup>51</sup> KAEUPER, Op. Cit., p 43. Tradução livre nossa: *The view of knightly ideals and practices from the vantage point of clergie could only be ambivalent. Clerics knew without doubt that they had to deal with knights as a fact of social life; they relied on knightly benefactions no less than they needed knightly sword blows against the constant menace of pagans; in general, they blessed the legitimate use of force by the knights acting to preserve order and property. The problem, of course, was that the knights often acted and sometimes thought in ways that made them a part of the problem of order; rather than its solution.*

Novamente se apresenta na sociedade uma desordem violenta, em que os torneios, na perspectiva do clero, incentivaram a barbárie entre os cristãos. Kaeuper analisa em *Chivalry and Violence in Medieval Europe* o pensamento construído por Orderico Vital, amplamente difundido pela Europa no século XII. Para o autor, Orderico demonstrava uma preocupação quase obsessiva com a paz, e percebe na sociedade uma profusão da violência de maneira indiscriminada, e por isso defende uma posição autoritária e uma reação forte por parte do clero contra a violência<sup>52</sup>. A principal defesa do clérigo não residia na extinção total da violência, sua argumentação principal era a necessidade de um estabelecimento do monopólio do uso da força, onde somente algumas autoridades competentes poderiam praticá-la como forma de estabelecimento da justiça e assim encerrar os conflitos entre cristãos<sup>53</sup>. Interessante percebermos que há uma associação entre justiça e violência em uma relação de antagonismo, porque mesmo que a justiça seja alcançada por meios violentos, não deveria ser interpretada como tal, pois a violência está associada com a tirania e a injustiça.

A segunda narrativa apresentada por Kaeuper é a biografia do rei Luís VI da França, escrita por Suger, abade de Saint-Denis. A ideia principal da biografia é a construção de um retrato para o rei francês que demonstrasse sua competência para a manutenção da paz. Desde muito cedo, Luís VI age como uma espécie de policial, utilizando seus cavaleiros para reprimir tiranos que ameaçavam a paz nos territórios eclesiásticos e os bens da Igreja. Kaeuper tem o cuidado de demonstrar como os vocábulos são selecionados pelos clérigos, e assim como Odorico, Suger reserva o termo tirano ou a tirania às ações daqueles considerados inimigos da Igreja, por pilhar os territórios eclesiásticos<sup>54</sup>. Há, portanto, um agenciamento dos termos, em que a justiça e a violência são estabelecidas de acordo com o referencial do clero, e não necessariamente um termo designado a uma condição específica e à expressão de uma única ideia de maneira inflexível. Vale ressaltar que Suger é amigo do rei francês, e além deste último ser mantenedor do monastério de Saint-Denis, há uma certa dificuldade do clérigo em perceber o rei como algo diferente da representação de Deus na terra<sup>55</sup>.

Seja através de Cluny, Cister, Claraval ou Saint-Denis, a Igreja católica mobilizava grande esforço para controle das atividades da cavalaria. Através de seus membros, foram escritas dezenas de histórias, tratados ou reflexões que remetiam as preocupações com os tempos de violência excessiva praticada entre cavaleiros e contra os domínios do clero. Há uma validação das atividades militares desde que praticadas em prol de uma causa maior e

---

<sup>52</sup> Ibid., p 13.

<sup>53</sup> KAEUPER. Op. Cit., p 14.

<sup>54</sup> Ibid., p 17.

<sup>55</sup> Ibid., p 16.

pela autoridade competente, em muitos casos por cavaleiros e senhores com estreitos laços com os mosteiros ou com o papado. A cavalaria no século XIII estava politicamente desgastada devido aos embates com o clero e as derrotas no Oriente, além da perda de poder econômico devido ao surgimento da burguesia e das grandes cidades, bastando um último refúgio para seus dias finais.

A cavalaria clássica, com seus torneios e suas festas, com sua literatura, é - mais do que a “pré-Cavalaria” da alta idade média - da ordem da ficção e do artifício. Ela é frequentemente a poeira nos olhos que esconde as decepções inéditas da classe dos Cavaleiros[...]<sup>56</sup>

Essa poeira nos olhos da nobreza não se limitava à literatura. Uma série de outros textos escritos e cantados complementam essa coleção de produções que visavam reavivar o espírito da cavalaria, retornando aos tempos gloriosos, assim como uma vasta literatura produzida pelo clero que buscava consertar os erros morais construídos a partir do amor cortês, substituindo as práticas da corte dos cavaleiros por valores morais próprias das ordens monásticas. Há uma disputa cultural a respeito do modelo de cavalaria ideal, entre a literatura pedagógica do clero e os romances de cavalaria. A partir do século XIII são publicados diversos manuais com características católicas que buscavam corrigir as atitudes dos cavaleiros, como lembra Adriana Zierer: “Neste sentido, o amor cortês é criticado e a virgindade e a fidelidade aos ideais cristãos são valorizados em algumas obras literárias, numa aproximação dos cavaleiros com o ideal das ordens militares, como os templários”<sup>57</sup>.

Para Duby o século XIII demarca o final da cavalaria, restando apenas a nostalgia pelos tempos anteriores<sup>58</sup>. Flori e Barthelemy concordam que há um enfraquecimento dos cavaleiros enquanto prática militar, surgindo a partir do século XIII uma cavalaria sociológica com força para influenciar e inspirar a nova aristocracia urbana a buscar valores e um estilo de vida cortesão<sup>59</sup>.

Concordamos em parte com Barthelemy sobre a literatura representar um refúgio à classe da nobreza que, no século XIII, se encontrava decepcionada com as derrotas no Oriente e com a perda de prestígio da cavalaria. Acrescentamos a essa perspectiva outros aspectos originários de uma escrita ativa em que são formuladas histórias com caráter pedagógico e com viés político. “Não podemos esperar que esta literatura, ou qualquer outra, sirva como

<sup>56</sup> BARTHELEMY, Op. Cit., p. 588.

<sup>57</sup> ZIERER, Adriana; DA COSTA, Ricardo; OLIVEIRA, Solange Pereira. **Da ilha dos bem-aventurados à busca do Santo Graal: uma outra viagem pela Idade Média**. São Luís: Editora Uema, 2013. p. 215.

<sup>58</sup> DUBY, Op. Cit., 1988. p. 211.

<sup>59</sup> BARTHELEMY, Op. Cit., p. 588.

um simples espelho da realidade social no mundo em que surgiu. A literatura de cavalaria foi uma força social ativa, ajudando a moldar atitudes sobre questões básicas<sup>60</sup>. O campo da literatura é, sobretudo, um campo de disputa entre Igreja e cavalaria, que procuram a todo momento imprimir nas histórias valores, ideais e práticas almejadas do cotidiano da sociedade medieval.

Ao final desta primeira parte, temos um perfil de cavaleiro sistematizado pela historiografia, sendo principalmente um nobre, que utiliza a cavalaria como parte da justificativa de elevação social, que se associa à Igreja para manter seu prestígio e que, em troca, garante a proteção do clero. Temos ainda valores fundamentais que são cultuados desde a Antiguidade, como a valorização da força física, do uso da espada e do cavalo, e por fim, como bem demarcado por Kaeuper, temos homens que detém nas mãos o poder de utilização da violência no contexto social como forma de garantir privilégios. Mesmo que essa violência em diversos momentos tenha sido alvo das preocupações e controle da Igreja, são os cavaleiros os únicos que a empregam efetivamente no campo de batalha. A cavalaria é masculina pois todos seus participantes são homens, e não há qualquer debate de contestação na historiografia, o que nos leva a perceber que também há uma associação entre os valores e privilégios da cavalaria com os privilégios masculinos na sociedade, e compreenderemos adiante tal associação e seus impactos. Analisaremos a seguir o perfil do cavaleiro literário e quais as continuidades e rupturas em relação aos cavaleiros históricos descritos acima.

## **1.2 - As Cavalarias literárias e os modelos conceituais**

Como demonstrado pela historiografia analisada, a cavalaria, a partir do século XIII, perde espaço na sociedade e transforma-se em um estilo de vida que abandona o campo militar e começa a residir no campo literário. Refletindo sobre esse paradigma, iremos analisar quais as principais características da cavalaria literária a fim de estabelecer um modelo que reflita com certa precisão qual o estilo de vida de um cavaleiro após o século XIII.

Para Barthelemy há três modelos de cavaleiros construídos a partir da literatura<sup>61</sup>. Os cavaleiros cortesãos, representados pelos romances da Távola Redonda e as histórias arturianas: esse cavaleiro viveria o ambiente de corte, dos jogos de amor e dos torneios. A

---

<sup>60</sup> KAEUPER. Op. Cit., p. 33. Tradução livre nossa: *We cannot expect this literature, or any other, to serve as a simple mirror to social reality in the world in which it emerged. Chivalric literature was an active social force, helping to shape attitudes about basic questions.*

<sup>61</sup> BARTHELEMY. Op. Cit., p 459.

segunda representação é a cavalaria ou “vassalidade” das canções de gesta, e segundo o autor, ligada a um aspecto vingativo e às relações de senhorio e vassalagem. E por fim, a cavalaria romana e disciplinada, que é construída a partir dos tratados e das obras do clero, uma cavalaria exemplar. De acordo com Barthelemy, as duas últimas cavalarias “são mais sanguinárias que a arturiana e, em certo sentido, inclusive, mais cristãs.”<sup>62</sup>

Cronologicamente, as literaturas surgiram na seguinte ordem: canções de gesta, literatura de corte e, por fim, a literatura pedagógica do clero. As canções de gesta surgem por volta do século XII e se ocupam principalmente de rememorar os heróis do passado e as lendas dos povos originários da Europa, sejam germanos, carolíngios, gauleses, saxões etc. Não pretendemos analisar todas as canções de gesta, apenas reconstruir os principais elementos que compõem essa arte literária.

Barthelemy abre sua argumentação demonstrando que as canções de gesta possuem elementos que se conectam com a segunda idade feudal, após o ano 1100. Em grande parte das histórias, o mote principal é a vida de cavaleiros mártires que lutaram até o fim de seu tempo para defender o reino e a cristandade. É enganoso perceber um espírito de cruzada nas canções, mesmo que haja um encontro cronológico entre o surgimento das canções e as cruzadas<sup>63</sup> e pela temática de defesa do cristianismo. Para o autor, a cavalaria que se conecta com as cruzadas é construída pela Igreja posteriormente, a partir dos textos de São Bernardo e a disciplina templária.

Nas canções de gesta, os cavaleiros, em certa medida, desprezam clérigos, não deixam espaços para o aparecimento dos camponeses, e as mulheres, sejam de alta ou baixa classe, ficam em segundo plano. O foco das canções está no cavaleiro e seus grandes feitos no campo de batalha<sup>64</sup>. Barthelemy ainda destaca outros elementos muito presentes nesse tipo de literatura, o foco na cavalaria como era cultuada em tempos anteriores aos torneios, com cavaleiros que almejam “lutar sem fraqueza e se cobrir de honra, mas também se rebelar furiosamente contra a injustiça que os atingiu [...]”<sup>65</sup>. O último elemento a ser ressaltado das canções de gesta é o forte apelo à vingança, seja a vingança pessoal do cavaleiro ou de um povo em busca de honrar o herói que teve sua vida ceifada pelos inimigos<sup>66</sup>.

Flori concorda com Barthelemy, e percebe nas canções de gesta um apelo à honra coletiva, cobiçada pela nobreza que se associou com a cavalaria e que deve ser mantida pelos

---

<sup>62</sup> Ibid., p. 460.

<sup>63</sup> Ibid., p. 462.

<sup>64</sup> Ibid., p. 464.

<sup>65</sup> Ibid., p. 464.

<sup>66</sup> Ibid., p. 466.

seus membros. Em suma, todos os cavaleiros eram responsáveis por praticar sempre atos honrosos ou poderiam macular toda a cavalaria<sup>67</sup>. Algumas canções se ocupam em narrar grandes feitos de cavaleiros cristãos contra os pagãos, e com isso é possível perceber na historiografia das cruzadas uma formulação teórica que alcança nas canções de gesta os valores e semelhanças com a guerra santa. Flori argumenta que essa teoria é apenas uma criação com um lastro intelectual e documental fraco, e mesmo que em muitos casos haja um combate efetivo de cristão contra pagãos, os sarracenos são coadjuvantes, inseridos na história apenas como elemento de oposição aos guerreiros, o foco principal estaria em exaltar os feitos de cavalaria<sup>68</sup>. Flori acrescenta que as canções de gesta desenvolvem uma espécie de ética na guerra, em que os cavaleiros não atacam os adversários a pé, desarmados, sem prévio aviso do combate. Porém, essas regras se aplicam somente a cavaleiros cristãos, pois contra os demais cavaleiros não haveria código de conduta.

Podemos perceber, assim, que as canções de gesta fomentam um espírito próprio da cavalaria, e se conecta com os elementos previamente apresentados, como a noção de nobreza amalgamada com a cavalaria, a honra, a violência e a vingança empregados de modo exemplar. Esses elementos constituem não somente um elo entre a cavalaria da literatura com a cavalaria real, mas também são mantidos nos demais gêneros literários, sejam romances de cavalaria ou literatura pedagógica. O que devemos perceber é que a partir do século XII, há uma preocupação em reavivar valores e códigos próprios da cavalaria através dos contos literários.

Não muito distantes das canções de gesta, são construídos os romances de cavalaria. Eles são concebidos entre a segunda metade do século XII e início do XIII, e diferenciam-se das canções de gesta por sua temática, mesmo sendo obras que retratam a cavalaria como o centro da história. Barthelemy demonstra que, em grande parte, as canções de gesta se conectam ao reino franco e às leis de linhagem e feudal<sup>69</sup>. Já os romances de cavalaria são construídos da seguinte forma:

Os “romances”, ao contrário, situam-se em outro lugar no tempo e no espaço, em lugares de vida festiva que nem hostes sarracenas, nem ódios de família, nem rei espoliadores ameaçam; lugar onde, ao contrário, tudo é agenciado para permitir aos Cavaleiros, às individualidades marcantes desenharem sua trajetória, dando a suas amigas e a seus irmãos de armas provas de sua ligação - e deles recebendo o mesmo. Esse universo de jogos e de brincadeiras, no qual se erra em busca de aventuras, seria evidentemente

---

<sup>67</sup> FLORI. Op. Cit., 2005., p. 159.

<sup>68</sup> Ibid., p. 161.

<sup>69</sup> BARTHELEMY. Op. Cit., p. 500.

concebível sem a mutação Cavaleiresca do século XI, nem compreensível fora das cortes e dos torneios do XII. Nesse sentido, ele é de uma modernidade que se opõe ao arcaísmo das vinganças e das guerras cristãs da epopeia.<sup>70</sup>

A falta de marcação temporal e geográfica são fundamentais para compreensão dos objetivos dos romances, pois não são dispostos grandes feitos como forma de cultivar uma identidade social específica. O foco dos romances está em cultuar o ambiente da corte e a cavalaria enquanto prática festiva. Os cavaleiros dos romances, ou cavaleiros cortesãos, são conhecidos por suas grandes habilidades e provas de coragem, honra, destreza, beleza, entre outros valores cultuados pela cavalaria, mas que viviam em prol de amores e da conquista de damas e torneios.

Enquanto modelos, os cavaleiros cortesãos não deixam de inspirar os valores da cavalaria real, logo, não são menos violentos e vingativos do que os cavaleiros das canções de gesta<sup>71</sup>. O ponto de divergência principal são as motivações das práticas violentas, pois nas canções são os valores vassálicos e próprios do mundo feudal; nos romances são as damas e as aventuras dos cavaleiros. A especificidade do romance é demonstrar que os guerreiros devem buscar o amor de suas damas para assim aumentar seu valor humano diante da sociedade<sup>72</sup>, e como apontado anteriormente em Duby, o cavaleiro somente alcança o ápice da vida após conquistar um bom casamento devido às suas grandes virtudes. Ruth Mazo Karras, historiadora norte-americana, em *From Boys to Men - Formation of masculinity in Late Medieval Europe*, complementa essa análise:

No final da Idade Média, a principal forma de um menino estabelecer sua masculinidade adulta era testando-se e provando-se contra outros homens. As mulheres eram instrumentos frequentemente usados nessa demonstração. As mulheres não apenas avaliavam a competição dos homens entre si, mas mediavam o amor uns pelos outros. A troca de mulheres pode ser uma medida de vínculo masculino; assim, poderiam amar uma mesma mulher. Os homens podem demonstrar sua conformidade de gênero perseguindo ostensivamente as mulheres e declarando amor por elas, bem como oprimindo-as.<sup>73</sup>

---

<sup>70</sup> Ibid., p. 500.

<sup>71</sup> Apesar das palavras de Barthelemy apresentadas formarem oposição a esta ideia, no decorrer das páginas seguintes após a citação, o autor deixa claro de sua concordância em relação a violência dos cavaleiros cortesãos. Para o autor o mote principal da história não está na vingança, porém ela não deixa de surgir nas páginas dos romances.

<sup>72</sup> FLORI. Op. Cit., 2005. p. 163.

<sup>73</sup> KARRAS, Ruth Mazo. **From boys to men: Formations of masculinity in late medieval Europe**. University of Pennsylvania Press, 2003.p. 11. Tradução livre nossa: *In the later Middle Ages the primary way by which a boy established his adult masculinity was by testing himself and proving himself against other men. Women were often tools used in that demonstration. Women not only measured men's competition with each other; they also*

E completa:

O apelo às mulheres e o sucesso no jogo do amor eram uma forma de melhorar o status de alguém em relação a outros homens, provando seu futuro potencial para a paternidade. Não se demonstra masculinidade casando, mas a demonstração de masculinidade pode colocar uma pessoa em posição de se casar e, assim, reproduzir sua masculinidade.<sup>74</sup>

Apesar de Karras ter analisado a masculinidade ao final da Idade Média, é possível traçar importantes paralelos com os comportamentos masculinos e o modelo dos cavaleiros literários. Devido à cavalaria ser sumariamente masculina, os modelos dos romances inspiram comportamentos reais e seus valores transcendem o ofício do cavaleiro, tratando-se também de comportamentos próprios aos homens. Os homens precisam provar entre si grandes habilidades por meio de confrontos, tal qual os cavaleiros, que ao longo de suas aventuras provam sua destreza por meio do combate direto. Outro ponto interessante é o apelo às mulheres serem apenas um instrumento para que o homem alcance um *status* superior. A história de Guilherme o Marechal prova isso, uma vez que, ao final de suas longas aventuras, Guilherme conquista um ótimo casamento com Isabel, filha de Ricardo Coração de Leão, e assim completa sua vida, elevando seu *status* social de cavaleiro para senhor. Há, portanto, um amalgamento entre os modelos de cavalaria em que se confundem os valores e as características principais. O cavaleiro ideal precisava demonstrar grande habilidade e feitos a seus senhores, tal qual a cavalaria vassálica, assim como obter sucesso no jogo do amor e conquistar bons casamentos, reproduzindo a cavalaria cortesã.

A necessidade de um casamento também é um ato impositivo contra as mulheres. Como demonstra Barthelemy, a herança feudal só estaria assegurada às damas caso obtivessem apoio de um cavaleiro, e por meio de seus feitos e valentia, estariam aptos a governar um feudo e assegurar a sobrevivência da dama e sua proteção, assim como a permanência do nome e da glória da casa representada. Ou seja, as mulheres precisavam escolher os melhores guerreiros para terem acesso ao que lhes era praticamente de direito<sup>75</sup>. Essa visão não exclui a possibilidade de encontrar na documentação medieval senhoras que

---

*mediated men's love for each other. The exchange of women could be a measure of male bonding; so could love the same woman. Men might demonstrate their gender conformity by ostentatiously pursuing women and declaring love for them, as well as by oppressing them.*

<sup>74</sup> Ibid., p. 57. Tradução livre nossa: *The appeal to women, and success in the love game, was a way of improving one's status vis-a-vis other men by proving one's future potential for fatherhood. One did not demonstrate manhood by marrying, but the demonstration of manhood could put one in a position to marry and thus reproduce one's manhood.*

<sup>75</sup> BARTHELEMY. OP. Cit., p. 503.

governaram suas terras e riquezas sem auxílio masculino, porém reduz esses casos à excepcionalidade. Foi preciso o confronto não somente do modelo social empregado, mas também a existência de redes de apoio e de outros meios dentro da organização social para que essas mulheres pudessem governar.

Uma das criações dos romances de cavalaria foi o amor cortês<sup>76</sup>, ou a noção de amor como motor principal dos guerreiros, em que suas aventuras e ambições são enviesadas pela busca da conquista do coração de uma nobre dama. As noções gerais sobre amor cortês exploradas na historiografia<sup>77</sup> podem ser demarcadas como um amor heterossexual, que necessariamente acontece dentro do ambiente da corte, e as partes envolvidas são um cavaleiro, e sua amada dama posição social elevada, em muitos casos, acima do cavaleiro<sup>78</sup>. O cavaleiro, muito apaixonado, normalmente permanece fiel a uma única dama durante sua vida, procurando a todo custo realizar suas vontades de amores. A dama submete o cavaleiro a diversas provações para assegurar que se trata de um cavaleiro valoroso e que pode ter o desfrute de seu amor. O desenrolar da história normalmente é a narrativa das aventuras vividas pelo casal apaixonado e todas as intrigas palacianas geradas por esse amor inflamado. Para conquistar o amor de sua dama, não basta ao cavaleiro ter grandes habilidades. Nesse momento são percebidos novos requisitos para a conquista do amor:

Neste sentido é que foram elaborados desde este período os manuais de comportamento cavaleiresco na corte, ensinando como os cavaleiros deveriam se portar à mesa e como tratar as damas, a cortesia.[...] Já outros grupos sociais eram ridicularizados nas obras literárias, especialmente o camponês, “vilão”, visto como desprovido de sentimentos, assim como os comerciantes e banqueiros eram apresentados como desprovidos de boa educação, coragem, valentia e honra, todos estes atributos associados ao modo de viver em corte e essencialmente relacionados à nobreza<sup>79</sup>.

---

<sup>76</sup> Preferimos não debater as origens do amor cortês e sua função na sociedade, pois há diversas teorias que pouco se relacionam entre si, e, a meu ver, grande parte não conta com embasamentos documentais, são apenas interpretações de diversos historiadores ao longo do tempo. É mais interessante para nossa análise perceber o fato da existência do amor cortês e os significados construídos dentro da literatura de cavalaria, pois assim atingiremos uma profundidade maior sobre os sentidos na sociedade, do que um debate sobre a origem.

<sup>77</sup> Ver mais em: BARROS, José D'Assunção. O AMOR CORTÊS – SUAS ORIGENS E SIGNIFICADOS. Revista Raído, v. 5, nº 9. Universidade Federal da Grande Dourados. Mato Grosso. 2011. p. 195 - 216.

<sup>78</sup> Não encontramos um consenso na historiografia sobre o adultério como característica fundamental do amor cortês, alguns autores percebem a presença desse elemento nas condenações da Igreja, mas não exploram como parte da lógica do amor cortês. Sabemos que para os cavaleiros mais famosos como de Lancelot e Tristão, o adultério é inevitável, tendo em vista que os guerreiros se apaixonam respectivamente pelas rainhas Guinevere e Isolda. Porém para as demais histórias são cavaleiros e damas solteiras como em Erec e Enide, Yvain, o cavaleiro do leão, e os demais cavaleiros que se “apaixonam” durante a Demanda do Santo Graal.

<sup>79</sup> ZIERER. Op. Cit., p. 215.

Esses manuais tinham, por função principal, segregar os cavaleiros dos demais grupos e garantir que o estilo de vida cortesão atrelado à cavalaria fosse de exclusividade dos nobres, e de igual modo, são construídas longas genealogias entre os guerreiros com a intenção de garantir a pureza de sangue da cavalaria, afastar a burguesia e os camponeses<sup>80</sup>. Ser um bom cavaleiro significa mais do que ter armas e um cavalo, é necessário provar as habilidades militares, riqueza, poder, dominação, religiosidade, boa linhagem e outras características que impactam na ordem social.

O amor é justamente o ponto de embate entre a cavalaria e a Igreja, e Flori demonstra que desde a Alta Idade Média, há condenação às paixões muito inflamadas; que, mesmo no casamento, os prazeres e gozos devem ser contidos, pois aqueles que amam demais suas mulheres fazem delas prostitutas<sup>81</sup>. O amor leva os cavaleiros a cometer loucuras como adultérios, subordinação às mulheres, humilhação, entre outros adjetivos que justificam as condenações por parte do clero, sendo percebido na sociedade como mais subversivo e escandaloso que as guerras por vingança das canções de gesta<sup>82</sup>. O amor é uma força que move os homens, muito maior do que as vinganças, assim como é o elemento que revela os embates entre os clérigos. Pois, em grande parte, as narrativas literárias são escritas por clérigos, e aqueles mais próximos a príncipes e ao ambiente de corte procuram atender aos desejos do soberano compondo romances de cavalaria, mas atraem a reprovação de clérigos e bispos<sup>83</sup> mais próximos aos mosteiros e ao papado, que ocupam seu tempo compondo uma literatura pedagógica, que utiliza modelos narrativos próprios dos romances, entretanto, imbuídos de valores cristãos.

Ao final do século XII e início do XIII, surge a cavalaria pedagógica, disciplinada e exemplar, como conceituado anteriormente por Barthelemy, que representa a união perfeita entre Igreja e cavalaria. É necessário, em primeiro plano, retomarmos o contexto histórico rapidamente, pois estamos nos referenciando à segunda metade do século XII, quando a cavalaria é ostensivamente criticada por clérigos que enxergavam na vida de torneios e nas cortes a devassidão que, segundo eles, condenava a cavalaria e causava as duras derrotas sofridas pelo povo cristão no Oriente.

Barthelemy demonstra que não somente as cruzadas são catalisadoras das críticas, mas também o comportamento dos guerreiros na Europa. Através do bispo de Rennes, Estevão de Fougères, podemos perceber o comportamento opressivo dos cavaleiros, que saqueavam as

---

<sup>80</sup> KAEUPER. OP. Cit., p. 194.

<sup>81</sup> FLORI. Op. Cit., 2005. p. 143.

<sup>82</sup> BARTHELEMY. Op. Cit., p. 501.

<sup>83</sup> Ibid., p. 501.

vilas e brutalizavam os corpos dos vilões, deixando de cumprir suas funções na sociedade de garantir a paz e fazer a justiça, uma vez que os malfeitores eram os próprios cavaleiros<sup>84</sup>.

Não podemos esquecer a criação das ordens de cavalaria que faziam também oposição ao estilo de vida dos cavaleiros, resumidamente descritas por Flori: “Essa “nova cavalaria” se distingue então totalmente da antiga: ela é pura, serve a Deus e conduz a salvação; a outra é corrompida, mundana, frívola, vaidosa, indisciplinada, preocupada apenas com sua glória; egoísta e perversa, ela conduz a perdição”<sup>85</sup>. Barthelemy complementa essa percepção através de João de Salisbury, onde a cavalaria deveria ser espelhada nas legiões romanas, formadas por pessoas comuns, mas que vivem uma vida inteiramente dedicada à disciplina, treinamento militar e para a guerra.

Os cavaleiros da Távola Redonda são reformulados para atender aos anseios por essa nova cavalaria voltada à prática religiosa. *A Demanda do Santo Graal*, em certa medida, cumpre perfeitamente essa missão, convertendo a busca principal dos cavaleiros nos romances pelo amor da dama, na busca pelo Graal e a aproximação com a salvação. Apesar dessa nova roupagem, a cavalaria dos romances, para Barthelemy, não indica uma cavalaria de fato mais cristã, apenas uma cavalaria preocupada com a auto exaltação que utiliza os valores católicos para assegurar a superioridade moral na sociedade<sup>86</sup>.

Os cavaleiros d’*A Demanda do Santo Graal* não deixam de praticar os torneios, tampouco abandonam todas as práticas das cavalarias apresentadas anteriormente, mas apresentam uma preocupação maior com seus erros morais e dedicam parte de suas vidas para as práticas cristãs. Concordamos com Barthelemy com a possibilidade da narrativa d’*A Demanda do Santo Graal* ser uma propaganda da própria cavalaria, mas não descartamos a influência dos valores católicos presentes na narrativa, e que inspiram D. Duarte, no século XV, a construir um modelo de cavalaria para sua corte próximo aos cavaleiros perfeitos que alcançam o Graal.

Ao final deste capítulo temos a análise de dois modelos de cavalaria. A primeira, da cavalaria real sistematizada pela historiografia clássica, em que desde o início do período medieval está atrelada a aspectos performáticos, de demonstração pública de riquezas e poder, mas que preserva valores da antiguidade como o culto à espada, valorização da força física e da virilidade, que se unem a aspectos que garantem privilégios sociais, como a noção de honra inerente aos cavaleiros e de nobreza medieval. Esses aspectos são potencializados pelas

---

<sup>84</sup> Ibid., p 560.

<sup>85</sup> FLORI. OP. Cit., 2005. p. 179.

<sup>86</sup> BARTHELEMY, Op. Cit., p. 566.

vitórias no campo de batalha e principalmente pelas relações de interdependência entre a cavalaria e a Igreja. Esta última necessitava dos serviços dos cavaleiros para defesa de suas terras e ampliação da influência religiosa pelo Oriente, e assim os cavaleiros acumularam diversos privilégios sociais pela tradição da antiguidade e pela sacralização dada pelo clero aos guerreiros.

No final do século XI, a cavalaria é uma força social e política relevante no mundo medieval, e há constantes negociações entre Igreja e cavaleiros. As vitórias no Oriente são um momento chave para a ampliação de privilégios e validação da cavalaria clássica como conhecemos, pois o retorno dos cavaleiros à Europa impulsiona a formulação de uma identidade própria para a nova cavalaria, de guerreiros cultuados no ambiente social e que experienciam um estilo de vida único, de torneios, riquezas, amores na corte, festas, jogos, e principalmente detêm privilégios importantes na sociedade, que os garantiam uma posição acima das demais ordens. Para a historiografia, os séculos XII e XIII são os anos áureos da cavalaria, pois todos os elementos da cavalaria clássica estariam reunidos naquele momento histórico. A cultura da cavalaria estabelece ramificações também na ordem da Igreja, que procura construir ordens monásticas voltadas à prática militar .

Percebemos que a historiografia sobre a cavalaria acompanha a narrativa sobre as cruzadas, ao passo que as primeiras derrotas no Oriente são percebidas como uma demonstração da perda de prestígio social dos cavaleiros. O espírito cruzadístico, que enfraquece e desaparece nos séculos seguintes, é semelhante ao espírito da cavalaria que deixa de existir enquanto prática militar e torna-se um fenômeno sociológico, uma espécie de sobrevida encontrada na literatura. Nos afastamos deste posicionamento, pois os romances de cavalaria representam uma força social maior do que uma simples sobrevida de uma classe desgastada. Tampouco a imagem simbólica dos cavaleiros não se demonstra desgastada diante da sociedade, pois o modelo permanece inspirando os mesmos valores de honra, virilidade, desprezo pela morte, destreza com a espada e manutenção da fé ao longo dos séculos. Através dos romances, conseguimos construir modelos representativos para os sentidos sociais da cavalaria, assim como perceber a relevância dos cavaleiros na sociedade, pois há uma canalização de um esforço por parte do clero em dominar o modelo de comportamento majoritário para a cavalaria.

A segunda cavalaria construída é a literária, que absorve todos os valores e lógicas presentes na cavalaria real, acrescentando aspectos inerentes às narrativas, como a valorização das damas e do amor cortesão, a fidelidade à vassalagem e os valores católicos. O cavaleiro

perfeito é a união entre todas as cavalarias, tanto a real quanto as múltiplas cavalarias apresentadas no contexto literário, mas que são amalgamadas no mesmo modelo. Esse modelo será foco de nossa análise a seguir, mas é importante ressaltarmos de antemão a força política da cavalaria no contexto medieval, em que os valores morais dos guerreiros e a longa história da cavalaria garantem uma forte ligação com a tradição da antiguidade e fornecem ao grupo dominante um controle social por meio da violência, projetando os cavaleiros como detentores de privilégios exclusivos na sociedade.

Nobreza e cavalaria confundem-se em diversos momentos na historiografia, porém os nobres precisam disputar o espaço e o domínio sobre a cavalaria com o clero e o campo de batalha é a literatura, especificamente, os romances de cavalaria, em que os personagens são construídos como modelos sociais, e cada cavalaria aqui apontada se faz presente, seja com o viés negativo da cavalaria a ser evitada, ou com viés positivo, como a cavalaria ideal. Partiremos para um pequeno desvio conceitual e analisaremos como a cavalaria é inserida em um contexto de cultura política, estabelecendo nas narrativas escritas e literárias, símbolos eloquentes e representativos para os cavaleiros, que envolvem todos os valores apresentados pela cavalaria, mas que são mobilizados por diferentes discursos que disputam espaço no campo político e social, evidenciando a força dos cavaleiros para além do campo de batalha.

## Capítulo 2

### A Cultura Política e suas delimitações historiográficas

A cultura política, enquanto conceito, é um construto coletivo elaborado a partir de vários trabalhos de pesquisadores diversos. A história desse conceito foi amplamente demonstrada por alguns pesquisadores, como Rodrigo Patto de Sá Mota<sup>87</sup> e Karina Kuschnir<sup>88</sup>, sendo assim, não se faz necessária uma reconstrução da sua criação. A cultura política pode ser definida de maneira objetiva como:

conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhado por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro. (MOTTA, 2014, p. 95)

Mesmo se tratando de um conceito elaborado para a ampliação do campo de estudo da história política, percebe-se que a cultura política é associada intimamente ao que é concebido como política a partir do século XIX e à consolidação dos Estados nacionais. Essa relação pode ser positiva quando pensada como uma forma de delimitação da abordagem e dos usos precisos do conceito, evitando assim uma demasiada banalização<sup>89</sup>. Porém, também pode ser uma limitação do alcance do conceito e sua aplicabilidade, sendo cada vez mais restrito ao campo das relações políticas e da ciência política. No entanto, podemos constatar acima, nas palavras de Motta, que não há uma dependência entre cultura política e a cronologia contemporânea, e que há um espaço para uso do conceito desde que mantidas as bases fundamentais e sua precisão conceitual. Motta complementa sua análise demonstrando que para ser conceituada uma cultura política, precisa haver uma experiência contínua no tempo, localizada na média ou longa duração da História<sup>90</sup>.

Kuschnir argumenta que essa associação entre cultura política e o sistema político estatal acaba por limitar as possibilidades de trabalho para o conceito e apaga uma parte importante de sua história, a da associação com perspectivas culturalistas da antropologia e sociologia<sup>91</sup>. Seria necessário, assim, trabalhos de resgate dessa associação com a

---

<sup>87</sup> MOTTA RODRIGO PATTO SÁ. Desafios e possibilidades na apropriação de culturas políticas pela historiografia. Em: **Culturas políticas na História: novos estudos**. 1. ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014.

<sup>88</sup> KUSCHNIR, Karina & CARNEIRO, Leandro Piquet. As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política. **Revista Estudos Históricos**, v. 13, n. 24, p. 227-250, 1999.

<sup>89</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Op. Cit., p. 99.

<sup>90</sup> Ibid., p. 96.

<sup>91</sup> KUSCHNIR, Karina. Op. Cit., 1999, p. 238.

antropologia política para que o conceito de cultura política possa ser renovado e aplicado em novas perspectivas. É preciso cuidado com a utilização do termo, pois o uso exagerado e fora de contextualização pode prejudicar a conceituação e, assim, retirar a precisão e utilidade da cultura política. Cabe ressaltar que existem outros fatores que afastaram diversos pesquisadores do uso do conceito de cultura política, sendo um deles o forte apelo normativo e etnocentrista<sup>92</sup>, a amplitude de emprego do termo, falta de precisão temporal, a subjetividade, entre outros.

Percebemos, assim, que existe um impasse entre os pesquisadores a respeito das possibilidades de utilização da cultura política, seja um posicionamento mais restrito, seja um que admita um alargamento do termo; ambos reconhecem a limitação do conceito aos estudos do tempo presente. Contudo, reconhecemos que não há uma intrínseca necessidade de associação entre cultura política e o tempo presente. É certo que o surgimento e os usos mais comuns conectam-se com os acontecimentos do século XIX e, principalmente, com o século XX, porém, a cultura política conecta-se intimamente com a experiência humana e o seu próprio tempo, desde que esclarecidas as bases históricas e a relação desse grupo com o passado, o presente e o futuro que participam. A relação principal é o grupo e o seu próprio tempo, e não necessariamente os conceitos e acontecimentos da cronologia contemporânea.

Retornando a pesquisadores clássicos sobre a temática, temos Serge Berstein, que demonstrou outras possibilidades de alargamento da compreensão sobre cultura política e sua utilização em tempos mais afastados do presente.<sup>93</sup> Conceitualmente, Rodrigo Patto Sá Motta<sup>94</sup> aproxima-se de Berstein, possibilitando uma mesclagem entre os autores. A análise teórica de Berstein procura delimitar algumas características básicas que possibilitam uma análise complementar sobre as características de uma cultura política, tais como: um conjunto de contribuições intelectuais que formam uma fundamentação filosófica, a qual pode ser expressa na sociedade como parte de um pensamento coletivo sintetizado como doutrina; tal base filosófica pode ser apropriada de diversas maneiras, que são expressas pelos indivíduos como posicionamentos concretos em uma sociedade<sup>95</sup>.

Analisando essas características, é possível inferir que, conceitualmente, a cultura política concatena diversos elementos objetivos, como sistema político, representação, discursos identitários, entre outros de uma coletividade, com elementos subjetivos dos

---

<sup>92</sup> Ibid., p. 243.

<sup>93</sup> BERSTEIN, Serge. **Cultura política e historiografia**. In: AZEVEDO, Cecília *et al.* **Cultura política, memória e historiografia**. Editora FGV, 2009.

<sup>94</sup> MOTTA. 2014., *passim*.

<sup>95</sup> BERSTEIN. Op. Cit., p. 33.

indivíduos como paixões, medos, aspirações etc. Todos esses elementos são absorvidos pelos indivíduos participantes de uma determinada cultura política e tornam-se, assim, parte da sua identidade.

Ademais, como outro parâmetro importante elencado por Berstein, citam-se as raízes históricas que são apropriadas por diversas culturas políticas – seja por meio de acontecimentos que são ressignificados de acordo com o passar do tempo e as angústias dos atores sociais, ou por personagens famosos que são tidos como os heróis fundadores de determinada cultura. Esses personagens e acontecimentos históricos, além de garantirem uma determinada legitimidade a uma cultura política por meio da tradição, também podem representar um outro elemento fundamental, os símbolos eloquentes que expressam a cultura política de maneira sintética.<sup>96</sup>

Motta, assim como Berstein, concorda que, para utilização do conceito de cultura política de modo preciso, é necessário que o pesquisador demonstre as bases principais de uma determinada cultura e seus elementos políticos. Buscaremos, assim, demonstrar as bases filosóficas que constroem a cultura política própria da cavalaria e sua expressão a partir dos romances de cavalaria e manuais técnicos, assim como valores, pensamentos e ideais que perpassam essas bases e são expressas por meio dos heróis referenciados dentro das narrativas, para assim construirmos um modelo de cavalaria que alcança D. Duarte pela narrativa da *Demanda do Santo Graal*, e como essa cultura política é expressa por meio da escrita própria do monarca. As bases filosóficas são os elos de ligação entre o prestígio da antiguidade inerente à cavalaria e que projetam sobre a corte de D. Duarte uma ideal específico de comportamento, assim como fornece inspiração para projetos políticos futuros do reino de Portugal.

Nem todos os elementos apontados acima podem ser alcançados em um único estudo. Os elementos que formam a psique individual e influenciam na coletividade são de difícil rastreio e demonstração de maneira objetiva. Além disso, tratando-se de romances de cavalaria, teremos não somente a expressão da mentalidade dos cavaleiros, mas também do clero que, em diferentes movimentos, procurou inserir elementos do imaginário religiosos nos romances.

---

<sup>96</sup> Ibid., p. 34.

## 2.1 - As bases filosóficas:

Por base filosófica seguiremos as noções apresentadas em Berstein, que consiste em um conjunto de valores, regras e aspirações mais ou menos explicitamente formulados, que garantem coesão e direcionamento a um determinado grupo. Berstein complementa com o seguinte exemplo, que demonstra a elasticidade da base filosófica de uma determinada cultura política:

Esse fundamento filosófico pode ser uma doutrina expressa de maneira cabal e coerente, como é o caso do marxismo; pode consistir num conjunto de comportamentos e regras suscetíveis de múltiplas interpretações, mas baseados em princípios comuns, como é o caso do liberalismo; enfim, pode manifestar-se como uma série de reflexões inspiradas num princípio único<sup>97</sup>

Podemos assim compreender como um conjunto de formulações que garantem uma identidade própria de um determinado grupo, concatenando elementos da realidade próxima que o envolve. Apesar de Berstein procurar demonstrar que existem culturas políticas mais rígidas que são caracterizadas por seguir uma doutrina específica e bem delimitada, reconhecemos que ainda há espaço para o surgimento de comportamentos com variações em relação à doutrina, pois os indivíduos ainda possuem capacidade de interpretação e ressignificação da base filosófica de acordo com a sua realidade, o que não representará uma nova cultura política, apenas uma expressão de identidade que mantém a conexão com a cultura política pela manutenção de um princípio único.

Remetendo ao que foi apresentado no nosso objeto de estudo, é preciso localizar inicialmente a base filosófica da cavalaria. Ao analisarmos a historiografia da cavalaria, percebemos uma série de ideias que circulam pela sociedade, buscando construir quais as características aceitáveis para os guerreiros e quais as condenáveis. Em grande parte devido às relações da cavalaria com a Igreja e todos os movimentos eclesiásticos que visavam o controle da cavalaria, basta lembrarmos das histórias dos santos que defendiam com armas a Igreja e que visavam a cooptação da cavalaria para a defesa das terras eclesiásticas.

Porém, somente essas ideias não expressavam um comportamento coletivo que visava a construção de uma identidade a um grupo, era apenas um esforço da Igreja para conter os guerreiros. A cavalaria também sofre de um marco temporal preciso, e os autores procuram delimitar o surgimento da cavalaria após o século XI, pois são necessários marcos históricos importantes para que se caracterize como cavalaria e não somente guerreiros a cavalo. Diante de tais questões, apesar de alguns documentos possuírem elementos que remetem à cavalaria

---

<sup>97</sup> BERSTEIN. Op. Cit., p 33.

clássica, eles não constituem a base filosófica seguida pelo grupo, pois as preocupações iniciais desses documentos estão cronologicamente distantes das expressões identitárias da cavalaria.

A historiografia aponta para o surgimento de uma massa documental mais robusta após o início do século XII, reunindo todos os elementos da cavalaria de modo bem-acabado e interconectado. Ou seja, a identidade da cavalaria começa a ser construída no século XI com diversos elementos que remetem à antiguidade, mas modificadas pelas mudanças sociais, sendo aperfeiçoados com o tempo, devido aos acontecimentos do final do século XI e início do XII; neste caso, as cruzadas, e assim seguramente é a partir do século XII, em que são reunidos todos os elementos que referenciam e constroem a noção de cavalaria e cavaleiro nos sentidos clássicos<sup>98</sup>.

No século XII eclodem as diversas literaturas que tratam justamente do estilo de vida cavaleiresco, permanecendo como expressões ativas no cotidiano ao longo tempo, alcançando o século XIII. Como demonstrado anteriormente, podemos levantar três diferentes modelos a partir da literatura, o modelo vingativo-vassálico, o modelo cortesão e, por fim, o modelo pedagógico cristão. Esses modelos coexistem na literatura medieval, porém isoladamente não refletem a totalidade e os significados imbuídos em ser um cavaleiro, assim como somente a análise da prática militar da cavalaria não alcança todos os sentidos em ser um cavaleiro. Sendo assim, optamos por construir uma análise que interconecta todos os modelos de cavalaria e canaliza os principais símbolos e significados da cavalaria em um único padrão.

Visando uma sistematização completa de alguns dos principais traços que remetem aos modelos de cavalaria, podemos analisar a obra *O Livro da Ordem de Cavalaria*, escrito por Ramon Llull. Essa obra foi escrita por volta do século XIII e tem como objetivo ser uma espécie de manual técnico sobre a cavalaria. Sendo assim, o livro cumpre perfeitamente a função de base filosófica, pois sistematiza os elementos necessários para reconhecimento de um cavaleiro e quais os principais valores da cavalaria. Para uma análise que se ocupa do contexto político e social do século XV, a documentação do século XIII, aparentemente, é de pouco proveito, além da difícil demarcação da circulação cultural e de livros que ocorria no medievo. Porém, devemos ficar atentos ao modelo compilado de Llull, pois há diversas características que serão replicadas pela escrita de D. Duarte, principalmente pela característica básica das obras *Livro da Ordem de Cavalaria* e o *Livro da Ensino* que visam ensinar aos leitores a arte de ser um bom cavaleiro. Os distanciamentos e as

---

<sup>98</sup> BARTHELEMY. Op. Cit., p. 359.

aproximações são fundamentais para compreendermos as leituras próprias do modelo de cavalaria expresso na cultura política fomentada por D. Duarte.

O manual de Ramon Llull é dedicado a todos que almejam entrar na cavalaria. A história começa por um encontro inesperado, um jovem escudeiro que estava indo para sua cerimônia para tornar-se um cavaleiro. Ele faz um pequeno desvio na floresta e chega a uma clareira, onde encontra um velho cavaleiro que havia deixado de procurar novas aventuras e passava seus dias na reclusão<sup>99</sup>. O cavaleiro mais velho é utilizado como um personagem guia, que instrui tanto ao jovem escudeiro quanto ao leitor os valores, tradições, símbolos e significados da cavalaria.

Ramon Llull utiliza-se dessa metáfora, do mestre ensinando ao aprendiz, para validar seus escritos e o conhecimento contido nas páginas do *Livro* por meio da tradição e exemplaridade, e não uma mera arbitrariedade do autor. Nas primeiras páginas explica como surgiu a cavalaria:

Faltavam no mundo a caridade, a lealdade, a justiça e a verdade; começaram a inimizade, a deslealdade, o insulto e a falsidade, e daí surgiram o erro e a perturbação no povo de Deus, que foi criado para que os homens amassem, conhecessem, honrassem, servissem e temessem a Deus. Quando começou o desprezo pela justiça no mundo devido à diminuição da caridade, foi acordado que a justiça deveria recuperar a sua honra através do medo, e é por isso que todas as pessoas foram divididas em grupos de mil, e cada mil foi eleito e escolhido um homem mais gentil, mais sábio, mais leal e mais forte, e com um espírito mais nobre, maior educação e melhor criação do que todos os outros.<sup>100</sup>

Na apresentação de Llull podemos perceber já uma marcação de um dos aspectos necessários para ser cavaleiro: a íntima associação com a nobreza, aspecto que é construído através do perfil do cavaleiro, que está acima dos demais homens, principalmente, por aspectos morais. A cavalaria é instituída por Deus, que seleciona os homens moralmente superiores aos demais e institui a obrigação de restabelecer a ordem social através do medo e do uso da força. Nota-se nas atribuições dos cavaleiros, defender a honra da justiça, que estava desmoralizada no mundo devido aos erros da humanidade, como a falta de caridade, lealdade, justiça etc. A violência é apresentada de maneira indireta, pois o cavaleiro deveria

---

<sup>99</sup> LLULL, Ramon; DE CUENCA, Luis Alberto. *Libro de la orden de caballería*. Alianza, 1986.

<sup>100</sup> Ibid., p. 4. Tradução livre nossa: *Faltó en el mundo caridad, lealdad, justicia y verdad; comenzó enemistad, deslealtad, injuria y falsedad, y de ahí nació error y turbación en el pueblo de Dios, que fue creado para que los hombres amasen, conociesen, honrasen, servisiesen y temiesen a Dios. Al comenzar en el mundo el menosprecio de la justicia por disminución de la caridad, convino que justicia recobrase su honra por medio del temor, y por eso se partió todo el pueblo en grupos de mil, y cada mil fue elegido y escogido un hombre más amable, más sabio, más leal y más fuerte, y con más noble espíritu, mayor instrucción y mejor crianza que todos los demás.*

empregá-la para recuperação dos bons valores morais na sociedade e utilizar a força para manter o povo cristão dentro dos planos de bondade de amor de Deus, garantindo assim que todos obtivessem a salvação.

O debate sobre conceito de justiça é amplo tal qual o que se encarrega de compreender a violência no medievo, e nos deteremos a conceituações clássicas, pois a temática precisa de uma reconstrução historiográfica que está fora do escopo de trabalho proposto. A justiça é associada com as atividades de um rei, que deve manter a paz entre os cristãos e garantir que seja distribuído a cada um o que lhe é devido, benesses aos benfeitores e castigos aos malfeitores<sup>101</sup>. A justiça também pode se conectar com a aplicação das leis, sendo apenas uma forma de manutenção da paz e do bem-estar coletivo através das instituições<sup>102</sup>. Distanciamos-nos dessa explicação, pois remete a um período posterior à medievalidade, compreendido como a formação dos Estados no século XVIII e XIX.

O conceito que melhor podemos utilizar em nosso estudo é apresentado nas entrelinhas da obra de Llull, onde justiça é toda e qualquer atitude que vise a manutenção da ordem e do plano cristão para salvação. Qualquer atitude empregada em prol dessa questão é justificada e deve ser incentivada entre os maiores da sociedade, entendidos como a nobreza e a cavalaria. O clero é a ordem que interpreta e revela a justiça divina para a sociedade de homens, e a cavalaria é a ordem que mantém a justiça pela força. A partir desse conceito, percebemos que não há qualquer constrangimento a cavaleiros que utilizam a violência como meio de manutenção da justiça.

Essa perspectiva considera o que foi apresentado por Kaeuper ao descrever a atividade de escrita dos clérigos no século XI. Odorico Vidal defende o uso da violência para a manutenção da ordem social, e principalmente para defesa dos interesses da Igreja, e o plano celestial é utilizado justamente como meio argumentativo de convencimento dos guerreiros. Podemos perceber que em certa medida essa perspectiva permanece latente na escrita de Llull.

A escolha pelo uso do cavalo na perspectiva de Ramon Llull não consiste em uma *expertise* militar. Para o filósofo, o cavalo é escolhido para ser usado pelos guerreiros por ser a mais nobre besta<sup>103</sup>, e assim garantir a nobreza também aos homens que estivessem montados. Llull retira um segundo significado sobre o uso do cavalo. Estar montado a cavalo em meio aos demais homens que estão a pé é um exemplo da distinção social:

---

<sup>101</sup> GAUVARD, Claude. Justiça e paz In: SCHMITT, Jean-Claude; LE GOFF, Jacques. **Dicionário temático do ocidente medieval**. Vol. II. Jacques Le Goff e Jean-Claude Schmitt. São Paulo: Edusc, 2002., p. 69

<sup>102</sup> Ibid., p. 63.

<sup>103</sup> LLULL. Op. Cit., p. 4.

O cavalo é dado ao cavaleiro como sinal de nobreza de coração, e para que a cavalo ele possa ser mais alto que qualquer outro homem, e ser visto de longe, e ter mais coisas sob ele, e antes de qualquer outra pessoa realizar tudo convém com a honra da cavalaria<sup>104</sup>.

A cavalaria, enquanto instituição, garantiria aos seus participantes um elevado *status* social, com o cavaleiro sendo colocados acima dos demais homens; justificando, assim, sua posição de dominação e nobreza na sociedade. O filósofo complementa sua visão sobre a cavalaria algumas páginas adiante: “Se os homens que não são cavaleiros são obrigados a honrar o cavaleiro, quanto mais o cavaleiro é obrigado a honrar a si mesmo e aos seus iguais!”<sup>105</sup>. Todos eram obrigados a honrar a cavalaria, pois se tratava de um ofício de grande nobreza e necessidade naquela sociedade.

Tão elevada e tão nobre é a ordem da cavalaria, que não basta que seja composta pelas pessoas mais nobres e possua as bestas e as armas mais honradas; porque também foi conveniente converter estes homens que formam a ordem da cavalaria em senhores do povo. E como o senhorio tem tanta nobreza, e a servidão tem tanta submissão, se você, que toma a ordem de cavaleiro, é vil e mau, já pode pensar na grande injúria que comete contra seus vassalos, e também contra seus bons companheiros. Porque por causa da vileza em que você se encontra, você deveria ser subjugado; e por causa da nobreza dos cavaleiros que são bons cavaleiros, você é indigno de ser chamado de cavaleiro.<sup>106</sup>

Podemos perceber que a nobreza confere aos cavaleiros vantagens sociais e, por isso, é justificável que os cavaleiros sejam os senhores feudais. Percebemos uma preocupação do autor em demonstrar que mesmo estando em uma casta superior, o cavaleiro não deveria empregar violência desmedida contra seus vassalos. Percebemos que há vocábulos que se interconectam, como os sentidos de vilania e maldade, podendo ser também sinônimos para a palavra violência, assim como honra e bondade, que se conectam com os sentidos da nobreza.

---

<sup>104</sup> Ibid., p.4. Tradução livre nossa: *El caballo se le da al caballero en significación de la nobleza de corazón, y para que a caballo esté más alto que cualquier otro hombre, y sea visto de lejos, y tenga más cosas debajo de sí, y antes que nadie cumpla con todo lo que conviene al honor de la caballería.*

<sup>105</sup> Ibid., p. 27. Tradução livre nossa: *Si los hombres que no son caballeros están obligados a honrar al caballero, ¡Cuánto más está obligado el caballero a honrarse a sí mismo ya su igual!*

<sup>106</sup> Ibid., p. 7. Tradução livre nossa: *Tan alto y tan noble es el orden de caballería, que no le basta estar formado de las personas más nobles, y que posea las más bestias y las armas más honradas; porque también ha sido conveniente convertir a estos hombres que forman el orden de caballería en señores de gentes. Y puesto que el señorío tiene tanta nobleza, y la servitud tanto sometimiento, si tú, que tomas orden de caballero, eres vil y malvado, ya puedes pensar en la gran injuria que cometes contra tus vasallos, y también contra tus compañeros buenos. Porque por la vileza en que te hallas, deberías estar sometido; y por la nobleza de los caballeros que son buenos caballeros, tú eres indigno de ser llamado caballero.*

Outras questões sociais perpassam a escrita do filósofo aragonês, como a ascensão da burguesia. Essa nova classe social surge a partir do desenvolvimento das cidades no século XI, e devido ao acúmulo de grandes riquezas começa a almejar ocupar estratos sociais mais elevados. Visando a inserção na nobreza, a burguesia procura se inserir na ordem da cavalaria. No manual de Llull são inseridos elementos que prestam justamente a tarefa de demarcar a diferenciação da cavalaria das demais ordens, assegurando que a elevação social e aceitação do nobre como cavaleiro não se tratava somente de aspectos financeiros, mas também da honra que é herdada pelo sangue. A nobreza é apresentada por Llull como herança de linhagem, dada pelo sangue dos ancestrais que desde a antiguidade servem na ordem de cavalaria:

Herança e cavalaria se convêm e se concordam, porque herança é a antiguidade da linhagem, uma honra ancestral; e cavalaria é ordem e regra que começaram na antiguidade e perdura até hoje. Por isso, se fazes cavaleiro homem que não seja de herança, tu serás inimigo da herança e cavalaria naquilo que fazes, tornando-os opostos e pelos mesmos motivos que o cavaleiro será contra a herança e a cavalaria.<sup>107</sup>

A obra de Llull é um forte indicativo da operação ativa que se soma ao esforço de diversos escritores em amalgamar a nobreza e a cavalaria. O autor deixa claro a todos os leitores que aqueles que fizerem cavaleiro um homem sem boa linhagem será tido como uma espécie de inimigo da classe dos cavaleiros. Para se tornar cavaleiro são feitos ritos de investidura. Estes, são dotados de diversos elementos simbólicos que são representados no momento em que um novo membro é aceito na ordem, sendo descritos por Ramon Llull:

Na manhã seguinte, convém cantar uma missa solene. E o escudeiro deve vir diante do altar, oferecendo-se ao presbítero, que está no lugar de Deus, e à ordem de cavalaria, para que seja um bom servo do Altíssimo. E convém que se obrigue e se submeta a honrar e a manter a dita ordem com todas suas forças. Nesse dia convém se fazer sermão, no qual sejam lembrados os treze artigos que são os fundamentos da Fé; os dez mandamentos de Deus; e os sete sacramentos da Santa Igreja, e as outras coisas que pertencem à fé. E o escudeiro deve lembrar-se muito bem dessas coisas para que possa cumprir com o sucesso o ofício de cavalaria, que concordam com o exercício das coisas pertencentes a santa fé católica<sup>108</sup>.

---

<sup>107</sup> Ibid., p. 14. Tradução livre nossa: *Pariaje y caballería convienen y concuerdan. Porque pariaje es antigüedad de linaje, en honor antiguo; y caballería es orden y regla que comenzó con ese tiempo antiguo y perdura hasta hoy. Por esto mismo, si armas caballero a quien no es de pariaje, eres al mismo tiempo enemigo de paraje y de caballería, haciéndolos contrarios y por lo mismo al que haces caballero será contra el honor del pariaje y de la caballería.*

<sup>108</sup> LLULL. OP. Cit., p. 17. Tradução livre nossa: *A la mañana siguiente conviene que se cante misa solemne; y el escudero debe llegarse hasta el pie del altar, ofreciéndose al presbítero, que tiene lugar de Dios, y al orden de*

No momento da sua investidura, o cavaleiro deve lembrar e servir aos propósitos católicos. O guerreiro deve colocar sua espada a serviço da Igreja e, assim, temos a concretização do que foi anteriormente apresentado, a cavalaria que é louvada e incentivada para a defesa dos ideais da Igreja, e também como uma espécie de vassalo de Deus, e com isso podemos absorver aspectos da cavalaria vassálica das canções. A respeito da bênção sobre as armas, mesmo que reflita uma espécie de rito pagão<sup>109</sup>, Llull narra, de modo perfeitamente compreensível, que a espada do guerreiro está a serviço de Deus e por isso justificam todas as graças e bênções despejadas sobre o objeto.

À espada, assim como os demais instrumentos de trabalho do cavaleiro, são construídos simbolismos católicos que, assim, retroalimentam a união entre cavalaria e Igreja:

Ao cavaleiro é dada uma espada, que é feita em forma de cruz, para significar que assim como Nosso Senhor Jesus Cristo derrotou na cruz a morte em que caímos devido ao pecado de nosso Adão, assim o cavaleiro deve derrotar e destruir os inimigos da cruz com a espada<sup>110</sup>.

O instrumento do ofício do cavaleiro deve ser colocado a serviço da Igreja para infligir aos inimigos da cruz o mesmo sofrimento sentido por Jesus, deixando claro que o que se procura é a destruição dos pagãos. Podemos perceber que a ideia de destruição dos inimigos da cruz é clara em Llull, assim como em outras documentações analisadas, porém não remetem diretamente à violência, pela ausência do vocábulo correspondente. Logo, percebemos que apesar de interconectada com outras ideias na documentação, a violência precisa ser anunciada por outros elementos para que fique caracterizada a sua presença. Além do manejo com a espada, o cavaleiro possui outras funções:

É função do cavaleiro cavalgar e conter-se: manejar lanças; participar de torneios e justas com armas; fazer távolas redondas; manejar; caçar veados, ursos, leões. Estas e outras coisas semelhantes são a profissão de um cavaleiro; porque com essas coisas os cavaleiros se acostumam aos feitos das

---

*caballería, para que sea buen servidor del Altísimo. Y conviene que se obligue y someta a honrar y mantener el dicho orden con todo su poder. En aquel día conviene haya sermón, en el cual sean recordados los trece artículos que son el fundamento de la Fe; los diez mandamientos de Dios; los siete sacramentos de la Santa Iglesia; y demás cosas tocantes a la Fe. El escudero debe recordar muy bien estas cosas, a fin de que pueda cumplir con acierto el oficio de caballería, que concuerda con el ejercicio de las cosas pertenecientes a la santa Fe católica.*

<sup>109</sup> FLORI. Op. Cit., 2005. p. 30.

<sup>110</sup> LLULL. OP. Cit., p. 18. Tradução livre nossa: *Al caballero se la da espada, que está hecha a semejanza de cruz, para significar que así como Nuestro Señor Jesucristo venció en la cruz a la muerte en la que habíamos caído por el pecado de nuestro Adán, así el caballero debe vencer y destruir a los enemigos de la cruz con la espada.*

armas e à manutenção da ordem da cavalaria. Desprezar os usos e costumes destas e de outras coisas semelhantes, que habituam o cavaleiro a usar bem a sua profissão, seria desprezar a ordem da cavalaria.<sup>111</sup>

Podemos perceber que as características do cavaleiro cortesão, de participar de justas e torneios, se fazem presentes incorporadas às funções dos cavaleiros como parte necessária para manutenção da ordem de cavalaria. Não há uma oposição clara às práticas dos cavaleiros cortesões, mesmo que a narrativa de Llull tenha a tendência a privilegiar o cavaleiro pedagógico como modelo ideal; as práticas dos demais cavaleiros se fazem presentes e incorporadas. O ofício do cavaleiro não se resume apenas ao controle social e à destruição dos inimigos da cruz. O cavaleiro também deve utilizar sua espada para proteger órfãos, idosos, crianças e às mulheres. Porém, as mulheres no manual de Llull tomam um destaque em diversos trechos, principalmente os que remetem diretamente a honra do cavaleiro:

Solicitar a esposa de um cavaleiro, ou incliná-la para o mal, é contrário à honra de um cavaleiro, e a esposa de um cavaleiro que tem o filho de um vilão desonra o cavaleiro e destrói a antiguidade de sua linhagem. O cavaleiro que, por desonestidade, é filho de uma mulher vil, desonra a companheira e a cavalaria. Sendo estas coisas verdadeiras, é apropriado que uma mulher e um cavaleiro sejam colocados em virtude do casamento, o que é apropriado para a honra da ordem de cavalaria; e quando alguém age de forma contrária a isso, então se destrói a cavalaria.<sup>112</sup>

A honra do cavaleiro e da cavalaria também deveria ser mantida pelas mulheres dos cavaleiros. Logo, há uma necessidade de controle sobre os corpos femininos para que não sejam motivo de destruição da honra e constrangimento do cavaleiro. A escrita de Llull reflete o momento de preocupação do clero em difundir o ideal do casamento como o modelo a ser seguido por cavaleiros e pela nobreza. Podemos perceber assim, que também é construída uma crítica às práticas do amor cortês que incentiva o desejo a mulheres já casadas ou de outros cavaleiros. Essa passagem, conjuntamente com a que foi apresentada anteriormente, evidencia que nem todas as práticas da cavalaria cortesã são alvos de críticas e devem ser

---

<sup>111</sup> Ibid., p. 11. Tradução livre nossa: *Es oficio de caballero, cabalgar y moderarse: correr lanzas; concurrir con armas a torneos y justas; hacer tablas redondas; esgrimir; cazar ciervos, osos, leones. Estas y otras cosas semejantes son del oficio de caballero; porque por estas cosas los caballeros se acostumbran a los hechos de armas y a mantener el orden de caballería. Despreciar los usos y costumbre en estas y otras semejantes cosas, que habitúan al caballero a usar bien de su oficio, fuera menospreciar el orden de caballería.*

<sup>112</sup> Ibid., p. 34. Tradução livre nossa: *Solicitar a mujer de caballero, o inclinarla a maldad, es contrario al honor de caballero, y la mujer de caballero que tiene hijo de villano, deshonor al caballero, y destruye la antigüedad de su linaje. Deshonor a pareja y caballería el caballero que haya por deshonestidad hijo de hembra vil. Siendo estas cosas verdad, conviene paraje de mujer y caballero por virtud de matrimonio lo cual conviene al honor de orden de caballería; y cuando se obra contrariamente a esto, entonces se destruye la caballería.*

evitadas, mas somente as que remetem à luxúria e ao amor proibido – segundo o olhar clerical.

O que procuramos é construir um perfil do cavaleiro ideal, e através da escrita de Llull podemos perceber que os aspectos do cavaleiro cristão enquanto modelo pedagógico é o de maior presença. Isso se justifica pelo fato de o autor ser membro do clero, mas também pela força que esse modelo adquiriu na sociedade. Idealizado inicialmente pelos textos de Bernardo de Claraval e das práticas das ordens de cavalaria, esse modelo procura fomentar nos cavaleiros um perfil alinhado com a Igreja e, principalmente, afastar a cavalaria do mundo cortesão. Apesar desse interesse, na escrita de Llull constatamos que nem todas as práticas dos cavaleiros cortesões eram repudiadas, ao contrário, eram incentivadas como fundamento necessário para que os guerreiros mantivessem a honra da ordem da cavalaria.

Esse perfil será posteriormente retomado ao analisarmos a cultura política da corte de Avis. Importante ressaltarmos as possíveis influências de D. Duarte na escrita dos seus livros, que em certos momentos retomam as ideias tal qual apresentadas aqui por Llull. Não estamos afirmando que de fato D. Duarte leu a obra de Llull, porém as semelhanças chamam a atenção em nossa pesquisa, e certamente constituíam uma corrente de pensamento que perpassou os dois autores, sendo sistematizados e registrados os posicionamentos dos autores nas respectivas obras.

A cultura política que procuramos demonstrar é construída por outros meios além da obra de Ramon Llull. Percebemos a literatura como uma parte influente na formação de tal cultura, mas principalmente pela propagação do modelo do cavaleiro ideal. Essa mesma literatura será reaproveitada pela Casa de Avis e constituirá parte de sua propaganda política, reforçando a força dos símbolos culturais da cavalaria sistematizados na literatura. Analisaremos a seguir uma obra literária que possui símbolos eloquentes sobre o estilo de vida dos cavaleiros, e, principalmente, retrata o cavaleiro ideal e a difunde, através de simbolismos poderosos, como o título de melhor cavaleiro do mundo, e a associação íntima com santos e outros símbolos católicos.

## **2.2 - A Demanda do Santo Graal:**

A Demanda do Santo Graal (DSG)<sup>113</sup> é uma representativa obra do universo arturiano e muito bem explorada na historiografia devido à sua relevância cultural e simbólica. A escrita original do texto é datada do século XIII, justamente nesse momento de efervescência

---

<sup>113</sup> Ao longo de todo o texto se optará pela referência à fonte mediante sua abreviação, neste trabalho determinada como DSG.

da literatura e de reformas em que os valores morais e cristãos são inseridos dentro das obras literárias e constroem um texto de caráter pedagógico, assim como são apresentados todos os perfis de cavaleiros levantados anteriormente e que são encarnados pelos personagens principais. A fonte original é escrita em francês arcaico, porém, somente alguns fôlios sobreviveram ao tempo, logo, o texto mais completo é uma cópia do século XV, escrito em português medieval<sup>114</sup>. A autoria do texto é anônima, porém Heitor Megale aponta que a partir de estudos filológicos pode-se notar particularidades no texto que apontam não somente para um único autor, mas sim para uma contribuição de possivelmente três autores (MEGALE, 1988, p. 11). A tradução para o português possui uma longa história, sendo resumidamente descrita por Zierer:

A obra tem relativa facilidade de acesso, visto que existem versões em português moderno (1988, 2008) que podem ser consultadas. O livro também está publicado em português arcaico em edições de Portugal, como, por exemplo, a de Irene Freire Nunes (1995). No Brasil houve duas edições da *Demanda* publicadas por Augusto Magne. Em 1944, este filólogo publicou dois volumes e um terceiro de glossário. Porém como essa versão omitia algumas partes do texto, foi bastante criticada. Posteriormente, Magne publicou uma versão crítica do português arcaico, seguida do fac-simile do manuscrito original, editada em 1955 (vol. 1) e 1970 (vol. 2).<sup>115</sup>

A facilidade de acesso às traduções modernas possibilita uma pluralidade de trabalhos em diversas áreas, principalmente em Letras e História. Este trabalho utilizará a tradução feita por Heitor Megale (1988).

A DSG é uma história fantástica sobre a busca dos cavaleiros da tábua redonda pelo cálice sagrado. A história começa na festa de Pentecostes no ano de 486 d.C., na casa do rei Artur. Todos os convidados estão na expectativa para o banquete, mas principalmente para a manifestação do maravilhoso, a manifestação de Deus no evento. O acontecimento que deflagra o início da busca pelo Graal é justamente o aparecimento do mesmo na festa, em que surge como um cálice emanando uma forte luz e enchendo as mesas com um riquíssimo banquete<sup>116</sup>. O cálice desaparece após algum tempo, mas não sem deixar a vontade do reencontro no coração dos cavaleiros. Logo, todos os cento e cinquenta juram não retornar à

---

<sup>114</sup> Códice 2594 da Biblioteca Nacional de Viena. Possui 199 fôlios “escritos em letra gótica em duas colunas, na frente e no verso” In: **A Demanda do Santo Graal**. Texto sobre os cuidados de Heitor Megale. São Paulo: Editora da USP, 1988., p.11.

<sup>115</sup> ZIERER, Adriana. “*Literatura e História n’A Demanda do Santo Graal: o rei, o cavaleiro e a mulher.*” In: ZIERER, Adriana e FEITOSA, Márcia Manir M. (Orgs). **Literatura e História Antiga e Medieval: diálogos interdisciplinares**. São Luís: EDUFMA, 2011, p.15.

<sup>116</sup> A Demanda do Santo Graal. 1988, episódio 25.

casa de Artur sem ter outro contato com o objeto sagrado, e com isso é dado o início à busca pelo Graal.

Essa busca é o que move todos os cavaleiros ao longo das páginas do conto. A estrutura da narrativa é subdividida em diversas aventuras que alguns dos principais cavaleiros viveram, sempre evidenciando a manifestação e os ensinamentos de Cristo. Dos cento e cinquenta cavaleiros, apenas doze recebem destaque na história, e principalmente três, que encarnam o melhor e mais puro ideal da cavalaria, sendo eles Galaaz, o “melhor cavaleiro do mundo”, além de Boorz de Gaunes e Perceval. Proporcionalmente a esses, outros três encarnam o que há de pior e mais condenável na cavalaria, sendo eles Galvão, Morderete e Agravaim. Os cavaleiros encarnam valores e conceitos, tornando-se assim sinônimos dos valores que buscavam inspirar. Galaaz é visto e entendido como a perfeição a ser alcançada pelos guerreiros, a boa cavalaria. Ao passo que os demais cavaleiros, principalmente Galvão, Murdered e Agravain, ainda que muito famosos na literatura por seus feitos, são a representação do que deveria ser evitado, a má cavalaria. O que observamos aqui é a oposição construída entre os perfis dos cavaleiros enquanto conceitos assimétricos<sup>117</sup>. Trata-se de conceitos duais que são mobilizados no discurso com a função de autovalidação simultânea, geralmente construídos através da oposição. Os personagens encarnam conceitos, virtudes e perdição, mobilizados em função da perspectiva dos narradores sobre o que significava ser um bom cavaleiro, em detrimento da cavalaria corroída por desejos individuais de riqueza e luxúria.

Motta demonstra que os conceitos antitéticos coexistem na sociedade, sendo necessária a percepção de múltiplas culturas políticas que utilizam a oposição como forma de afirmação social. Os conceitos antitéticos perpassam toda a sociedade, principalmente em culturas políticas opostas. Porém, em alguns casos, essa oposição se transforma em absorção, em que alguns valores e ideias influenciam ambas as culturas políticas e se tornam parte da identidade<sup>118</sup>. Percebermos que acontece esse movimento com a cavalaria, em que o cavaleiro pedagógico faz oposição aos demais cavaleiros, o vassalo e o cortesão, porém é possível perceber traços das demais cavalarias nas atitudes do cavaleiro pedagógico, refletindo justamente essa absorção natural ao longo do tempo.

Logo na introdução do personagem Galaaz, já são apresentados alguns dos importantes conceitos associados ao estilo de vida ideal para os cavaleiros. O contexto é a

---

<sup>117</sup> KOSELLECK, Reinhart; MASS, Wilma Patricia; PEREIRA, Carlos Almeida. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Contraponto Editora, 2021.

<sup>118</sup> MOTTA. Op. Cit., p. 10.

festa de Pentecostes, em que são reunidos todos os cavaleiros no castelo do rei Artur. Lancelot, pai de Galaaz, decide investir seu filho como cavaleiro nesta data. O início da narrativa é justamente os preparativos para a festa e a investidura:

Aquele dia, hora de prima, rezada a missa, fez Lancelote cavaleiro seu filho Galaaz, assim como era costume. **E sabeí que quantos lá estavam agradavam-se de sua aparência; e não era maravilha, porque naquele tempo não se podia achar em todo o reino de Logres donzel tão formoso e tão bem feito; porque em tudo era tal que não se podia achar nada em que o censurasse, exceto que era meigo demais em seu modo de ser.** E sabeí que, quando Lancelote o fez cavaleiro, não pôde conter-se de chorar, porque sabia que em toda parte era de grande prestígio que não podia maior ser; e via tão pobre festa e tão pequena alegria em sua cavalaria; nem ele podia jamais cogitar que pudesse chegar a tal grandeza como depois chegou. **O corpo tinha bem feito e o modo de ser era meigo.**<sup>119</sup>

Richard Kaeuper nos lembra que beleza e nobreza eram sinônimos no medievo, principalmente na literatura<sup>120</sup>. Galaaz, por ser o cavaleiro mais formoso, possui uma enorme nobreza, até mesmo maior do que seu pai Lancelot. Os narradores preparam o leitor para perceber os aspectos da cavalaria modelo em Galaaz, representando a nobreza que o diferenciava dos demais cavaleiros, e que nem mesmo a grande festa preparada em sua homenagem estaria à altura de sua posição social e seus feitos. Há um detalhe interessante, o único defeito de Galaaz era ser “meigo demais”. Pode ser uma crítica pelo cavaleiro ser cortesão e ter modos de comportamento diferentes dos demais cavaleiros, justamente por seguir os manuais de boa conduta escritos no século XIII, mas também pode ser um reforço dos narradores em demonstrar uma enorme habilidade de Galaaz de maneira indireta. Pois o meigo reflete uma jovialidade do personagem. Para ser cavaleiro era necessária a demonstração pública de grandes habilidades no campo de batalha, e mesmo que muito jovem, Galaaz já possuía os requisitos básicos para ser investido.

Após Galaaz tornar-se cavaleiro, surge no paço de Camelot uma espada fincada em uma pedra, e somente o melhor guerreiro poderia retirá-la. Todos pensam em Lancelot, porém esse se recusa a se aproximar do objeto; restando, assim, Galaaz, que a retira com facilidade e adquire a primeira arma do cavaleiro. A espada é representativa do simbolismo apresentado em Lull e também pela entrega da arma ser feita por Deus, através de um milagre, revelando mais uma vez a predileção por Galaaz.

---

<sup>119</sup> A Demanda do Santo Graal. 1988., episódio 6. Grifos nossos.

<sup>120</sup> KAEUPER. Op. Cit., p. 191.

Diante desses milagres, rei Artur percebe que estão sendo cumpridas todas as profecias sobre seu reino, mas também o fim de Camelot. Logo, procura festejar e se despedir dos cavaleiros com um grande torneio:

Então disse o rei aos que estavam perto dele:

- Amigos, assim é que a demanda do santo Graal é sinal verdadeiro de que ireis daqui logo; e porque sei verdadeiramente que jamais vos verei reunidos em minha casa, como agora vejo, quero que naquele campo de Camalote seja agora começado um torneio tal que, depois de minha morte, seja contado e no qual hajam que referir nossos heróis.

E concordaram com isso todos. E voltaram à cidade e pediram suas armas e armaram-se e voltaram ao campo. E o rei não fizera isto, senão para ver alguma coisa da cavalaria de Galaaz, porque bem sabia que não estaria muito em Camalote<sup>121</sup>.

O torneio constitui um momento de celebração e demonstração pública do que representa a cavalaria, assim como um grande torneio é motivo de honra para um reino, pois as histórias que serão contadas para a posteridade tornam os cavaleiros imortais. Galaaz não deixa de corresponder às expectativas dos presentes. No episódio 23 vence o torneio, ganhando de todos os demais cavaleiros com facilidade. Os episódios retratam a importância do espetáculo para a cavalaria e os cavaleiros, e a força imagética da cavalaria cortesã, mas também como um único cavaleiro, Galaaz, canaliza todas as expectativas da narrativa, concentrando toda a atenção dos narradores e dos personagens, sendo os demais cavaleiros apenas coadjuvantes.

Igualmente interessante é a entrega do escudo a Galaaz. Em uma das caminhadas, o cavaleiro chega a uma abadia dos monges que vestem branco, e lá encontra um escudo que não pode ser retirado de dentro do mosteiro. Porém, após ser reconhecido pelos monges como o melhor cavaleiro, ele consegue desfazer a maldição e leva o escudo branco consigo. A todo momento na narrativa é enfatizado que um escudo branco não representa ainda Galaaz, pois falta o desenho heráldico. O símbolo no escudo de Galaaz é desenhado em outro momento da narrativa, por um monge que utiliza sangue de suas narinas e desenha uma cruz ao centro.

Interessante ainda percebermos o elogio feito à ordem dos cavaleiros do templo através da literatura. O cavaleiro perfeito é um defensor da ordem e sua escolha é feita por Deus, que ao longo da narrativa insere os armamentos mágicos que somente Galaaz pode utilizar. Ao mesmo tempo, Galaaz encarna os valores ideais de humildade, sendo o cavaleiro que vive de maneira simples, sem enfeitar suas armas ou vivenciar os jogos cortesões, e que a

---

<sup>121</sup> A Demanda do Santo Graal. 1988. episódio 21.

todo momento na narrativa presta por fazer orações, penitências e se dedicar ao seu ofício de cavaleiro.

Os historiadores fizeram correr muita tinta sobre as ordens de cavalaria. As análises sobre a temática amalgamam as mais diferentes perspectivas, sendo complexa a tarefa de sistematização de todo o conhecimento produzido até o presente momento. Não pretendemos fazer uma longa análise sobre as ordens de cavalaria, apenas ressaltar um único ponto interessante à nossa pesquisa. Alinhamo-nos à perspectiva apresentada na tese de Ademir da Silva<sup>122</sup>, que com larga pesquisa em fontes e bibliografia sobre a ordem do templo, afirma que após a criação, essa ordem de cavalaria obteve poucas vitórias no campo de batalha, porém há uma larga produção literária que é amplamente difundida pela Europa durante o século XII. Para o autor, a explicação deste fenômeno reside no fato da ordem ser constantemente referenciada por bispos, abades e clérigos, exaltando a perfeição da ordem por aliar oração e penitência ao trabalho com as armas, além de que essas obras sustentam o universo simbólico e místico que é associado aos templários. Esse universo é tão representativo no mundo medieval que garante aos portadores dos símbolos e indumentária da ordem certos privilégios, como a doação de grandes fortunas e castelos.

Tal perspectiva nos auxilia a compreender um fenômeno próprio da cavalaria e que é legado às ordens: os aspectos performáticos. Como apresentado anteriormente, ao se portar como cavaleiro no campo de batalha, o que se espera é o reconhecimento da comunidade, seja por ser abastado o suficiente para manter o equipamento, seja por ser reconhecido como cavaleiro e assim portar todos os símbolos e signos inerentes a esse ofício. Para as ordens de cavalaria, os elementos performáticos são igualmente necessários para a manutenção da ordem, e principalmente como espécie de propaganda que garante um estado de elitização dos cavaleiros diante da sociedade. O manto das ordens monásticas garantem aos participantes todos os privilégios inerentes ao cavaleiro medieval, e mesmo que se construa uma narrativa de afastamento das ordens das práticas da cavalaria, é possível perceber no cotidiano medieval que não há um claro afastamento, mas um aproveitamento do clero da força simbólica dos cavaleiros e da cavalaria.

Outros elementos vão sendo construídos ao longo da narrativa, como a crítica ao amor cortês. Na preparação dos cavaleiros para o início das buscas, já nas primeiras páginas, os narradores demonstram sua preocupação com a vida luxuriosa:

---

<sup>122</sup>SILVA, Ademir Luiz da. **Da cruzada à demanda**. A tradição épica da ordem dos Templários na Baixa Idade Média portuguesa (séculos XII-XIV)”. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, Tese de Doutorado. 2008.

Depois disto, mandou o rei chamar a rainha e as donzelas e mulheres que viessem a ele. E depois que chegaram ao paço, cada um dos cavaleiros foi estar com sua mulher ou com sua amante ou com sua amiga. E alguns houve que combinaram com suas amigas de as levarem. E assim aconteceria, se não fosse um velho, que chegou vestido com hábito de ordem, que disse tão alto que todos ouviram:

- Cavaleiros da tábola redonda, ouvi. Vós jurastes a demanda do santo Graal. E Nascimento, o ermitão, vos manda dizer por mim que nenhum cavaleiro desta demanda leve consigo mulher nem donzela, senão fará pecado mortal. E não seja tal que nela entre, se não for bem confessado, porque em tão alto serviço de Deus como este, não deve entrar se não for bem confessado e bem comungado e limpo e purificado de todos os danos e de pecado mortal<sup>123</sup>.

O foco da aventura/narrativa é enfatizado pelos narradores, e se tratava de um serviço a mando de Deus, e por isso deveriam evitar contato com as mulheres, para assim que os cavaleiros não perdessem o foco da busca. É interessante observar a caracterização do personagem que faz o alerta, “vestido com hábito de ordem”, que pode ser de um mosteiro, mas também de uma das ordens de cavalaria. Essa caracterização reforça o momento cultural e político após o século XII, e que perdurou ao longo do tempo, de valorização das ordens como uma cavalaria ideal, em detrimento aos demais cavaleiros. Logo, não poderia ser outro cavaleiro/personagem que fizesse o alerta. Deveria ser alguém moralmente superior aos demais e que vivesse de maneira exemplar.

O controle da luxúria vai além do combate dos clérigos contra uma conduta errada, é um exercício de controle masculino sobre o feminino. Fundamentado principalmente no mito da criação do mundo, em que Eva é a responsável pela perdição humana, todas as mulheres, suas filhas, carregavam a culpa e o estigma de serem parceiras do diabo, sendo necessário afastar-se delas, principalmente os homens bons e puros, pois elas seriam a porta de entrada do pecado e da condenação dos homens.<sup>124</sup>

As relações entre homens e mulheres n’A DSG é ambígua, pois há uma exaltação das mulheres que vivem uma vida de contrição e oração, próximas à imagem difundida de Maria, mãe de Jesus. Ao mesmo tempo que há, em diversos trechos, a busca pelo controle dos corpos e alertas aos cavaleiros sobre os perigos dos encantos femininos. Galaaz, confirmando sua superioridade enquanto cavaleiro e cristão, no capítulo XV, passa por uma provação em relação às mulheres. O capítulo é aberto pela descrição da chegada de Galaaz e Boorz ao castelo do rei Brutos. Como de costume, os cavaleiros são bem recebidos com todas as honrarias de uma boa hospitalidade, inclusive são servidos pela filha do rei, que não é

---

<sup>123</sup> A Demanda do Santo Graal, 1998, episódio 34.

<sup>124</sup> ZIERER, Adriana. **A visão do diabo n’a demanda do santo graal**. A Religiosidade dos Celtas e Germanos - São Luis: UFMA/ Grafica Santa Clara, 2010., p. 145.

nominada no conto. A filha do rei imediatamente se apaixona por Galaaz devido à sua beleza e cortesia, e também começa a sentir um grande sofrimento por saber que não poderia ter o amor de um cavaleiro que ainda era jovem e não possuía terras para propor um casamento com a dama. Porém, em um surto de loucura a menina planeja dormir com Galaaz à força:

Depois que ambos os cavaleiros deitaram numa câmara, a donzela, que bem cuidava que já dormiam e que sabia o leito de Galaaz, saiu de seu leito em trajes de dormir, embora muito vergonhosa e com grande pesar de que havia de fazer contra sua vontade o que lhe amor mandava, porque, por sua má sorte, tinha a donzela de rogar o cavaleiro. E depois que ela veio à câmara onde eles deitavam, entrou e ficou tão espantada, que não soube o que fazer. Mas tornou em seu primeiro pensar que o amor lhe aconselhava e esforçou-se tanto, contra sua vontade, que foi a Galaaz e ergueu o cobertor e deitou-se ao lado dele. E Galaaz que dormia muito pesadamente, pelo trabalho que tivera, não despertou.<sup>125</sup>

O narrador a todo momento enfatiza que a donzela estava com sentimentos conflitantes, mas principalmente os que remetem a reprovação, mesmo que guiada pelo o amor, suas intenções eram totalmente condenáveis, e assim prossegue:

Quando a donzela viu que dormia, não soube o que fizesse, porque, se o despertasse, tê-lo-ia por loucura e que assim costumava fazer aos outros que aí vinham, e haveria nisso maior espanto e maior sanha, quando visse que assim se denodava, sem rogo. Então disse dentro de si em voz baixa:

- Infeliz, ludibriada sou e aviltada e nunca terei honra em nada que faça, quando, para meu pecado e para meu feito e sem pedir, vim deitar com este cavaleiro estranho, que não sabe nada da minha vida.

Depois disse:

- Ai, louca e néscia, que é isto que dizes? Tu não poderás fazer nada por este cavaleiro que não te seja vergonha e desonra.

E ela cuidava que, depois que fosse deitar ao lado dele, cumpriria ele seu intento; e de modo algum não cuidava, pois ela era tão formosa e de tão alta posição, que ele tão vilão fosse que não cumprisse sua vontade.<sup>126</sup>

É incessante a auto-condenação, porém não é suficiente para controlar a donzela e impedi-la de atos desonrosos, interessante percebermos a exaltação da beleza da jovem donzela, e que seria certamente ainda mais condenável caso o cavaleiro recusasse tamanha oferta, refletindo assim uma característica da cavalaria de dispor dos corpos femininos e demonstrar virilidade. Sabemos que na narrativa se trata de Galaaz, logo, os narradores precisam demonstrar os motivos de recusa da moça por parte do cavaleiro, e assim não seja vergonhoso que um homem recuse uma donzela tão formosa:

---

<sup>125</sup> **A Demanda do Santo Graal**. 1988. episódio 113.

<sup>126</sup> *Idem*.

Então se chegou a ele mais que antes e pôs a mão nele muito devagar para despertá-lo; mas, quando sentiu a estamemha que o cavaleiro vestia, porque sem estamemha nunca ele estava nem de noite nem de dia, ela ficou tão espantada que disse logo:

- Ai, infeliz, que é isto que vejo? Não é ele cavaleiro dos cavaleiros andantes, que dizem que são namorados, mas é daqueles cuja vida e alegria está sempre em penitência, pela qual lhes advém grande bem para o outro mundo, e perdoa Deus aqueles que erro tiverem feito contra ele. E por nada, disse ela, posso acabar com ele o que queria. E como quer que este cavaleiro seja alegre para parecer, grande é o sofrimento de sua carne e mostra bem que o seu coração pensa em cousa diferente do que a minha carne mesquinha infeliz já pensava. Este é dos verdadeiros cavaleiros da demanda do santo Graal e em má hora foi tão formoso para mim.

Então começou a chorar e fazer seu lamento o mais baixo que pôde, para que não a ouvissem<sup>127</sup>.

A todo momento durante a execução do seu plano, a donzela percebe os erros e os pecados que estão sendo cometidos, principalmente a loucura de se permitir ser guiada por seus sentimentos e não pela razão. Estava certa em seu coração de que não seria recusada pelo cavaleiro por ser a mais formosa do reino e, certamente, muito desejada por diversos outros cavaleiros ao ponto de ser uma atitude negativa caso Galaaz recusasse tamanha oferta. Quando a donzela percebe que Galaaz é um cavaleiro diferente dos demais, seu desespero aumenta. Se tratava do cavaleiro escolhido por Deus e que encontrava sua alegria na penitência, oração e nos propósitos católicos, afastado dos demais cavaleiros que buscavam amantes por todas as terras.

Com tantos lamentos, Galaaz acorda e ao perceber a donzela em sua cama, por ainda ser virgem e seguir os mandamentos da Igreja, evita o contato com a filha do rei e tenta expulsá-la de seus aposentos. A menina, totalmente ensandecida, toma a espada do cavaleiro e comete suicídio por este último não realizar seu desejo sexual, mas principalmente por perceber que seu amor não iria se concretizar. Este episódio ilustra, de modo claro, as loucuras que, aos olhos dos narradores, poderiam ser cometidas em nome do amor, e como esse sentimento poderia ocasionar diversos pecados e ser o propósito da condenação de muitas almas. Os guardas do castelo, após perceberem a menina morta, acusam Galaaz do crime e procuram prendê-lo. Porém, Galaaz combate os guardas do castelo com tanta habilidade que consegue escapar.

Galaaz vence a provação e mantém a castidade, em oposição aos demais cavaleiros que diante dessa mesma situação aceitariam a proposta da donzela. Podemos perceber que a superioridade de Galaaz não se dá somente sobre suas habilidades e nobreza, mas também por

---

<sup>127</sup> A Demanda do Santo Graal. 1988. episódio 113.

poder escolher o mais adequado a um cavaleiro cristão do que seus demais companheiros. Adriana Zierer mostra que a relação entre homens e mulheres n'A DSG é definidora no desfecho da história, de quais os cavaleiros serão salvos por Deus e quais serão condenados<sup>128</sup>, sendo ideal a todos os homens manterem-se afastados enquanto solteiros e procurarem o casamento para diminuir seus pecados durante o relacionamento com mulheres<sup>129</sup>.

A lenda do Graal é o lugar mais significativo onde a religião entra no mundo arturiano. O público da Idade Média tardia entendeu a história do Graal como cristã, quaisquer que sejam suas origens, e gerou dúvida sobre a ideia da destreza como a única medida para o cavaleiro. Lancelot, o melhor cavaleiro do mundo, não pode ser o único a alcançar o Graal, porque ele cometeu pecados da carne (notavelmente adultério e fornicação, mas a ênfase na virgindade de Galahad em algumas versões indica que mesmo o sexo conjugal pode levar à desqualificação.<sup>130</sup>

Em diversos episódios, há essa desqualificação e denúncia dos cavaleiros luxuriosos. No capítulo 52, intitulado: Artur - o pequeno, demonstra a crítica do autor de maneira clara, devido à explicitude em que são colocados os elementos-objeto de nossa análise. O episódio em questão se inicia com o rei Artur caçando pela floresta de Bretheão. Após caminhar pela floresta desacompanhado e adentrar em caminhos pouco conhecidos, o rei acaba perdido e encontra uma clareira, na qual também acha-se uma donzela. E assim segue a narrativa sobre este encontro:

Quando o rei viu a donzela tão formosa, cuidou verdadeiramente que era fada, porque estava só. E apeou-se e atou seu cavalo a uma árvore e descingiu a espada e a pôs sobre a relva e seu arco e suas setas. Tais armas trazia e não mais. E depois, dirigiu-se à donzela e saudou-a; e ela se ergueu para ele e saudou-o muito apropriadamente; e o rei se sentou e ela também, e começaram a conversar, e achou-a o rei tão sisuda e de tão boa palavra, que maravilha era, e agradou-se tanto dela, que dormiu com ela à força. E ela, que era menina e ainda não sabia de tal coisa, começou a gritar enquanto ele deitava com ela, mas não lhe houve proveito, porque, ainda assim fez o rei o que quis e fez nela um filho.<sup>131</sup>

---

<sup>128</sup> ZIERER, Adriana. **Eleitos versus Pecadores: O Ideal Cavaleiresco N'a Demanda do Santo Graal.** Revista Crítica Histórica, v. 4, n. 7, 2013.

<sup>129</sup> DUBY, Georges. **The knight, the lady and the priest: the making of modern marriage in medieval France.** University of Chicago Press, 1993.

<sup>130</sup> KARRAS. Op. Cit., p. 43. Tradução livre nossa: *The legend of Grail quest in the most significant place where religion enters the Arthurian world. Late medieval audiences understood the Grail story as Christian, whatever its origins, and it cast doubt on the idea of prowess as the sole measure of a knight. Lancelot, the best knight in the world, cannot be the one to achieve the Grail, because he has committed sins of the flesh (notably adultery and fornication, but the stress on Galahad's virginity in some versions indicates that even marital sex might have lead to disqualification).*

<sup>131</sup> **A Demanda do Santo Graal.** 1988. episódio 357.

O fato da donzela ser educada e uma ótima companhia ao rei foram razões suficientes para que Artur a estuprasse e, assim, um episódio de um encontro aparentemente inocente é transformado em um ato brutal de violência. Em uma análise discursiva e sintática, podemos perceber que os narradores oniscientes em nenhum momento utilizam a palavra violência, mas deixam claro do que está sendo narrado pelo uso da força, dos gritos da donzela, e mesmo com muito esforço não haveria a possibilidade da donzela ser salva daquela situação, e que o rei fez “toda sua vontade”.

Mesmo que pareça simples perceber a violência por meio da análise do discurso e da sintaxe escolhida pelos narradores, a temática em questão possui diversos desafios devido à natureza subjetiva do que podemos classificar como violência. Claude Gauvard aceitou o desafio de Jacques Le Goff e escreveu um verbete sobre a violência para a Idade Média, que podemos destacar:

**Os termos “violência” e “violento” são de emprego raro e se referem a um caso particular, o do estupro: faz-se “violência da virgem”. A violência fundadora é essa, excesso condenado porque despreza as leis fundamentais da reprodução. “Cruel” e “crueldade”, que poderiam designar efeitos nefastos da violência, quase não são empregados num sentido moral e afetivo. Sua significação é, antes de tudo, política e qualifica quase sempre a ação tirânica. A opressão é “*crueuse*” [...] São os excessos da violência que são objetos de condenação, não propriamente dita<sup>132</sup>.**

Quando confrontamos o episódio narrado com a afirmativa de Gauvard, podemos perceber algumas incompatibilidades. Sem dúvida se trata de um episódio de violência contra uma virgem, pois ainda “era menina e não sabia de tal coisa”, assim, era esperado que os narradores utilizassem o termo referente à violência no vocabulário medieval. Porém, não é feita de maneira direta, e sim por meio de sinônimos, que deixam claro ao leitor do que se trata, sem a utilização do vocábulo referente a violência.

Gauvard argumenta que a condenação da violência ocorre para atos que desprezam as leis fundamentais da reprodução humana. Na narrativa apresentada, o rei Artur de fato engravida a donzela vítima de seu ataque, o que nos leva a questionar quais seriam tais leis fundamentais desprezadas pela violência. Os narradores deixam claro que se trata de uma violência praticada, o que corrobora à primeira condição estipulada por Gauvard, por se tratar

---

<sup>132</sup> GAUVARD, Claude. Violência - in: **Dicionário analítico do ocidente medieval 2/** Jacques Le Goff, Jean-Claude Schmitt (Orgs.), Trad: Hilário Franco Júnior, - São Paulo: Editora Unesp, 2017, p. 678 - 679. Grifo nosso.

de um ataque contra uma virgem. O que está ausente no acontecimento é o consentimento entre ambas as partes, logo, podemos estabelecer que para as sociedades medievais, o excesso que caracteriza a violência seria o desprezo às leis fundamentais da reprodução devido à falta de consentimento.

Há uma grande preocupação dos medievais com o controle sobre os corpos femininos,<sup>133</sup> principalmente para evitar episódios como os narrados acima. Sobre a vítima feminina recai toda a culpa, sendo ela vista como um possível motivo de desonra na família, já que poderia estar grávida sem possuir um marido<sup>134</sup>. Essas questões ficam explícitas no diálogo entre o pai da jovem com o rei Artur, após ter chegado na floresta, e encontrado o rei com sua filha:

Quando ele achou sua filha chorosa, logo julgou em seu coração que deitara o cavaleiro com ela à força, e apeou, e meteu mão à espada, e disse a sua filha:

- Ou me dirás por que choras, ou te cortarei a cabeça.

E ela teve pavor de morrer, e contou-lhe o que acontecera. E o cavaleiro, que teve disso grande pesar, começou a olhar o rei com tão grande sanha, que julgou que era o rei, mas não com toda a certeza. E porque temia isso, disse-lhe:

- Assim Deus vos salve, dom cavaleiro, dizei-me quem sois.

- Assim Deus vos salve, nunca por medo neguei meu nome, nem agora o farei. Sabei que sou Artur.

- Assim Deus me ajude, disse o cavaleiro, pesa-me, porque, se outro fosse, vingaria minha desonra; mas de vós, seria traidor, porque sois meu senhor; mas isto vos farei: não vos amarei nunca, porque desonra me fizestes e vilania, pois forcastes minha filha.<sup>135</sup>

O rei escapa do pai furioso, não por sua força ou habilidade, e sim pelos laços políticos de vassalagem e senhorio. Apesar de não ser incomum vassallos se voltarem contra seus senhores em um determinado conflito, o cavaleiro escolhe não puxar suas armas, apenas o caminho do desafeto, de não respeitar e amar o rei Artur. Algumas possibilidades de interpretações são abertas por esse trecho de compreensão das dinâmicas sociais medievais. Seguindo os estudos de Stephen D. White, podemos analisar a vingança e as amarras sociais estabelecidas por essa prática. O autor reconhece que a sociedade medieval possui a vingança como elemento legítimo da prática da justiça, de reparação de um dano sofrido para qualquer

---

<sup>133</sup> ZIERER, Adriana. **A visão do diabo n'a demanda do santo graal**. A Religiosidade dos Celtas e Germanos - São Luis: UFMA/ Gráfica Santa Clara, 2010.

<sup>134</sup> Os personagens em cena não possuem a consciência da gravidez da moça, apenas os narradores oniscientes e o leitor, logo, alguns diálogos e descrições que remetem ao futuro, possuem certo grau de incerteza para os personagens.

<sup>135</sup> **A Demanda do Santo Graal**. 1988. episódio 357

indivíduo, independentemente da estratificação social. Porém, em nem todos os casos era empregada a violência como vingança. De acordo com White, há de se avaliar a conveniência para o ato. Nem sempre a documentação apreende esse elemento que é associado à vingança, e mesmo sendo comum o seu emprego, não era em todas as situações que deveria ser realizada, pois a relação ganho/prejuízo estaria desbalanceada<sup>136</sup>.

Na situação analisada, o cavaleiro demonstra que se vingaria de todo e qualquer homem que fizesse o mesmo que Artur fez com sua filha, porém avaliou que não era conveniente naquele momento o uso da vingança, seja por optar honrar os códigos de vassalagem e senhorio que também são fundamentais para a cavalaria, seja por perceber que poderia sofrer consequências, como ser preso ou morto pelos guardas do rei. Há de se notar que é feito esse cálculo de ganhos e perdas, e que a melhor opção é feita pelo cavaleiro em seguida. Ao final do diálogo, a violência é proclamada pelo sinônimo “vilania”, que remete a uma pessoa que age por meios vis, porém com uma nova vítima, a honra do cavaleiro e pai. A cultura política é manifestada não somente quando se evita o conflito, mas com a solução que é sugerida pelo rei:

O rei, que bem reconhecia que o afrontara, disse-lhe:

- Estou aqui, que vo-lo quero corrigir à vossa vontade, e quero casar vossa filha com um dos maiores cavaleiros de minha casa e de mais alta posição.  
- Isto não quero eu ora, disse o cavaleiro, e vos direi por quê: deitastes com minha filha e porventura está grávida de vós; e, se agora logo outro casasse com ela, ainda que o filho fosse vosso, não o acreditaríeis vós nem ninguém. E por isso a quero guardar algum tempo e, se porventura estiver grávida, vo-lo farei saber; e, se não, farei dela o que entender que for proveito.<sup>137</sup>

O rei Artur utiliza de sua posição e tenta mascarar seus atos arranjando um casamento para aquela jovem, porém é recusado prontamente pelo pai, pois mesmo que houvesse um acréscimo financeiro a ele por conta do dote recebido no momento do casamento, a jovem poderia ser recusada pelo marido, pois caso estivesse grávida de outro homem, iria trazer desonra também a toda a família do futuro marido. O cavaleiro reconhece que naquele momento os diversos fios que tecem a teia social são colocados contra ele, e a imagem do rei continuaria impecável diante da comunidade, pois não acreditariam que o rei Artur foi capaz de tais atos cruéis, já que este último era o escolhido de Deus para guiar o reino, e por ser

---

<sup>136</sup> WHITE, Stephen D. **Feuding and Peace**: Making in the Touraine Around the Year 1100. *Traditio*, v. 42, p. 195-263, 1986.

<sup>137</sup> **A Demanda do Santo Graal**. 1988. episódio 357.

cavaleiro, eram garantidos valores como honra, lealdade, honestidade e diversos outros aspectos que perpassam os participantes da instituição.

O destino da jovem se torna incerto. O cavaleiro se sente totalmente desonrado e vítima maior do rei, e este último acaba maculado pelos narradores da história, que evidenciam ao leitor a crueldade e vilania presentes no coração de Artur. A violência perpassa as relações sociais, em que alguns, na trama política, gozam de privilégios e prerrogativas de uso de maneira legítima, porém a utilizam de modo ilegítimo.

Há uma construção do autor da narrativa em uma espécie de hierarquia da violência, em que são ponderados quais os tamanhos dos danos causados e quais poderiam causar danos ainda maiores. Mesmo que o pai tivesse a vontade de vingar em seu coração, não poderia fazer contra o rei, pois este representa teoricamente o bem-estar coletivo, e qualquer ataque à sua imagem era um ataque direto ao sistema feudal. Apesar dos narradores deixarem nítida a violência praticada pelo rei, a depravação moral de Artur é revelada apenas para o leitor e os personagens em cena, pois em seguida o cavaleiro/pai percebe que a imagem de Artur não seria afetada diante dos cidadãos do reino. O rei Artur dispõe, assim, de um privilégio moral atribuído à sua imagem enquanto rei, que para ser corroída necessitaria de outras provas além da palavra, seja do cavaleiro, da sua filha, ou até mesmo do próprio Artur. O episódio revela quão poderosa pode ser a imagem de um cavaleiro-rei em aspectos morais e de nobreza que garantem privilégios.

Em seguida, vem a violência contra a honra da cavalaria, que une o rei ao pai da donzela, onde o ataque seria contra a instituição que encarna a nobreza, lealdade, entre outros valores morais que inserem o cavaleiro como modelo da sociedade. Rei Arthur desonra os códigos de cavalaria, pois procura mascarar seus atos casando a moça com um cavaleiro de alta posição. Diferentemente de Artur, o cavaleiro procura agir com honra e respeito aos códigos de cavalaria apesar de sua posição de inferioridade na sociedade. Esse contraste reforça a percepção dos narradores sobre a depravação estar associada aos cavaleiros que frequentavam os ambientes da corte, e não necessariamente a cavalaria.

Por fim, a violência contra a honra da moça, como podemos perceber, fica em segundo plano. Mesmo que esta tenha sofrido um dano físico, não é mencionada reparação de danos a essa donzela, sendo colocada totalmente alheia às discussões entre o pai e o rei. O que é debatido pelos homens é o controle sobre os corpos femininos, sendo na hierarquia da violência o dano contra o direito do pai de decidir qual o homem poderia dispor de sua filha, maior do que o bem-estar físico da donzela.

Analisando os elementos subjetivos na narrativa, o rei Artur representa para a sociedade de Camelot, até aquele momento, um bom senhor e um bom cavaleiro. É determinado pela narrativa em Merlim, que Artur é filho do rei Uther Pendragon com a duquesa de Tintagel. A relação entre rei e duquesa é ilegítima, e por essa razão Artur fica aos cuidados de um casal de camponeses e sob a proteção de Merlim, mas sem qualquer contato com os pais ou conhecer sua origem nobre. Na missa de Natal, após a morte do rei Uther, todos se reúnem para pedir a Deus o envio do futuro rei e salvar aquelas terras da perdição que os assolava. Ao final da missa surge no paço do castelo uma espada fincada em uma pedra e somente o legítimo rei poderia retirá-la<sup>138</sup>.

Assim como Galaaz, Artur retira a espada sem esforço e, em seguida, Merlim revela a todos a verdadeira origem e o direito ao trono do jovem Artur. A espada mágica revela a predileção de Deus por Artur e principalmente a superioridade moral do futuro rei, que por sua boa cavalaria e senhorio liberta o povo de Camelot dos saxões e traz novamente a prosperidade às terras do reino. N'A DSG podemos perceber que há um enfraquecimento do rei enquanto símbolo de uma boa cavalaria e moralidade devido aos seus próprios atos impróprios, mas também pela presença do amor cortês em sua corte, uma vez que seu principal cavaleiro, Lancelot, é amante de sua esposa Guinevere. As consequências serão descritas adiante, com o enfraquecimento de Camelot e a destruição total do reino, e apesar de sua habilidade militar, o rei termina a narrativa muito ferido, sendo retirado pelas fadas para as terras mágicas de Avalon.

Podemos perceber a substituição dos símbolos dentro da cultura política da cavalaria, pois Galaaz e Artur são eleitos por Deus de forma semelhante, e esse paralelismo confere a ambos a superioridade moral naquela sociedade, assim como para assegurar que o leitor perceba Galaaz como esse novo predestinado por Deus para a salvação. O que em Artur falta é o que há em excesso em Galaaz, a disciplina própria das ordens de cavalaria que conferem ao último uma manutenção de seus propósitos e valores cristãos em todas as situações, principalmente as que envolvem damas e o enlace amoroso na corte.

Retornemos para nossa análise principal sobre a violência na cavalaria. O período medieval é marcado por diversas guerras e conspirações contra senhores e reis, que em muitos casos, encontravam um desfecho brutal. Richard Kaeuper argumenta que a violência era uma prática comum e necessária como pilar de sustentação da cavalaria e de diversos reinos. Aparentemente, a violência era uma prática cotidiana do mundo medieval, e que muitas vezes

---

<sup>138</sup> BORON, Robert. **Merlim**: Romance do século XIII. Tradução: Heitor Megale. Editora Imago. Rio de Janeiro. 1993., p. 175.

não era tipificada como tal, já que se enquadrava dentro das possibilidades toleradas pela sociedade. O desafio, para aquela sociedade, e nos historiadores, consiste em mensurar e identificar quais os conjuntos de atos que configuram um exagero.

A violência aponta para vários caminhos de análises possíveis, mesmo sem o emprego do conceito nas narrativas. Os sinônimos empregados pelos autores formam o que podemos conceituar como léxico gramatical da violência. Esse léxico é formado por um conjunto de outros conceitos e ideias que orbitam próximos da violência, mas que são empregados com mais frequência do que o conceito central, e por isso possuem a capacidade de denunciar ou demonstrar a violência sem necessariamente a aparição desta palavra. Crueldade, vilania e a descrição da força empregada nos atos, são alguns dos exemplos de conceitos e estratégias argumentativas utilizadas pelos autores que compõem esse léxico.

Para explorarmos a fundo esse léxico da violência, devemos analisar um outro episódio muito representativo da presença da violência nas relações sociais, principalmente a presença dos símbolos da cultura política. O episódio em questão é a narrativa da morte do Rei Bandemaguz n'A Demanda do Santo Graal. Em certo momento da narrativa da DSG, um dos cavaleiros da tábua redonda, de nome Morderet, está a andar pela floresta e encontra uma moça na companhia de um cavaleiro e um escudeiro, ambos seus irmãos:

E assim que viram Morderete desarmado, logo perceberam que era cavaleiro andante. E logo que chegaram a ele, saudaram-no, e ele a eles, mas muito contrariado, como quem era de má vontade e muito vilão. E depois que passaram por ele, disse ele:

- Que mal fiz agora que não peguei aquela donzela e não fiz nela meu prazer! E se eu fosse cavaleiro como me dizem, não me escaparia assim. Então voltou muito rápido e foi à donzela, e pegou-a pelo freio e disse-lhe:

- Donzela, tornar vos convém, e ir comigo, que assim me aprazo

- Por Deus, disse ela, não irei, se Deus quiser, que nunca entre mim e vós houve por que o deva fazer.

- Por Deus, disse ele, ireis, queirais ou não.

E puxou-a pelo freio para levá-la à força.<sup>139</sup>

Morderet sente uma vontade súbita de possuir à força aquela moça e poderia consumir sua vontade devido a sua alta posição na sociedade, e com isso todas as donzelas estariam disponíveis para seu prazer. O cavaleiro possui uma enorme consciência de sua posição social, além de suas habilidades, o que leva a um conflito direto com os irmãos da donzela para que pudesse realizar os atos que estavam em seu coração. Após matar os irmãos, Morderete segue com seu plano e toma a donzela à força:

---

<sup>139</sup> **A Demanda do Santo Graal**. 1988. episódio 263.

E depois foi à donzela e derribou-a do palafrém, e levou-a a umas moitas, que havia perto dali e despiu a loriga. E ela, que nunca tivera marido e se viu a ponto de ser desonrada, se Deus não a socorresse de algum modo, chorava e fazia lamentos e dizia, na mais alta voz que podia:

- Valia! Valia!

E quando ele viu que gritava assim, feriu-a e fez-lhe quantos escárnios pôde e pegou-a pelos cabelos e arrastou-a para um atalho e desonrou-a o pior que pôde, como quem era um dos bravos cavaleiros do mundo. E ela bradava mais e mais, de modo que rei Bandemaguz, que andava buscando aventuras, como os outros, a ouviu e foi para lá para ver o que era e aproximou-se tanto, que achou Morderete que tinha a donzela no chão, a quem fazia tanto pesar e tanta desventura, que maravilha era que já não estivesse morta. E ela gritava mais e mais, a ver se viria socorro de alguma parte.<sup>140</sup>

A brutalidade não desaparece da narrativa, e reforça como os cavaleiros poderiam usar de suas habilidades e posição social para empregar a violência na sociedade e com isso obter vantagens ilegítimas. O conceito central que guia a violência nesse trecho é o emprego da força, mas também a desonra, que neste contexto pode ser lido como estupro, e que compõe mais uma das palavras que orbitam ao redor da violência. Sexualidade e violência são conceitos intimamente relacionados na narrativa da fonte. Pierre Bourdieu argumenta que a construção do poder masculino e das masculinidades se dão a partir do controle e dominação dos corpos femininos através de atos sexuais. Sendo assim, as mulheres são parte dos instrumentos de demonstração de poder masculino:

“As manifestações (legítimas ou ilegítimas) da virilidade se situam na lógica da proeza, da exploração, do que traz honra”, tendo em vista que as masculinidades necessitam da demonstração contínua entre os pares, possuir corpos femininos através do ato sexual é um exercício de poder e confirmação da posição de dominação masculina.<sup>141</sup>

A conclusão deste episódio é fatal e cruel, assim como seu início. Com a chegada do Rei Bandemaguz, que também era da tábua redonda, e tenta socorrer a donzela em perigo, como manda o código da cavalaria:

[...] E o rei, que era muito cortês e de muito boa vontade, rogou a Morderete, por Deus e por cortesia, que não fizesse mais mal à donzela. Quando ela viu o cavaleiro, gritou-lhe:

- Ai, cavaleiro bom, por Deus e por tua honra, tira-me das mãos deste desleal cavaleiro, que me matou dois irmãos e me quer possuir à força.

---

<sup>140</sup> **A Demanda do Santo Graal**. 1988. episódio 264.

<sup>141</sup> BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Trad. Maria Helena Kühner - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. p. 21.

- Como? donzela, disse Bandemaguz, não sois sua?  
 - Assim Deus me ajude, senhor, disse ela, nunca o vi, nem ele a mim, a não, ser hoje, que eu saiba.  
 - Ai! Cavaleiro, disse o rei Bandemaguz, diz ela a verdade?  
 - Ainda que diga verdade, disse Morderete, o que tendes a ver?  
 - Tenho tanto a ver, disse rei Bandemaguz, que se nela mais meteis mão até que eu saiba a razão, vos achareis mal.  
 - Quão pouco agora temo vossas ameaças! disse Morderete. Por boa fé, por este despeito, diante de vós a matarei. E tomou logo a espada, e deitou-lhe a cabeça longe, e disse:  
 - Dom cavaleiro, ora podeis ver o medo que de vós tenho, e se não fôsseis vós, não morrera ela.  
 Quando isto ouviu, teve pesar e muito grande raiva, e não se pôde conter que não se dirigisse a ele, mas era vilania, porque Morderete estava desarmado e a pé, e ele, armado e a cavalo; e feriu-o por meio do peito, de modo que a lança foi do outro lado; e meteu em terra tão ferido, que cuidava morrer, e foi-se-lhe muito sangue, que toda a terra ao redor dele ficou coberta. Quando o rei o viu assim, cuidou que estava morto e por isso não o quis ferir, e separou-se dele, e foi com grande pesar da donzela, que fora morta por ele.<sup>142</sup>

Mesmo a donzela em perigo, gritando e pedindo socorro, como descrito, o rei precisou questionar Morderete se de fato a moça estava em perigo e que não era sua esposa. Novamente a violência é reconhecida por se tratar de uma virgem que estava sendo explorada por um homem que não era seu marido. Após o casamento, as mulheres se tornavam objetos dos homens, que poderiam fazer o que bem entendessem com seus corpos.<sup>143</sup> A ação não é tomada de imediato, e assim Morderete possui tempo suficiente para assassinar a donzela. O rei Bandemaguz não é motivado pela morte ou para salvar aquela moça, mas sim pelo desprezo apresentado por Morderete contra ele. O que motiva a ação do rei é apenas sua própria honra.

Outro simbolismo demonstrado na história é o confronto que deveria ser direto, homem a homem. O rei Bandemaguz pratica uma violência por entrar em combate a cavalo contra Morderet, enquanto esse último estava a pé e em desvantagem. Novamente, o adjetivo da vilania é utilizado para descrever uma violência contra o sistema simbólico, neste caso os códigos de confronto da cavalaria. Os narradores, como demonstrado, constantemente transferem a vítima da violência para diferentes pontos e personagens de acordo com o desenrolar da narrativa. Inicialmente é a donzela, porém rapidamente a honra do rei Bandemaguz é transformada em vítima e, por fim, o Morderet, que inicialmente é autor, também se torna uma vítima da violência.

<sup>142</sup> **A Demanda do Santo Graal**. 1988. episódio 265.

<sup>143</sup> FERREIRA, Claudienne da Cruz et al. **Virilidade, misoginia e violência em a demanda do santo graal e nas crônicas de Fernão Lopes**. Dissertação. Universidade Federal do Maranhão, São Luís. 2021. p. 84.

Podemos compreender outras nuances da argumentação dos narradores e suas preocupações em denunciar a cavalaria cortesã a partir da comparação dos cavaleiros. Morderete é o exemplo de cavaleiro a ser evitado devido ao exagero em que emprega a violência, mas também sua sede pela luxúria. No espectro oposto está Galaaz, que não reproduz o comportamento luxurioso dos demais cavaleiros; ele encarna a figura de cavaleiro de Cristo, um modelo de cavaleiro santo, afastado das práticas e buscas mundanas. O episódio em que a donzela se apaixona por Galaaz demonstra como a expressão da masculinidade do cavaleiro é diferente da dos demais. No entanto, Galaaz busca a todo custo manter sua virgindade, somente se dispondo a realizar o ato sexual se fosse para impedir que a donzela cometesse suicídio. Tal gesto é muito significativo, já que aproxima Galaaz do corpo clerical, sendo também considerado o maior dos cavaleiros.

Por ser Galaaz o cavaleiro ideal, ele reproduz atitudes de uma cavalaria ligada ao simbolismo da Igreja, aquela que pode renunciar aos prazeres mundanos por um objetivo maior. Com a prática das orações, mantém o código de honra da cavalaria a qualquer custo. Porém, Galaaz encarna também algumas outras características que são próprias da masculinidade e comportamento esperado por todos os cavaleiros, como demonstrações de coragem, bravura, violência, o domínio das armas e das técnicas guerreiras. Um episódio muito representativo é o combate entre Rei Mars e o Rei Artur, quando a cidade de Camelot está sitiada por milhares de homens da Cornualha e a única saída é enviar mensageiros pelo reino para pedir ajuda aos cavaleiros simpatizantes de Artur. A notícia chega a Galaaz, Palamades e Artur, o Pequeno, que imediatamente seguem para a cidade. Se esperam grandes feitos de Galaaz, já que é o escolhido, e ele corresponde ao esperado:

[...] Quando os cavaleiros de rei Mars viram seu senhor por terra, não houve um que não ficasse espantado. E então aguilhoaram mais de dez a Palamades e mataram-lhe o cavalo e feriram-no com muitas chagas e o matariam então, porque não podia se defender a pé, mas Galaaz, que o prezava muito e à sua cavalaria, meteu mão à espada da estranha cinta e começou a dar tão grandes golpes, que derribava e fazia dano por onde ia tão feroz, que não havia tão corajoso, que não se espantasse com as maravilhas que o viam fazer, pois, sem falha, não alcançava cavaleiro, por bem armado que fosse, que o não metesse por terra morto ou ferido de morte ou paralisado [...]<sup>144</sup>

Além de mostrar grande habilidade, Galaaz não abre mão da violência e da brutalidade quando necessárias, pois essas são demandadas ao cavaleiro e exaltadas na literatura construída sobre seu universo. Este é um entre tantos episódios nos quais os narradores tecem

---

<sup>144</sup> **A Demanda do Santo Graal**. 1988. episódio 470.

elogios e admiração à coragem dos cavaleiros escolhidos, ridicularizando ao mesmo tempo os homens que fogem do combate, no caso, o Rei Mars, que após a derrota e fuga torna-se um cavaleiro covarde, justificando assim sua morte desonrosa. N'A DSG, ao mesmo tempo em que se constrói uma crítica às práticas cortesãs da cavalaria, valoriza-se as práticas violentas, vendo-as como próprias ao bom cavaleiro, características de uma masculinidade definida pela força, coragem e virilidade.

Em diversos episódios, Galaaz é confrontado por outros cavaleiros que o desafiam para um combate, e nosso campeão aceita prontamente quase todos e os vence sem muito esforço. Apenas um único combate é recusado por Galaaz, sendo descrito no capítulo 67, "Galaaz confunde cavaleiros invejosos, Heitor e Galvão". A narrativa descreve o encontro entre Heitor e Galvão, que assim que avistam Galaaz caminhando pela floresta, o desafiam para um combate. Porém, nosso herói reconhece seus companheiros de Távola Redonda e por isso recusa o combate. Imediatamente Galaaz é alvo de escárnios e torna-se uma piada para os cavaleiros que o chamam de covarde.

Mesmo após Galaaz se identificar e justificar sua recusa, os cavaleiros ainda insistem no combate, pois para portar o título de melhor cavaleiro do mundo, o campeão deveria provar suas habilidades em batalha. Em seguida, os narradores descrevem que o sentimento principal dos cavaleiros em desafiar Galaaz é a inveja por não possuírem cavalaria tão adequada e tantas habilidades quanto o melhor cavaleiro do mundo. O episódio encerra-se com Galaaz partindo para outras aventuras e recusando tanto o combate quanto a vingança contra seus companheiros de tábola. A honra de Galaaz é exaltada novamente por obedecer estritamente aos códigos da cavalaria e não se deixar levar pelos sentimentos de raiva ou vingança.

Dominique Barthélemy aponta em sua obra<sup>145</sup> uma certa contradição do mundo cristão, que pregava um pacifismo nas terras controladas pela Igreja na Europa, a fim de evitar saques de suas capelas e assassinatos de seus clérigos, e ao mesmo tempo incentivava a violência no Oriente, clamando pelos cavaleiros que deveriam lutar nas cruzadas e exterminar os pagãos. O autor também argumenta que há uma certa presença da violência na sociedade, independentemente do tempo ou das práticas sociais, levando assim a uma certa naturalização da violência.

Há outras aventuras vivenciadas por Galaaz, como a conversão do cavaleiro pagão Palamedes que, ao entrar em contato com a boa cavalaria de Galaaz, percebe a força de Deus

---

<sup>145</sup> BARTHÉLEMY, Op. Cit., 2010.

e com isso abandona as antigas práticas religiosas. Assim como o confronto contra a besta demoníaca que ladra, onde somente Galaaz pode colocar fim a vida de tal besta por justamente ter a força divina ao seu lado, já que os demais cavaleiros que buscaram se aproximar encontraram o fim de suas vidas. Todos os episódios servem apenas para confirmar a boa cavalaria de Galaaz e não acrescentam elementos significativos à nossa análise. Galaaz é de fato o cavaleiro perfeito e encarna os valores da cavalaria, assim como os valores católicos.

Uma última questão surge em nossa pesquisa e não remete aos elementos construídos na narrativa d'A DSG, mas aos elementos sobre a história do texto. Como descrito acima, o texto original é datado do século XIII, e os diversos elementos que compõem a narrativa remetem a esse momento histórico e também às práticas da cavalaria francesa no mesmo período. Porém, a cópia que sobreviveu ao tempo é a versão portuguesa escrita no século XV e confeccionada a mando do rei D. Duarte. Quais os interesses do rei português em uma história escrita dois séculos anteriores a seu período e que remetem a aspectos culturais distantes da península ibérica?

A matéria da Bretanha desempenhou um importante papel na construção cultural portuguesa, e certamente conquistou muitos apreciadores dos textos literários, assim como o rei D. Duarte. Estudos apontam que a matéria da Bretanha entrou em Portugal a partir do reinado de Afonso III, que após uma expedição na França, retorna em 1245 com alguns livros em sua companhia<sup>146</sup>. Apesar das controvérsias sobre o tema, o que nos interessa é perceber que desde o século XIII, certos grupos portugueses tomam conhecimento sobre essas histórias, ao passo que no século XV há uma sobrevida das histórias literárias devido ao ambiente de conflitos internos e externos no reino português.

Os príncipes de Avis da primeira geração demonstraram grande apreço pelas histórias arturianas, principalmente os combatentes que lutaram ao lado do pai, D. João I. Estudos literários apontam para pequenas modificações feitas na tradução do texto d'A DSG em relação ao texto original, logo podemos perceber que a literatura também é alvo da reformulação e inserção de elementos da cultura política da corte de Avis. No texto literário, os personagens, principalmente Galaaz, assumem o papel pedagógico de portarem símbolos e valores importantes para a cavalaria, como bravura, honra, virilidade, habilidade com as armas, assim como respeito às práticas religiosas, valorização das ordens de cavalaria, entre

---

<sup>146</sup> CORREIA, Amélia. **A Matéria de Bretanha em Portugal**. Limite: Revista de Estudios Portugueses y de la Lusofonia, n. 7, p. 5-28, 2013., p. 7.

outros aspectos que buscam resgatar a cavalaria clássica com elementos pedagógicos da literatura do clero.

Uma ética de honra (cavaleiresca) – conscientemente assumida e valorizada por uns e desrespeitada por outros – subjaz aos diferentes momentos ou episódios enunciados. Estas e demais personagens haveriam de adquirir feição ou dimensão exemplar instituindo-se como modelo de conduta da principal aristocracia e nobreza da época. O caso mais paradigmático será porventura o de D. Nuno Álvares Pereira que terá adoptado Galaaz como modelo de conduta militar irrepreensível e intentando, inclusive, a imitação da virgindade do cavaleiro eleito, filho de Lançarote do Lago.<sup>147</sup>

A DSG ocupa um importante espaço na cultura política, fornecendo símbolos eloquentes do passado para a corte portuguesa, anunciando para a corte quais valores devem ser buscados pelos membros e quais evitados. A violência restringe-se na escrita do texto literário como um alerta pedagógico aos exageros da cavalaria depravada que busca apenas seus próprios anseios, assim como é valorizada na prática de Galaaz por meio da maravilha e da grande habilidade no campo de batalha. Mesmo envolvida em diversas guerras, a casa de Avis, nas crônicas, não será adjetivada como violenta ou cruel, e sim como justiceira por empregar força contra os inimigos do reino e de Deus, tal qual os cavaleiros da tábua redonda e as práticas perfeitas da cavalaria cristã de Ramon Llull.

D. Duarte e seu breve reinado tornam-se uma peça principal para a compreensão da força dos textos ficcionais e não ficcionais na cultura política da corte, enquanto importantes peças de divulgação dos ideais que constroem tal cultura, muitas vezes impulsionados pela aproximação do monarca com os livros e o incentivo dado ao desenvolvimento intelectual dos cavaleiros em sua própria escrita. Essas são algumas explicações preliminares que não esgotam a temática, conferindo uma resposta contundente. Logo, devemos direcionar nosso estudo ao reino de Portugal no final do século XIV e início do XV para compreendermos as nuances de apropriação da matéria da Bretanha em Portugal, e como os modelos de cavalaria são apropriados pela cultura política da corte de D. Duarte.

---

<sup>147</sup> Ibid., p. 25.

## Capítulo 3

### **A Dinastia de Avis e a reformulação da sociedade portuguesa**

D. Duarte é o segundo governante de Avis a ocupar o trono português, sendo filho do fundador da Casa, D. João I. A troca de dinastias ocorreu nos conflitos entre 1383 e 1385 contra os castelhanos. Em uma guerra medieval, a violência empregada pelos cavaleiros, para nós externos aos conflitos e lógicas medievais, parece latente no cotidiano, porém devemos manter o olhar atento para perceber a diferenciação conceitual que é construída sobre a temática de acordo com as lógicas próprias de cada sociedade do medievo. Na cultura política, os conceitos são fundamentais por expressarem ideais e ideias de um determinado grupo, de modo a possibilitar ao agente externo a compreensão das lógicas internas do grupo. Na Idade Média há uma diferenciação entre justiça e violência, onde os atos de justiça, mesmo que empregados por meio de espadas e atos de extermínio a um determinado indivíduo ou grupo, não são percebidos como violência, pois se encaixam no plano divino de destruição do mal em benefício do bem. A violência somente são os atos que extrapolam o entendimento sobre justiça e a ordem natural dada por Deus.

Os acontecimentos que marcam a ascensão e consolidação da casa de Avis foram contados a partir da pena de Fernão Lopes, em sua longa crônica escrita em 2 tomos sobre a vida de D. João I. Em nenhum momento da crônica, D. João I utiliza-se da violência, e assim é construída a imagem de um rei justo. Ao longo da crônica, é perceptível que se tratou de um governo positivo para Portugal, ao passo que no fim da vida, o rei e fundador da casa pode ser lembrado como “O de Boa Memória”. No texto cronístico são reveladas algumas características importantes para a nossa pesquisa, porém, o foco principal está nos elementos históricos que acompanham a confecção do texto. Fernão Lopes, em 1418, é escolhido pelo então infante D. Duarte, como cronista mor da Torre do Tombo e responsável por colocar em texto os grandes feitos e a vida do monarca de Avis, D. João I, assim como dos monarcas anteriores, remanescentes da dinastia de Borgonha, D. Pedro I e D. Fernando.

Lopes é patrocinado e possui íntimas relações com os membros da casa de Avis, e assim é possível perceber que sua pena tende a exaltar os feitos de D. João I e a criticar a dinastia anterior. Os textos lopesianos são recheados de uma importante estratégia da casa de Avis, a propaganda política que exalta seus membros como exemplos a serem seguidos pela sociedade, e possuem um relativo alcance na sociedade portuguesa do século XV. Esse

fenômeno foi descrito pela professora Vânia Leite Fróes como discurso do paço<sup>148</sup>, que resumidamente percebe a produção escrita e artística de Portugal sobre o domínio de Avis, que possui a função de divulgação dos grandes feitos dos membros da casa a todos os súditos frequentadores do paço.

De fato, há uma construção idealizada da imagem dos membros de Avis nas crônicas, e buscaremos sugerir apenas a percepção do alcance do discurso propagandístico no reino, que em algumas fontes é limitado apenas aos membros da corte de Avis. A propaganda política avisina é apoiada não somente por Lopes, mas por seus membros através da escrita de manuais técnicos<sup>149</sup>. Essas peças documentais procuram demonstrar a arte da caça, da cavalaria e da benfeitoria em seu texto principal, porém nas entrelinhas é construído um discurso de validação moral da casa de Avis e a superioridade dos membros.

Essas peças documentais possibilitam o acesso às principais lógicas e operações da propaganda política avisina, mas principalmente às características de linguagem e as imagens utilizadas como modelos para a casa de Avis. D. Duarte, como um grande impulsionador dessa propaganda, escreveu 2 importantes obras, o *Leal Conselheiro* e o *Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sella*. A principal linguagem utilizada nessas obras remete aos valores e características da cavalaria clássica, formulada a partir da literatura empenhada do clero. Logo, uma das funções da propaganda política de Avis era reformular o comportamento da corte, introjetando valores da cavalaria no interior da sua cultura política.

A propaganda política é uma das diversas formas de demonstração da cultura política, e a análise das obras de D. Duarte, conjuntamente com o contexto do reino que motivaram a produção, possibilitam o acesso a elementos chave dessa cultura construída e direcionada à corte de Avis. Sendo assim, devemos analisar os acontecimentos que resultaram na ascensão de Avis e como são empenhados nessa literatura propagandística, assim como devemos compreender o papel da literatura no reino português.

### **3.1 - Fim da dinastia de Borgonha e afirmação de Avis:**

A dinastia de Avis é inaugurada com a ascensão de D. João I ao trono português. Porém, é necessária a análise em retrospecto dos últimos reis borgonheses em Portugal, D. Pedro I e o seu sucessor D. Fernando, respectivamente pai e meio irmão de D. João, para

---

<sup>148</sup> DIAS, Isabel Rosa. **A arte de ser bom cavaleiro: estudo sobre o livro da ensinança de bem cavalgar toda sela de D. Duarte**. Estampa, 1997., p. 12.

<sup>149</sup> FRÓES, Vânia Leite. Teatro como missão e espaço de encontro de culturas. Estudo comparativo entre o teatro português e brasileiro do século XVI. In: **Actas do Congresso Internacional de História**. p. 183-202, 1993.

assim compreendermos não somente as razões de tal ascensão, como também o projeto político formulado pelos membros da casa de Avis. Para a historiografia, é bem esclarecido que D. Pedro teve um casamento legítimo com a infanta castelhana Constança Manuel, e que essa união gerou D. Maria e D. Fernando<sup>150</sup>; também é conhecido o longo concubinato com a aia Inês de Castro, no qual gerou mais três filhos, sendo eles, D. João de Castro<sup>151</sup>, D. Dinis e D. Beatriz<sup>152</sup>.

A relação de concubinato entre o então infante D. Pedro e Inês de Castro é um tema rodeado de controvérsias e movimentos políticos. É esclarecido que em 1355 o rei Afonso IV ordenou o assassinato de Inês de Castro, seguindo o que foi recomendado por seus conselheiros. Tal atitude resultou em um conflito armado, ainda no mesmo ano, entre pai e filho, sendo os apoiadores de D. Pedro a nobreza castelhana e alguns partidários portugueses. O conflito é encerrado com a vitória de D. Pedro e é assinado o Tratado de Paz de Canaveses, no qual estabelece D. Pedro como co-governante do reino.

D. Pedro I terá apenas mais um relacionamento conhecido, com uma dama galega chamada Teresa Lourenço, sobre a qual pouco se sabe<sup>153</sup>. Desse encontro, em 1357, no mesmo ano que D. Pedro assumiu o trono português, nasce D. João, que futuramente se tornará fundador da dinastia de Avis. Apesar da bastardia, D. João é beneficiado pelo rei e pai com o mestrado da ordem de Avis em 1364, sendo essa uma peça fundamental para o desenrolar dos acontecimentos em 1383.

Após assumir o trono como legítimo e único rei, D. Pedro procurou validar sua união com Inês de Castro, e com isso legitimar os filhos dentro da linha sucessória ao trono, através da Declaração de Cantanhede<sup>154</sup>. Esta peça documental será contestada em diversos momentos, acompanhando as mudanças políticas, e os filhos de Inês de Castro, afastados da coroa portuguesa. Fernão Lopes, um dos principais cronistas portugueses, foi quem melhor se debruçou sobre a temática deste relacionamento proibido. Em sua *Crônica de El-rei D. Pedro I*, descreve o grande amor que uniu este casal<sup>155</sup>, a vingança de D. Pedro I contra os assassinos de sua amada, e por fim, os argumentos apresentados em prol da validade do casamento. É preciso ter cuidado com a narrativa de Lopes, tendo em vista que este escreve já durante o

---

<sup>150</sup> TREVISAN, Mariana Bonat. **A primeira geração de Avis: Uma família 'exemplar'** (Portugal-Século XV). Tese de Doutorado. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016., p. 113.

<sup>151</sup> D. João filho de Inês de Castro não surge na documentação portando seu possível sobrenome, e sim apenas como D. João. Para fins pedagógicos optou-se por marcá-lo com sobrenome castro e assim possibilitar ao leitor a diferenciação deste em relação a D. João, mestre da ordem de Avis, e que se tornará D. João I.

<sup>152</sup> *Ibid.*, p. 114.

<sup>153</sup> *Ibid.*, p. 114.

<sup>154</sup> *Ibid.*, p. 114.

<sup>155</sup> LOPES, Fernão et al. *Crônica de D. Pedro*. Bibliotheca de Clássicos Portugueses, Lisboa. 1893., p. 172.

reinado da casa de Avis, e por isso precisava lançar dúvidas sobre a validade do casamento de D. Pedro com D. Inês e a legitimidade da descendência dos herdeiros desta união, para assim pavimentar o caminho de legitimidade de D. João I de Avis ao trono<sup>156</sup>. Sem tardar em sua crônica, Fernão Lopes dedica o capítulo 29 a demonstrar os motivos por que seria inválida tal união, sendo o mais chamativo o fato do rei não se lembrar da data do seu casamento com D. Inês de Castro.

Fernão Lopes demonstra na abertura do capítulo 30, quando o cronista irá descrever os acontecimentos relacionados à vingança de D. Pedro I, que se trata de atitudes desmedidas, e que o rei agiu de maneira desvirtuada<sup>157</sup>. Os excessos cometidos pelo monarca configuram, na visão de Lopes, uma perda de capital político, uma vez que as atitudes foram empregadas com requintes de crueldade<sup>158</sup>, configurando assim atos de violência, totalmente oposto ao que se esperava de um rei, a benevolência e a justiça na medida certa.

Apesar dos excessos cometidos em nome do amor, o reinado de D. Pedro foi relativamente tranquilo e apoiado pela nobreza do reino português. O mesmo não poderá ser dito de seu sucessor. D. Fernando, que assumiu a função de rei em 1367, possui um reinado marcado pelas guerras. A primeira inicia já no ano seguinte à sua coroação, contra o rei de Castela, Henrique II de Trastâmara; a justificativa para tal estaria alicerçada no fato deste último ter assassinado o meio-irmão de D. Fernando, Pedro I de Castela, sendo a guerra uma espécie de combate à usurpação e o pleito do direito de D. Fernando ao trono de Castela.

A paz entre os reinos é selada pelo Tratado de Alcoutim (1371), e para a consumação de todo o tratado foi feito um acordo de casamento entre D. Fernando e a infanta Leonor, filha do rei Henrique II. Porém, D. Fernando ignora essa segunda parte e se casa em segredo com Leonor Teles de Meneses. Ainda de acordo com o relato do cronista Fernão Lopes, Leonor Teles seria pertencente à nobreza de Castela que havia se estabelecido em Portugal. A atitude do rei desagradou os nobres portugueses e castelhanos, por ter descumprido o acordo pré-estabelecido<sup>159</sup>.

Nesse momento da narrativa lopesiana, devemos tomar cuidado com algumas armadilhas inseridas pelo cronista. Inicialmente, a origem de Leonor Teles pode estar em desacordo com algumas evidências. Miriam Coser aponta essas divergências: “Leonor, nascida provavelmente no Trás-os-Montes por volta de 1350, pertencia a uma poderosa

---

<sup>156</sup> DE OLIVEIRA, António Resende. **As vidas de D. Pedro e de D. Inês de Castro na historiografia medieval portuguesa**. Maria do Rosário FERREIRA, Ana Sofia LARANJINHA e José Carlos Ribeiro MIRANDA (éd.), Seminário Medieval, v. 2008, p. 113-125, 2007., p. 11.

<sup>157</sup> LOPES. Op. Cit., p. 122.

<sup>158</sup> Ibid., p. 123.

<sup>159</sup> TREVISAN. Op. Cit., p. 115.

família da nobreza portuguesa, cuja genealogia remontava a reis de Leão e Galiza e de Portugal (uma de suas avós era filha bastarda de D. Sancho I)<sup>160</sup>.” Para a historiadora, a mudança de origem da rainha Leonor é uma estratégia narrativa do cronista para associar a rainha a mulheres castelhanas, tidas como inimigas dos portugueses<sup>161</sup>. Fernão Lopes reitera a associação de Leonor Teles com a nobreza castelhana pela descrição das características da rainha:

Leonor tem a coragem da rainha Joana de Castela, “a vontade feminina” de Inês Afonso, o “desejo de vingança” e ódio da condessa castelhana que persegue Nuno Álvares (que era o braço direito do rei português), a capacidade de sedução da nobre Beatriz de Castro e a habilidade política traiçoeira da rainha regente de Castela, Catarina.<sup>162</sup>

Somam-se na narrativa outros pontos ainda mais negativos contra Leonor Teles, como o fato da futura rainha, na época que conheceu o rei D. Fernando, ser uma mulher casada com um de seus vassallos, e ainda possuir um filho. Mesmo que o casamento de Leonor tenha sido anulado, como afirmam os que procuram legitimar tal união, Fernão Lopes lança dúvida durante a narrativa sobre essa anulação, e assim configura a união entre D. Fernando e Leonor Teles como uma espécie de concubinato. Essa perspectiva reforça ainda mais a imagem de Eva sobre Leonor. Dessa união conturbada é concebida a única herdeira do rei, D. Beatriz.

Ao desistir do casamento com a filha de Henrique II, D. Fernando devolve as terras recebidas como dote pela infanta, e assim, Portugal encontra alguns momentos de relativa estabilidade no campo militar, já que o rei ainda deveria enfrentar revoltas internas devido à inflação e aos problemas sociais internos do reino. Porém, essa paz não dura muito. A morte de Henrique II inflama mais uma vez o desejo pela conquista das terras vizinhas, e novamente os portugueses são levados por D. Fernando a mais um confronto contra os espanhóis. D. Juan I, sucessor de Henrique II, que foi considerado um adversário fraco e facilmente vencido por D. Fernando, se demonstrou um grande comandante, o que levou à extensão do conflito. Convencidos que nenhum lado havia vencido a guerra, as partes envolvidas assinaram um acordo de paz, que ficou conhecido como Tratado de Salvaterra dos Magos. Neste acordo, a paz seria selada com um casamento: dessa vez, da filha de D. Fernando, D. Beatriz, com o rei de Castela, D. Juan I.

---

<sup>160</sup> COSER, Miriam Cabral. **Biografia e Gênero**: abordagens historiográficas da rainha regente Leonor Teles (Portugal–séc. XIV). Recôncavo: Revista de História da UNIABEU, v. 3, n. 5, p. 87-98, 2013. p. 90.

<sup>161</sup> Ibid., p. 91.

<sup>162</sup> Idem.

O momento de perturbação política e social em Portugal é agravado em 1383 com a morte de D. Fernando I, sem deixar herdeiros homens. De acordo com o tratado de Salvaterra dos Magos, enquanto D. Beatriz e D. Juan I não tivessem um herdeiro masculino com 14 anos de idade, o reino deveria ser gerenciado pela esposa de D. Fernando, Leonor Teles. Ainda de acordo com o tratado, D. Juan somente seria rei legítimo de Portugal na qualidade de esposo de D. Beatriz e somente no caso de esgotamento de todas as possibilidades de sucessão masculina direta dentro da linhagem portuguesa de D. Fernando<sup>163</sup>, e após o fim da regência de D. Leonor Teles.

D. Leonor não era bem quista pela nobreza portuguesa e sua regência durou alguns poucos meses. A primeira perturbação ocorre imediatamente após sua ascensão ao trono: o assassinato de João Fernandez, conde de Andeiro, principal aliado de Leonor e um grande influente nas cortes portuguesas. O assassinato do conde foi justificado na crônica de Fernão Lopes com a ideia de honrar D. Fernando e encerrar a violação de sua memória por parte dos amantes<sup>164</sup>, uma vez que o conde de Andeiro e Leonor Teles consumam um íntimo envolvimento nos momentos finais da vida de D. Fernando. O assassino é D. João, Mestre de Avis, que após o assassinato, se refugia na Inglaterra, ao passo que Leonor Teles percebe seu apoio político com a nobreza diminuir progressivamente. Procurando por apoio, Leonor Teles refugia-se na casa de seu genro. Porém, D. Juan prende Leonor e a envia para um convento em Tordesilhas, e por lá a rainha permanece até sua morte, em 1386.

Outra prisão executada pelo monarca de Castela foi a de D. João de Castro, filho de D. Pedro e Inês de Castro. Assim, todos os herdeiros ao trono estariam ausentes de Portugal, e o caminho de D. Juan estaria totalmente construído. Diante desse cenário de possível união ibérica e subordinação da nobreza portuguesa, a imagem de D. João, mestre de Avis, ganha força por seu amor ao reino devido à dedicação de longos anos de sua vida à proteção e manutenção dos domínios de Portugal através da ordem de Avis, somado às suas habilidades militares. Deste modo, em 1383, D. João retorna a Portugal para ser nomeado como “Defensor e Regedor do reino” na câmara de Lisboa, encerrando a regência de Leonor Teles e assumindo o trono na figura do protetor natural português contra os invasores estrangeiros.

A reivindicação ao trono causou uma divergência entre os nobres e a população portuguesa. Uma parte da nobreza portuguesa decidiu respeitar o tratado de Salvaterra dos

---

<sup>163</sup> TREVISAN. Op. Cit., p. 116.

<sup>164</sup> Mirian Coser aponta que o relato de concubinato entre a rainha Leonor e João Fernandez é exclusivamente descrito por Fernão Lopes, não sendo encontrados apontamentos ou vestígios de tal união secreta em outras fontes. Para a historiadora é o sinal de mais uma das diversas estratégias argumentativas construídas no texto lopesiano para demonstrar a depravação da corte e deslegitimar a rainha. Ver mais em: COSER. Op. Cit., p. 93.

Magos, e concordou com a subida ao trono por D. Juan I, porém uma outra parte, a nobreza secundogênita, conjuntamente com mercadores e a população mais pobre de Lisboa, decidiu apoiar o bastardo D. João, mestre de Avis, e assim impedir que o reino português caísse nas mãos dos castelhanos<sup>165</sup>.

Foram reunidas em Coimbra as cortes para a definição da disputa pelo trono e escolha do novo rei de Portugal. Apesar de incomum, havia algumas previsões legais para a eleição do rei. A lógica principal era que, devido à crise sucessória, o poder retorna ao reino, cabendo aos vassallos notáveis representar o reino e a soberania à escolha definitiva. A peça-chave para a eleição de D. João I foi o discurso proferido por João das Regras, influente doutor das leis pelo Estudo de Bolonha.

A estratégia argumentativa é desqualificar os herdeiros ao trono, iniciando pelos filhos de D. Pedro e Inês de Castro que não poderiam ocupar o cargo de rei pelos laços de consanguinidade que ligariam o monarca com a aia, além da ilegitimidade do casamento em Cantanhede, finalizando a primeira tese com a traição de D. João de Castro e D. Dinis ao reino por se unirem com o rei de Castela contra D. Fernando. A segunda tese é demonstrar a deslealdade de D. Beatriz e seu marido D. Juan I por não respeitarem o tratado de Salvaterra dos Magos, além de empreenderem uma batalha contra um reino católico, que poderia ser entendida como uma atitude herética de buscar a destruição dos cristãos e de Deus.

Sem herdeiros legítimos ao trono, cabia às cortes a escolha de um novo monarca que fosse apto às funções régias, e de acordo com a historiadora Mariana Trevisan, as características necessárias seriam: de boa linhagem, grande coração para defender o reino e suas terras, ter amor pelos súditos, ser bondoso, e principalmente fiel e devoto à Igreja<sup>166</sup>. De acordo com João das Regras, todas essas características e outras tantas positivas eram encontradas em D. João, mestre de Avis<sup>167</sup>. Fernão Lopes destaca que, em um primeiro momento, D. João recusou o trono, por ser bastardo e clérigo pertencente à ordem de Avis. Porém as cortes persistiram na escolha por D. João, afirmando que seria enviado ao papa Urbano VI uma carta de dispensa dos impedimentos para que pudesse assumir o trono e defender as terras do reino.<sup>168</sup> D. João I recebe as dispensas necessárias e a eleição nas cortes demonstra a vontade divina que prezava por um homem digno para defender Portugal.<sup>169</sup>

---

<sup>165</sup> ZIERER, Adriana. **D. João I, o iniciador da Dinastia de Avis entre a identidade portuguesa e a alteridade**. *Dimensões*, n. 33, p. 36-60, 2014., p. 38.

<sup>166</sup> TREVISAN, Op. Cit., p. 124.

<sup>167</sup> TREVISAN. Op. Cit., p. 125.

<sup>168</sup> Idem.

<sup>169</sup> Ibid., p. 127.

Em 14 de agosto de 1385, D. João, conjuntamente com seu braço direito, Nuno Álvares Pereira, conquistaram a vitória mais importante na batalha de Aljubarrota e expulsaram os castelhanos remanescentes do território português. Pouco tempo depois, D. João foi coroado e deu início à dinastia de Avis em Portugal. Adriana Zierer nos lembra que na crônica escrita por Fernão Lopes sobre Aljubarrota, o autor enfatiza que a vitória foi dada ao legítimo rei escolhido por Deus, e por isso, surgem ao longo da narrativa alguns milagres, como chuva de cera sobre os castelhanos, além de uma praga que contamina o exército inimigo, e que, mesmo após dias de fome intensa devido a um cerco na cidade de Lisboa, os portugueses ainda possuíam uma força para lutar e vencer a batalha<sup>170</sup>; todos esses feitos eram de responsabilidade de Deus e claramente a expressão da vontade divina sobre quem de fato deveria governar Portugal.

Os vencedores possuíam conhecimentos militares e diversas estratégias, e a vitória em Aljubarrota aconteceu devido a essa *expertise*. Porém, a crônica insiste em dar atenção a elementos sobrenaturais, em que Deus demonstra sua vontade na batalha e participa ativamente do cotidiano. Essa estratégia narrativa não foi ao acaso, Zierer salienta que essa argumentação de Fernão Lopes era uma forma de legitimação da casa de Avis no trono. Uma espécie de propaganda política do rei D. João I, que constantemente mandou redigir histórias e narrativas sobre seu reinado com teor épico e sacro<sup>171</sup>. D. João I associa sua imagem ao messianismo e salvador do reino, ao passo que acaba sendo conhecido como o “Mexias de Lisboa”<sup>172</sup>.

Por ser eleito pelas cortes, D. João I precisa empreender esforços para construir a legitimidade sucessória de seus filhos. O monarca aposta na expansão das fronteiras de Portugal, com a conquista de Ceuta e algumas expedições ultramarinas. D. João também procura estreitar laços com as nobrezas europeias, visando não apenas boas relações diplomáticas, assegurando projeção política, mas também a associação com nobres com ligações profundas com a cristandade, a fim de atrelar sua imagem com a de um bom cristão<sup>173</sup>.

A conquista de Ceuta é celebrada não somente nas crônicas, mas principalmente pelos membros de Avis, uma vez que representa a possibilidade de distribuição de benefícios à nobreza que ascende conjuntamente com D. João I e que o elegeu, garantindo o apoio político

---

<sup>170</sup> ZIERER, Op. Cit., 2014., p. 51.

<sup>171</sup> ZIERER, Op. Cit., 2014., p. 56.

<sup>172</sup> TREVISAN, Op. Cit. p. 117.

<sup>173</sup> GOMES, Jonathan Mendes. “**Natural Jeyto e Boa Ensinança**”: Aspectos moralísticos e políticos na Literatura Técnica da Dinastia de Avis ( Portugal, séc. XIV/XV). Universidade Federal Fluminense, Niterói. Dissertação de Mestrado. 2010., p. 48.

à sua casa nas cortes. O projeto empreendido na África representa também uma aproximação da coroa portuguesa com o papado romano: em termos propagandísticos, estava sendo empregado o esforço cristão contra os pagãos, e os guerreiros portugueses eram portadores do título de cruzados e que lutavam pela libertação da Igreja nas terras longínquas para além da Europa.

Não podemos esquecer a efetividade da propaganda político-patriótica da casa de Avis, que qualificava todos os seus membros como bastiões da moralidade e dos bons costumes, e projetavam a imagem do rei fundador, D. João I, como detentor da proteção divina e a melhor solução para a crise dinástica de Portugal, assim como o responsável pela elevação gloriosa do reino e expansão de suas fronteiras, poder militar e influência política. Sem dúvidas, ao final de seu reinado, o fato de D. João ser lembrado como o rei de “Boa Memória” demonstra a efetividade da propaganda política avisina.

A legitimidade de Avis emana da principal fonte de poder na Idade Média: Deus. Os elementos místicos divinos nas narrativas procuram impulsionar o projeto político e a legitimidade ao passo de torná-lo inabalável diante da sociedade portuguesa. Após o reinado de D. João, D. Duarte assume ao trono em 1433, e dentre suas principais medidas, escolhe Fernão Lopes como cronista mor e responsável por redigir a crônica dos reis Pedro I, Fernando da casa de Borgonha, e D. João I de Avis.

Como demonstrado acima, a pena de Fernão Lopes pesa contra D. Pedro I devido ao seu concubinato com Inês de Castro e os exageros empregados pelo monarca em nome do amor, assim como D. Fernando não escapa da desqualificação de Lopes devido ao conturbado casamento com Leonor Teles. Na visão da pesquisadora Mariana Trevisan, o projeto político de Avis aposta na desqualificação moral dos antigos reis pelo desrespeito ao sacramento do casamento e as configurações familiares conturbadas<sup>174</sup>. D. João I e seus filhos são elevados por Lopes a uma superioridade moral devido aos longos casamentos e o sucesso no empreendimento de formação da família, em que todos os membros tiveram apenas um único casamento conhecido publicamente e filhos inteiramente legítimos.

As primeiras crônicas redigidas por Lopes possuem a função de demonstrar a depreciação dos valores dos reis portugueses, sendo a crise política e dinástica uma consequência da desmoralização da corte. A intenção é demonstrar como D. João I salva Portugal não somente dos castelhanos, mas também dos reinados anteriores e da depravação moral<sup>175</sup>. D. João I possui uma longa crônica escrita em 2 volumes narrando todos seus

---

<sup>174</sup> TREVISAN, Op. Cit., p. 19.

<sup>175</sup> TREVISAN, Op. Cit., *passim*.

grandes feitos, além de uma terceira crônica inteiramente dedicada à valorização e exaltação do rei pela conquista de Ceuta. D. Duarte procura consolidação da dinastia no trono, em que seus membros são de fato elevados moralmente e culturalmente acima da sociedade, uma geração exemplar. A principal estratégia foi o uso da literatura empenhada e o desenvolvimento de uma reforma moral e social a partir da lógica do Paço:

Ao situar-se decisivamente num meio social bem definido - o Paço - pela primeira vez se desenhava de forma nítida em Portugal o papel da corte e dos membros da família régia na produção de modelos culturais. O inegável ascendente de uma literatura pedagógica e normativa na corte avisina, em que membros da realeza se empenharam de forma peculiar, para além de construir a expressão de uma cultura aristocrática, traz para o primeiro plano a reflexão sobre o exercício do poder e sobre a realeza. Muito dessa reflexão tem por base princípios jurídicos e teóricos ligados a afirmação régia e a sacralização régia, configurado por juristas e teóricos provenientes essencialmente de meios universitários e de ordens regulares, notavelmente franciscanos e dominicanos.<sup>176</sup>

O discurso do Paço<sup>177</sup>, formulado pela pesquisadora Vânia Leite Fróes, pode ser uma chave explicativa para a compreensão sobre as estratégias políticas da Casa de Avis. O paço pode ser compreendido como o espaço de execução do projeto político por meio das festividades, espetáculos e cerimônias, carregados de simbolismos e rituais pré-estabelecidos, assim como o local de divulgação de crônicas, poesias, cantigas, entre outras artes culturais. Enquanto espaço privilegiado, o paço possibilita a difusão do discurso dominante da dinastia de Avis por toda a sociedade, pois é o ponto de encontro dos súditos com a corte, assim como um potencializador da propaganda político-patriótica formulada a partir da lógica de superioridade moral e legitimidade da autoridade do monarca.

O discurso do Paço é uma explicação que se encaixa perfeitamente na lógica avisina, pois toda propaganda política necessita de divulgação pública e manutenção no meio social. Porém, se torna uma explicação inconsistente em relação à análise de algumas fontes, como veremos adiante, por perceber um amplo alcance do discurso de Avis no meio social, em que a propaganda política é direcionada a todos os súditos. Algumas fontes apontam para o caminho oposto, para um direcionamento do discurso de forma clara apenas aos membros da nobreza frequentadores da corte. Pode-se pensar que na política do reino português no século XV havia espaço para pluralidade de estratégias propagandísticas, em que determinados

---

<sup>176</sup> Ibid., p. 129 -130.

<sup>177</sup> FRÓES, Vânia Leite. Teatro como missão e espaço de encontro de culturas. Estudo comparativo entre o teatro português e brasileiro do século XVI. In: **Actas do Congresso Internacional de História**. p. 183-202, 1993.

discursos eram direcionados a um determinado público, e todas as estratégias mantêm a efetividade da política e do discurso enquanto propaganda. Não se pode perder de vista as limitações das fontes e o direcionamento dado pelo autor quando expressos de maneira clara, e com isso analisar o discurso de acordo com o ciclo social e as limitações e possibilidades circunscritas.

D. Duarte foi um dos grandes impulsionadores dessa cultura literária pedagógica, não somente por patrocinar as crônicas e histórias escritas por Fernão Lopes, mas ao contribuir diretamente através de produções autorais. O seu reinado foi curto, durando apenas 5 anos (1433 - 1438), sendo marcado pelo fracasso na continuidade do projeto de conquista da África. De acordo com a historiografia, a expedição no Tanger foi desastrosa para a coroa portuguesa, não somente pelas baixas dos soldados, mas também pela captura de D. Fernando pelos muçulmanos. Alguns esforços foram empreendidos para o resgate do infante de seu cativo, sendo considerada a proposta de devolução de Ceuta aos muçulmanos como moeda de troca. D. Duarte percebe seu apoio se desfazendo, e além de perder seu irmão preso em cativo, a manutenção de uma das grandes conquistas de seu pai também estava ameaçada, e com isso o desagrado das cortes e da população por seu reinado parecia certo.

Em Portugal, devido aos diversos impasses e entraves na negociação por D. Fernando, não chegando o rei e as cortes a um consenso, o infante faleceu em cativo. Porém, a força da propaganda avisina transformou D. Fernando em mártir, e com isso há uma capitalização política e cristã para a casa de Avis, já que a presença de um santo auxiliaria na sacralização da geração de infantes de Avis, assim como confirma a devoção de Portugal ao cristianismo. A narrativa cronística sobre o período de cativo de D. Fernando é tomada por símbolos católicos que assemelham as torturas e provações do infante aos que foram experienciados por Jesus Cristo<sup>178</sup>.

O fracasso do Tanger demonstrou a necessidade dos portugueses em repensar as estratégias expansionistas do reino. O curto reinado de D. Duarte, que faleceu em 1438 após ser contaminado com a peste, deixou seu legado para a casa de Avis não em conquistas diretamente, mas sim na elaboração e amadurecimento da propaganda política da coroa. A alcunha de “O Eloquent” é justificada pelo grande fomento à construção de histórias literárias, assim como outros gêneros textuais. Por meio de Fernão Lopes, D. Duarte buscava controlar a memória do reino português, além de difundir novos padrões de comportamento e modelação da identidade da corte.

---

<sup>178</sup> TREVISAN, Op. Cit., p. 267.

### 3.2 - Literatura como expressão da política avisina:

A literatura ocupa um espaço importante no reino português, ao passo que há uma confusão entre o desenvolvimento da literatura portuguesa e suas diversas fases com o desenvolvimento do reino. A tradição literária na região ibérica é inicialmente formada por cantigas de Santa Maria, escritas em galego-português, a mando de Afonso X. Há uma longa discussão sobre os usos políticos das cantigas, sendo possível o reconhecimento de um projeto desenvolvido pela nobreza e pela corte de Afonso X que fomentam, a partir das cantigas, uma identidade regional<sup>179</sup>. Devemos reconhecer as características que diferenciam as cantigas de Santa Maria da tradição trovadoresca próxima à região da Occitânia que, assim como serem escritas em galego-português, demarcam essas peças culturais como pertencentes a uma cultura literária ibérica.

Seguindo a tradição trovadoresca e a sucessão dos reis portugueses, o reinado de Afonso III é marcado culturalmente pelo desenvolvimento das cantigas de amigo, as de escárnio e maldizer que caracterizavam e evidenciavam as disputas e os laços no ambiente da corte, além publicizar as intrigas nobiliárquicas por meio de ataques diretos e indiretos. Por fim, as cantigas de amor, que se inspiravam no *fine* amor provençal e cantavam histórias de amor no ambiente da corte. Todas essas cantigas eram escritas em galego-português, evidenciando novamente as influências e as bases culturais da troca entre a Galiza e Portugal<sup>180</sup>.

Na sucessão a Afonso III temos o reinado de D Dinis, marcado pela enorme contribuição no desenvolvimento da cultura literária portuguesa, pois torna o português como idioma oficial das cantigas, além do próprio rei compor diversas obras. O pesquisador Felipe Pessoa demonstra que D. Dinis procurou romper politicamente os laços com a nobreza castelhana, e assim como procurou demarcar de modo claro as características das composições portuguesas, se inspirando no estilo occitano e afastando as cantigas da tradição híbrida galego-portuguesa<sup>181</sup>. A pesquisa feita por Felipe Pessoa demonstra que o campo político influencia diretamente o campo cultural, logo, a cultura literária portuguesa surge como meio de demarcação identitária, política e cultural dissociada da Galiza e de Castela:

Essa complexa teia de relações que se abre monta um campo de representações onde o rei, como trovador, procura se apresentar como uma

---

<sup>179</sup> DE PAULA PESSOA, Felipe Ferreira. **Dom Dinis e o papel do trovadorismo na cultura política medieval Ibérica**. GPT/BC/UFG, p. 20.

<sup>180</sup> Ibid., p. 22.

<sup>181</sup> Ibid., p. 23.

referência artística tal qual o é no plano político. Estabelece-se um jogo no qual as armas são os versos e melodias entoados. As estruturas sociais são postas à prova no teatro trovadoresco e se constrói um espaço de ficção, mas que ao mesmo tempo é um reconhecimento da realidade. [...] Um rei trovador é um monarca que se põe neste campo de batalhas simbólicas onde “o fio da voz é ainda mais cortante que o fio da espada”. Legitimar-se artisticamente, no contexto dionisino, é uma forma de se legitimar perante a pluralidade de poderes atuantes em seu reinado. Se tomarmos o modelo corporativo como fundamento teórico-filosófico para interpretar o mundo simbólico de representações das cantigas percebemos que as práticas trovadorescas são também espaço político no qual o rei se coloca como a cabeça do reino.<sup>182</sup>

As cantigas formam uma cultura política própria da corte de D. Dinis e possibilitaram aos nobres e trovadores a participação política, sendo também uma forma de governar própria do rei português<sup>183</sup>. Esta tradição cultural-política foi continuada pelos membros de Avis, que procuraram ativamente a ampliação da cultura literária através da composição de diversos outros textos, principalmente crônicas e manuais técnicos. D. João I escreveu um livro sobre equitação e montaria; o seu filho, D. Duarte, escreveu dois livros, *Leal Conselheiro* e o *Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sela*, e o infante D. Pedro também contribuiu com essa tradição escrevendo o *Livro da Virtuosa Benfeitoria*.

A construção de uma cultura política acompanha a dinastia avisina, não sendo uma tarefa solitária e exclusiva do monarca de Portugal. Os infantes da casa de Avis participaram ativamente dessa construção, assim como participaram das atividades do reino. Há uma peculiaridade na governança de Avis por ser caracterizado como um reinado familiar, em que todos os membros auxiliaram na manutenção e construção da imagem política do rei<sup>184</sup>. Por exemplo, D. Duarte, que durante o reinado do pai, enquanto infante de 21 anos, ajudou a administrar o reino de Portugal por meio de trabalhos, gerenciando os “negócios da fazenda”, também colabora na elaboração de leis. É interessante percebermos que mesmo muito ocupado com os assuntos do reino, D. Duarte ainda conseguia administrar tempo para se dedicar à escrita e aos estudos<sup>185</sup>, devido à importância que as obras literárias têm na política do reino. Na abertura do *Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sella*, D. Duarte explica que escreve o livro em seus momentos de descanso, assim como justifica as razões para a escrita:

---

<sup>182</sup> Ibid., p. 27.

<sup>183</sup> PESSOA, Felipe Ferreira de Paula. **Trovar e reinar**: o papel político das cantigas galego-portuguesas (Portugal, séc. XIII e XIV). Tese de Doutorado. Universidade de Brasília, Brasília. 2023.

<sup>184</sup> TREVISAN, Op. Cit., *passim*.

<sup>185</sup> O Livro da Ensinança de Cavalgar Toda Sela é um exemplo dessa prática de escrita, já que o rei D. Duarte iniciou a escrita quando ainda era infante. Podemos ler essa indicação na apresentação (página 1) dessa obra.

E ssaybham primeiramente que esta manha mais se alcança per noçom, acertamento de aver boas bestas, e aazo contynuando dandar em ellas, morando em casa e terra que haja boos cavalgadores e prezem os que ssom, que por saberem todo o que sobr'esto aquy screvo nem poderem escrever os que em ello mais que eu entendem, nom avendo dello boa, contynuada husança, com as outras ajudas suso scriptas. Mas esto faço por ensynar os que tanto nom souberem, e trazer em renembrancha aos que mais sabem as cousas que lhes bem parecerem, e nas fallecidas enmendando no que screvo a outros podeerem avysar<sup>186</sup>.

D. Duarte reconhece que a literatura pode ter um alcance limitado no ensino das técnicas de cavalgar e ser cavaleiro, e por isso direciona o livro a todos que queiram aprender sobre a cavalaria, assim como os mais experientes podem utilizar seu texto para relembrar o que já foi aprendido ao longo da vida. O autor reconhece que em Portugal há bons cavaleiros que já conhecem tudo que há de ser escrito e ensinado no livro, um aceno positivo para a classe guerreira do reino, assim como exalta sua própria cavalaria, pois só pode ser colocado na condição de mestre e ensinar a arte àqueles que são reconhecidos como grandes cavaleiros. Em certa medida, D. Duarte constrói diretamente sua imagem diante dos seus leitores, cavaleiros da corte, e se posiciona como um grande conhecedor dos negócios do reino, mas principalmente como cavaleiro.

D. Duarte ainda insiste em justificar a escrita do livro para uma arte que é aprendida na prática:

Ao[s] que dizem que está manha sem livro se deprende. digo que he verdade. Mas entendo que a moor parte de todos acharám grande vantagem em leerem bem todo esto qque screvo. E por que nom sey outro que sobre'ello geeralmente screvesse, me praz de poer está scyencya primeiro em scripto, e antremety alguas cousas que pertecem a nossos costumes, ainda que tam a proposito nom venham, por fazer a alguus proveito posto que a outros pareça sobrejo.<sup>187</sup>

A escrita de D. Duarte é guiada pela própria necessidade de colocar por escrito a arte de cavalgar, mesclando com alguns costumes portugueses que parecem ao rei proveitosos para os cavaleiros. Podemos perceber uma aproximação com Ramon Llull, pois no diálogo que abre o prólogo do *Livro da Ordem de Cavalaria*, o cavaleiro ancião demonstra ao escudeiro e ao leitor a importância do livro de cavalaria como material que relembra as boas

---

<sup>186</sup> D. DUARTE, I.; PIEL, Joseph M.; DUARTE, I. **Livro da ensinaça de bem cavalgar toda sela que fez el-Rey Dom Eduarte de Portugal e do Algarve e Senhor de Ceuta**. Impr. Nacional-Casa da Moeda, Lisboa. 1944., p. 1.

<sup>187</sup> Ibid., p 3.

práticas da ordem, além de auxiliar os guerreiros na manutenção dos valores e da honra da cavalaria<sup>188</sup>. O livro também serve como um meio de divulgação dos valores da cavalaria que estavam esquecidos na sociedade, e por isso o escudeiro, ao final da narrativa, recebe o livro da ordem de cavalaria das mãos do cavaleiro ancião para ensinar os demais cavaleiros do reino.

O cavaleiro deu sua bênção ao escudeiro. E ele, pegando o livro, despediu-se do cavaleiro com muita devoção; e subindo em seu palafrém, dirigiu-se à Corte, caminhando com grande alegria. E ele sabia e ordenadamente apresentou e entregou o livro ao nobre rei e a toda a grande corte, e foi decidido que todo cavaleiro que gostasse de permanecer na ordem de cavalaria poderia transferi-lo, para que, lendo-o com frequência, ele pudesse ter em mente a ordem da cavalaria.<sup>189</sup>

O que podemos notar em ambos os textos são construções endereçadas aos nobres com o propósito de fomentar e incentivar a arte da cavalaria. D. Duarte revela a possibilidade de apropriação da cultura política e fomento de uma identidade portuguesa, a partir dos valores da cavalaria e dos costumes que podem ser de bom proveito. Após o prólogo, o texto é aberto demonstrando as características necessária a um bom cavaleiro, sendo a honra o primeiro atributo:

Por que todollos homees naturalmente desejam sua honra, proveito e boo prazer, me parece que todollos senhores cavaleiros e scudeiros está manha devem muyto desejar, visto em como della estes bees veem aos que a bem pratycam. E fallando da honrra e proveito, longo seria de contar quantos em as guerras delrrey, meu senhor e padre, cuja alma deos aja, e em nas outras ham percalçado grandes famas, estados e boas gaanaças por serem muyto ajudados desta manha.<sup>190</sup>

A honra é naturalmente desejada pelos homens medievais e principalmente pelos cavaleiros. A argumentação de D. Duarte novamente encontra semelhanças com as bases filosóficas estabelecidas por Ramon Llull, sendo a cavalaria um ofício tão honrado que garante esse atributo a todos que a praticam de modo exemplar, seguindo todos os códigos preestabelecidos. D. Duarte exalta a cavalaria portuguesa e a sua linhagem pelas conquistas de Ceuta e expulsão dos castelhanos, e novamente temos traços da propaganda política de Avis e

---

<sup>188</sup> Llull, Op. Cit., p. 5.

<sup>189</sup> Ibid., p. 6. Tradução livre nossa: *El caballero dio su bendición al escudero. Y este, tomando el libro, se despidió muy devotamente del caballero; y subiendo a su palafrén, fuese a la Corte, haciendo camino con mucha alegría. Y sabia y ordenadamente presento y entrego el libro al muy noble rey y a toda la gran corte, y consistió que todo caballero aficionado a permanecer en orden de caballería lo pudiere trasladar, a fin de que leyéndolo con frecuencia tenga presente el orden de caballería.*

<sup>190</sup> Ibid., p 4.

da imagem de D. João I. A honra exaltada também n'*A Demanda do Santo Graal*, no episódio 6 em que Lancelot é conduzido por uma donzela à abadia em que se encontra Galaaz:

Quando chegaram à abadia, levaram Lancelote a uma câmara e o desarmaram. E veio a ele a abadessa com quatro mulheres, e trouxe consigo Galaaz, tão formosa pessoa que maravilha era. E andava tão bem vestido que não podia melhor. E a abadessa chorava muito com prazer, assim que viu Lancelote, e disse-lhe:

- Senhor, por Deus, fazei nosso novo cavaleiro, porque não queríamos que fosse cavaleiro por mão de outro; porque melhor cavaleiro que vós não o pode fazer cavaleiro; porque bem cremos que ainda será tão bom, que vos achareis bem por isso, e será vossa a honra de o fazerdes, e se ele vos isto não pedisse, vo-lo deveríeis fazer, pois bem sabeis que é vosso filho.

- Galaaz, disse Lancelote, quereis ser cavaleiro?

E ele respondeu vivamente:

- Senhor, se vos aprouvesse, bem o queria ser, porque não há cousa no mundo que eu tanto deseje como a honra de cavalaria. e ser cavaleiro da vossa mão, porque de outro o não queria ser, que vos ouço tanto louvar e prezar de cavalaria, que ninguém, no meu entender, podia ser covarde e mau, que vós fizésseis cavaleiro. E isto é uma das cousas do mundo que me dá maior esperança de ser homem bom e bom cavaleiro.

- Filho Galaaz, disse Lancelote, estranhamente vos fez Deus formosa criatura. Por Deus, se não cuidásseis ser bom homem ou bom cavaleiro, assim Deus me aconselhe, sobejo seria grande dano e grande desventura não serdes bom cavaleiro, porque sobejo sois formoso.<sup>191</sup>

Todos reconhecem que Galaaz é um grande cavaleiro e que detém todas as boas qualidades necessárias, porém não é qualquer um que poderia o investir como tal, é necessário alguém com a honra tão grandiosa quanto de Galaaz para o tornar um cavaleiro. Lancelot detém essa honra e a transfere a Galaaz por dois meios, seja a investidura, mas também como herança de sangue, já que se trata de seu filho bastardo. Tal qual D. João I, que apesar da bastardia, detém a honra herdada de D. Pedro I, e a transfere aos seus descendentes, assim como confere honras a todos os cavaleiros armados por ele.

Retomando à escrita de D. Duarte, na primeira parte do livro o autor procura construir uma diferenciação entre a honra e a fama. A honra estaria ligada à conquista bélica e aos feitos no campo de batalha, já a fama era conquistada pelos torneios e justas, nas competições comuns da vida cortesã<sup>192</sup>. D. Duarte procura construir também quais valores são garantidos pela boa prática da cavalaria, como honra, bom prazer e proveito; o rei também lista as qualidades necessárias para um bom cavaleiro, como destreza, força física, formação moral e intelectual. Este último aspecto é uma novidade apresentada pelo monarca português, pois não

---

<sup>191</sup> *A Demanda do Santo Graal*, Op. Cit., Capítulo 6.

<sup>192</sup> DIAS, Isabel Rosa. *A arte de ser bom cavaleiro: estudo sobre o livro da ensinança de bem cavalgar toda sela de D. Duarte*. Estampa, 1997., p. 61.

há um momento claro na narrativa da DSG que exalte Galaaz por seu intelecto ou dedicação aos estudos, assim como há uma ausência de apontamentos a esses aspectos na escrita de Ramon Llull. Logo, percebemos a construção intelectual para a cavalaria como uma das modificações propostas por D. Duarte, e a modelação da cultura política da cavalaria para que atenda aspectos emergentes de sua realidade social. Isabel Dias aponta:

O topos dos bons velhos tempos revela que a nobreza já não se comporta como outrora; as suas estruturas estão em evolução e começam nalguns pontos a divergir do modelo de organização e de funcionamento estabelecido, o que explica que a proposta de revalorização da arte equestre seja também uma proposta de revitalização da ideologia guerreira, assente nos valores referidos acima.<sup>193</sup>

A dedicação à arte equestre era necessária no momento da ascensão de D. Duarte ao trono, seja pela manutenção da legitimidade da casa de Avis, que necessitava do apoio militar para reprimir grupos opositores, mas principalmente pelos planos de expansão do reino na África, reavivando o espírito guerreiro em uma corte cada vez mais seduzida pelo ambiente e jogos palacianos, a vida cortesã<sup>194</sup>. Há uma necessidade latente por D. Duarte em remodelar o comportamento da corte, assim como continuar com o processo de remodelação da sociedade através dos livros e estudos que compilaram bons ensinamentos:

[...] os moços de boa lynchagem e criados em tal casa que se possa fazer, devem seer ensynados logo de começo a leer e escrever e a fallar latun, contynuando boos livros per latyn e linguagem de boos encaminhamto per vyda virtuosa.<sup>195</sup>

O estudo, para o rei, desempenha o papel duplo de formação do indivíduo, e também de construção de uma vida virtuosa. Na segunda parte do livro, o monarca aponta para o poder subdividido em duas partes, o poder físico do cavaleiro e o poder da fazenda, que pode ser compreendido como o poder econômico esperado pela nobreza para a manutenção de equipamentos e dos animais. O poder físico deve ser mantido pelos guerreiros constantemente, e aqueles que não estivessem de acordo com o porte necessário, gordos, velhos e fracos, eram convidados a buscar condições físicas semelhantes aos seus companheiros e, principalmente, a ajuda divina para a construção da força física necessária ao ofício<sup>196</sup>.

---

<sup>193</sup> Ibid., p. 60.

<sup>194</sup> Ibid., p. 63.

<sup>195</sup> D. DUARTE, Op. Cit., p. 120.

<sup>196</sup> DIAS, Op. Cit., p. 65.

Há uma correspondência entre a argumentação apresentada por D. Duarte e o que se apresenta no Livro da Ordem como os atributos que devem ser observados pelo escudeiro que procura ser um cavaleiro:

É necessária uma idade adequada para um novo cavaleiro, pois se o escudeiro que quer ser cavaleiro for muito jovem, não pode ter aprendido os costumes que são típicos do escudeiro antes de se tornar cavaleiro; e ele não será capaz de lembrar o que promete à honra da cavalaria, se for armado um novo cavaleiro na infância. E se o escudeiro é velho e há fraqueza no seu corpo e quer ser cavaleiro, antes de chegar à velhice insulta a cavalaria, que é mantida pelos fortes combatentes e é aviltada pelos fracos, indefesos e derrotados que fogem.<sup>197</sup>

Assim como demonstra também a necessidade de rendas:

A cavalaria não pode ser mantida sem os arreios próprios do cavaleiro e sem as honras, ações e despesas próprias do ofício de cavalaria. E por esta razão, um escudeiro sem armas e que não tem riqueza suficiente para poder manter a cavalaria não deve ser cavaleiro, porque por falta de riqueza não há arreios e por falta de arreios de dinheiro para gastar o mal cavaleiro se torna furtador, traidor, ladrão, mentiroso, falso e possui outros vícios contrários à ordem de cavaleiro.<sup>198</sup>

Após a apresentação dos aspectos morais e físicos básicos necessários a todos os cavaleiros, D. Duarte dedica sua escrita aos ensinamentos da arte de cavalgar de maneira técnica, visando explicar o melhor uso do equipamento, fabricação, modo de manejar a arma e o cavalo, entre outras características. A escrita técnica de D. Duarte é intercalada por momentos de reflexão pessoal, análise social e partilhamento de experiências de vida, demonstrando o interesse do monarca em construir um texto técnico, mas buscando a reformulação da identidade coletiva da cavalaria, assim como é possível perceber uma busca ativa pelo uso da cultura política da cavalaria como meio de proferir ensinamentos aos frequentadores de sua corte. Há novamente uma aproximação com as estratégias argumentativas de Ramon Llull, que descreve a utilidade dos equipamentos militares mas em seguida constrói uma reflexão filosófica e pessoal sobre os símbolos de cada equipamento.

---

<sup>197</sup> LLULL, Op. Cit., p. 15. Tradução livre nossa: *Edad conveniente le es necesaria caballero, pues si el escudero que quiere hacerse caballero es demasiado joven, no puede haber aprendido las costumbres que son propias del escudero antes de convertirse en caballero; y no podrá tampoco recordar lo que promete al honor de la caballería, si es armado nuevo caballero en la infancia. Y si el escudero es viejo y hay debilidad en su cuerpo y quieres ser caballero, antes de llegar a viejo hizo injuria a caballería, que es mantenida por fuertes combatientes y es envilecida por flacos, desvalidos y vencidos que huyen.*

<sup>198</sup> LLULL, Op. Cit., p. 16. Tradução livre nossa: *La caballería no puede ser mantenida sin el arnés que es propio del caballero y sin las honras acciones y gastos que convienen al oficio de caballería. Y por eso, escudero sin armas y que no posea la suficiente riqueza como para poder mantener caballería no debe ser caballero, pues por falta de riqueza falta el arnés y por falta de arnés de dinero para gastar el mal caballero se hace robador, traidor, ladrón, mentiroso, falso y tiene otros vicios que son contrarios a la orden de caballero.*

Seguindo a classificação e organização da leitura por meio da análise de Isabel Dias<sup>199</sup>, que seccionou o livro da ensinança entre os seguintes blocos: Ensinamentos técnicos (corpo e equipamento), Digressões morais e técnicas, Ensinamentos psicológicos e Reflexões e propostas sobre a educação dos nobres; acreditamos que essa classificação é efetiva no auxílio à leitura da fonte, assim como potencializa a análise, pois aglomera os capítulos por temáticas objetivas. O primeiro bloco representa os ensinamentos técnicos e são selecionados capítulos que dizem respeito apenas à arte equestre, sendo esses capítulos reservados a explicar o uso das selas, montarias, equipamentos, e outros aspectos que não demonstram diretamente a filosofia da cavalaria, assim como não há espaço para a análise das reflexões do rei e o acesso à sua pedagogia direcionada às cortes.

No segundo bloco, são selecionados os momentos reflexivos de D. Duarte, o qual, a partir do pensamento técnico, busca demonstrar por meio de paralelismos, aspectos morais que deveriam ser observados pelos cavaleiros. A primeira digressão surge no capítulo 11 da primeira parte, “Da semelhança que de tal andar direito podemos filhar”, sendo o mesmo capítulo transcrito em o *Leal Conselheiro*, capítulo 83. Este capítulo é dedicado a uma reflexão sobre a importância do cavaleiro em ser firme no cavalgar, assim como deve se manter firme no cotidiano para que não seja derrubado pelos pecados capitais ou pelas vontades incongruentes com a moralidade cristã.

Tal geito como este dandar dereito na besta me parece que devyamos teer em os mais nossos feitos pera seermos no mundo boos cavalgador, e nos teermos forte de nom cair per as mallicias com que muitos derribam per está guisa, se veherem cousas contrariasde feito, dito, cuidado ou lembrança, em tal guisa que sentamos seu desbridamento em sanha, mal-querença, tristeza, fraqueza de coraçom, nosso menospreço ou desagradecimento a deos e aos homees[...]<sup>200</sup>

As metáforas são construídas com base na linguagem equestre, assim como são utilizados códigos e lógicas próprias da cavalaria, procurando construir um discurso direcionando o leitor a perceber que as “malícias” humanas têm origem, sobretudo, no desleixo da vontade, mas também na falta de saber (como acontece com as quedas do cavalo); viver “direitamente” depende da força da vontade (tal como andar direito no cavalo).<sup>201</sup> Ao compararmos o pensamento de D. Duarte com o de Ramon Llull, podemos notar algumas semelhanças:

---

<sup>199</sup> DIAS, Op. Cit., *passim*.

<sup>200</sup> D. DUARTE, Op. Cit., p. 24-25.

<sup>201</sup> DIAS, Op. Cit., p. 95.

O cavaleiro recebe a sela (cavalo) para montar, o que significa segurança mental e posição de cavalaria. Porque assim como a sela segura o cavaleiro em seu cavalo, a segurança do espírito mantém o cavaleiro enfrentando a batalha; Com essa segurança mental vem a fortuna da cavalaria. Esta segurança faz com que muitas zombarias covardes e muitas opiniões vãs sejam desconsideradas;[...]<sup>202</sup>

Para ambos os autores, há uma construção simbólica sobre o ato de montar a cavalo de maneira apropriada, e que deve ser observado para afastar zombarias e infortúnios ao cavaleiro, principalmente o menosprezo de outros cavaleiros. O segundo momento de digressão de D. Duarte surge no capítulo VIII da terceira parte do livro, intitulado “per que se demonstram quatro vontades que som em nos, e como per ellas nos devemos reger”, sendo também transcrito em o *Leal Conselheiro*, no capítulo 3, com o título “Da declaração das vontades”. Inspirado pelo *Livro das Coações dos Santos Padres do Egipto* de João Cassiano<sup>203</sup>, D. Duarte elenca quatro principais vontades do homem, sendo elas: “carnal”, “spiritual”, “tíbia prazenteira” e, por fim, a vontade “perfeita e virtuosa”<sup>204</sup>. As três primeiras vontades remetem aos instintos inerentes aos homens e que resultam em erros e pecados, mas que podem ser contrabalançadas pela última vontade, ligada ao racional, e está associada ao divino. Percebemos um paralelo com Ramon Llull, que aponta em seu manual a necessidade da manutenção da fé católica a todos os guerreiros, e assim evitarem cair nas malícias que desonram a cavalaria<sup>205</sup>.

As vontades devem ser controladas, e por isso D. Duarte demonstra o melhor método de controle sobre as três vontades instintivas dos homens. Para o autor o controle dessas vontades deve ser buscado por todos nobres e senhores, pois uma boa administração e governança são construídas pela vontade racional alinhada com a moralidade cristã<sup>206</sup>. Nas digressões apresentadas, há uma latente preocupação do autor com os aspectos morais da cavalaria portuguesa, assim como da nobreza que compõe a corte. O cavaleiro ideal é o que mantém os códigos da cavalaria e suas características fundamentais, como honra, destreza, força, entre outras, mas principalmente mantém os valores do cristianismo. Esses aspectos se assemelham com os apresentados por Llull, assim como a narrativa d’A DSG, que por meio

---

<sup>202</sup> LLULL, Op. Cit., p. 25. Tradução livre nossa: *Se dá al caballero la silla (cabalgadura) para cabalgar en ella, lo cual significa seguridad de animo y cargo de caballería. Porque así como la silla asegura al caballero sobre su caballo, así también la seguridad del ánimo hace que el caballero esté de cara en la batalla; por tal seguridad de ánimo sobreviene la ventura de caballería. Esta seguridad hace que sean menospreciadas muchas cobardes burlas y muchos vanos pareceres;[...].*

<sup>203</sup> DIAS, Op. Cit., p. 96.

<sup>204</sup> D. DUARTE, I. **Leal Conselheiro**. DE CASTRO, Maria Helena Lopes, Edição crítica, introdução e notas. Impr. Nacional-Casa da Moeda, Lisboa. 1998., p. 21

<sup>205</sup> LLULL, Op. Cit., p. 28.

<sup>206</sup> D. DUARTE, Op. Cit., 1998. p 24.

de sonhos dos cavaleiros, instruem o leitor sobre a realidade da cavalaria e os valores que deveriam ser buscados. Um episódio muito representativo é o sonho de Galvão e a explicação dada pelo eremita Nacião:

- Pelo prado que vistes, onde havia o curral, devemos entender a tábua redonda, porque assim como no curral há repartições de cercados que dividem os lugares do gado, assim na tábua redonda há esteios e repartições que separam os assentos uns dos outros. Pelo prado, que era verde, devemos entender a humildade e a paciência. No curral, onde vistes os cento e cinquenta touros e que não saíam pelo prado, mas pela terra, deveis saber e entender que, se pelo prado saíssem, seriam humildes e obedientes. E os touros eram orgulhosos e diferentes, menos três. Pelos touros deveis entender os companheiros da tábua redonda, que por sua fornicção e por sua má vida caíram muito em soberba e em pecado mortal, tanto que seus pecados não se podem esconder neles, antes aparecem por fora, assim que são todos diferentes. Dos três touros que eram sem mancha deveis entender que são sem pecado os dois que eram brancos e formosos. Formosos e brancos são os que são perfeitos de todas as virtudes. Os dois touros que eram brancos significam Galaaz e Persival, que são brancos, porque são virgens, limpos e sem mancha. O terceiro, que tivera já sinal de mancha, este era Boorz, que tempo havia que errara em sua virgindade, mas depois o corrigiu de modo que tão bem guardou sua castidade, que todo aquele erro foi perdoado.<sup>207</sup>

Pela explicação do personagem o pecado que mancha a linhagem dos cavaleiros é o sexo desmedido e a fornicção, logo, há uma valorização da virgindade de Galaaz e Percival, sendo esperado aos demais cavaleiros as mesmas atitudes. Nacião deixa claro que havia a possibilidade dos demais cavaleiros procurarem redenção assim como Boorz, mas que era necessário viver em celibato. Os narradores continuam explicando o sonho profético:

Os três touros que estavam ligados pelos corpos são estes três cavaleiros que estão assim unidos pela humildade, que já soberba não pode neles entrar. Os outros touros que diziam: "Vamos buscar melhor pasto que este", são os companheiros da tábua redonda que disseram no dia de Pentecostes: "Vamos à demanda do santo Graal e seremos repletos das honras do mundo e do manjar celestial que a graça do Espírito Santo envia àqueles que sentam à mesa do santo Graal. Ali é o bom pasto; deixemos este e vamos lá". E eles partiram da corte e foram pela terra, que não pelo prado, porque não foram à confissão, como deviam fazer os que entram em serviço do Nosso Senhor, nem partiram com humildade nem com paciência, o que entendemos pelo prado verde, mas foram pela terra seca, onde não havia verdura, nem flor, nem fruta.<sup>208</sup>

Outro pecado condenado pelos narradores é a soberba dos cavaleiros que procuram a todo momento a exaltação e a fama, diferentemente de Galaaz, Persival e Boorz, que

---

<sup>207</sup> A Demanda do Santo Graal, Op. Cit., episódio 158.

<sup>208</sup> Idem.

procuram a humildade. A soberba que é o pecado que irá causar a rotina de Camelot, evidenciado pelo restante da narrativa:

Esta foi a carreira do inferno, onde todas as coisas são secas, que aí vão. E quando tornavam, morriam por isso os mais; e por isso haveis de entender que, ao voltar desta demanda, faltarão muitos, porque morrerão nela. E os touros que voltavam estavam tão magros e tão cansados, que dificilmente podiam manter-se de pé. Estes são os cavaleiros que da demanda escaparão e voltarão à corte, que estarão tão manchados de pecados e tão envolvidos neles que uns matarão os outros e não terão bondade nem virtude em que possam estar, que não caiam no inferno. Dos três sem mancha, voltará um e os outros dois ficarão; assim se entende que dos três bons cavaleiros um voltará à corte para o bom pasto que perderam aqueles que estavam em pecado mortal. Os outros dois ficarão, porque acharão tão grande prazer no manjar do santo Graal, que não o deixarão de modo algum, pois que o tiveram à vontade. A derradeira palavra de vosso sonho, disse ele a Galvão, não vos direi, porque por ela poderia sobrevir mal e não bem.<sup>209</sup>

A narrativa acima ilustra de maneira pedagógica a percepção da corrupção da cavalaria, e que poderia levar à destruição não somente dos cavaleiros, mas também do reino. O caminho apontado pelo eremita para evitar as manchas do pecado estão em guardar a castidade, assim como manter a humildade e a paciência.

Retornando à escrita de D. Duarte, no terceiro bloco são escolhidos capítulos que compilam ensinamentos de cunho psicológico e sentimental, e estão na obra original, concentrados na terceira parte do livro<sup>210</sup>. D. Duarte inicia sua argumentação demonstrando que os cavaleiros devem evitar a todo custo o receio, medo, empacho ou a vergonha, todos empregados como sinônimos para fraqueza. A fraqueza não condiz com a prática da cavalaria, pois é contrária aos valores fundamentais, como a valorização da virilidade e força física, o culto à coragem e o menosprezo pela morte. Para D. Duarte, é através do estudo e de boas leituras que o homem consegue controlar suas fraquezas, um claro direcionamento à pedagogia de reforço ao intelecto e ao racional como necessário para alcançar a virtude<sup>211</sup>. O rei não deixa de reconhecer que o excesso de coragem pode ser prejudicial, por isso a necessidade de os cavaleiros estarem atentos aos momentos necessários para a retirada do campo de batalha. O que se procura é incentivar nos cavaleiros a aprendizagem da autoconfiança conferida pela arte de cavalgar:

---

<sup>209</sup> **A Demanda do Santo Graal**, Op. Cit., episódio 158.

<sup>210</sup> DIAS, Op. Cit., p 99.

<sup>211</sup> Ibid., p 103.

[...] o pretexto ideal para definir o modelo de ensino que caracterizam o que, muito para além de acautelar o receio, visa formar cavaleiros fortes, seguros, “assessegados” “soltos”, que saibam ferir com as esporas, controlar o cavalo com o freio, evitar perigos, cavalgar sobre todo o terreno, dominar todas as situações, agir com elegância; cavaleiros que sejam resistentes, que conheçam as características do cavalo que montam, para o arream de maneira adequada, lhe corrigirem as malícias e desenvolverem as virtudes, para, enfim, o cavalgarem como devem<sup>212</sup>.

Nos ensinamentos de D. Duarte, há um forte apelo à religião cristã, em que Deus se manifesta em diversos momentos e aspectos da vida humana, mesmo que o cavaleiro possua um intelecto preparado para viver de maneira apropriada, controlando suas vontades e fraquezas, o rei insiste na necessidade de todos os cavaleiros buscarem auxílio com o divino. Semelhante proposta é encontrada em Llull: “É costume de um cavaleiro ouvir missa e sermão, adorar, orar e temer a Deus. Por tal costume, o cavaleiro lembra-se de que deve morrer e da vileza deste mundo; e pede a Deus a glória celestial e teme os castigos infernais; e para isso utiliza as virtudes e costumes da ordem de cavalaria.”<sup>213</sup>

Essa pedagogia de fortalecimento da alma e controle dos sentimentos é construída não somente pelas leituras e estudos de D. Duarte, mas também por sua experiência. Em o *Leal Conselheiro*, no capítulo 19, “Da maneira que fui doente do humor menecorico e d’el guareci”, o monarca relata sua experiência com a depressão e como encontrou a cura pelos próprios métodos.

O relato rememora a preparação para a conquista de Ceuta, em que D. João I institui D. Duarte como responsável pelo conselho, justiça e negócios da fazenda, e com isso o jovem infante acumulou uma série de obrigações com o reino que ocupavam grande parte de seu tempo. Na Páscoa de 1414, D. Duarte percebe uma quebra em seu espírito e de suas vontades, e com isto a tristeza se apodera de seu corpo<sup>214</sup>. A tristeza aumentou à medida que se passavam os dias, ao passo que D. Duarte percebe o medo e receio da morte tomando conta de seus pensamentos<sup>215</sup>. Podemos perceber a presença de sua pedagogia em que D. Duarte, ao ter sua boa vontade enfraquecida pela tristeza, é tomado também por sentimentos que o enfraquecem enquanto cavaleiro, sendo quase impossível ao infante naquele momento manter os pensamentos de “braveza”. D. Duarte escreve alguns ditos populares para ilustrar seus

---

<sup>212</sup> Ibid., p. 104.

<sup>213</sup> LLULL, Op. Cit., p. 32. Tradução livre nossa: *Es costume de caballero oir missa y sermón, adorar, orar y temer a Dios. Por tal costumbre el caballero recuerda que ha de morir, y la vileza de este mundo; y pide a Dios la gloria celestial, y temé las penas infernales; y para esto usa de las virtudes y de las costumbres propias del orden de caballería.*

<sup>214</sup> D. DUARTE, Op. Cit., 1998. p. 74.

<sup>215</sup> Ibid., p 75.

pensamentos: “Quem teme a morte, perde quanto vive”, e completa com “Quem teme a morte, perde o prazer da vida”<sup>216</sup>, refletindo novamente a necessidade da manutenção dos valores da cavalaria, principalmente o desprezo à morte, como inerente à vontade de viver dos cavaleiros.

Os tratamentos prescritos, como beber vinho aguado e se deitar com mulheres, não pareciam apropriados na visão de D. Duarte, que procurou alimentar seu espírito com orações e aproximação com Deus. Os tratamentos se assemelham com a prática diária da cavalaria cortesã que existe para festas, jogos e o amor das mulheres, assim como apresentadas nos romances de cavalaria. Logo, podemos perceber que a cura de D. Duarte foi manter-se fiel aos valores da cavalaria cristã, cumprindo o ofício da ordem de cavalaria como direcionada por Ramon Llull. O ponto de viragem e início da cura de D. Duarte ocorre com a perda de sua mãe em 1415, que fez o então infante perder todo o receio<sup>217</sup>. O relato de D. Duarte complementa sua visão sobre a importância dos cavaleiros da corte portuguesa em evitar o receio e os medos, e ao final de seu relato, o monarca evidencia suas intenções em construir a partir de sua vida o modelo ideal de cavalaria aos seus nobres.

No último bloco, segundo a classificação proposta por Isabel Dias, denominado “Reflexões e propostas sobre a educação dos nobres”, é construída uma análise sobre a didática de ensino desenvolvida por D. Duarte e direcionada aos nobres. A metáfora do mestre que ensina ao aluno é construída por D. Duarte, que ocupa o local do mestre, ao passo que os alunos seriam todos os leitores nobres que conviviam na corte. Aos alunos compete o esforço e o reino regular da arte equestre, ao mestre compete ensinar, corrigir, punir e complexificar os exercícios de acordo com a evolução do aluno<sup>218</sup>. Os primeiros ensinamentos são sobre a melhor forma de montar em um cavalo e portar as armas, assim como todos os cavaleiros devem saber como domar os cavalos e as feras selvagens. O paralelo construído pelo monarca é ainda sobre a força, pois o cavaleiro deve se manter firme na sela enquanto galopa e utiliza sua lança, assim como deve se manter firme na vida e nos ensinamentos.

D. Duarte argumenta que devem ser evitados os cavalos muito mansos e submissos de forma exagerada, pois estes não estimulam as capacidades dos cavaleiros e não representam qualquer desafio, e com isso podem provocar a vontade da preguiça. O autor reconhece que a educação dos cavaleiros não poder ser rígida nem punitiva de forma exagerada, pois o mestre muito rigoroso pode destruir a vontade do jovem de se tornar um bom cavaleiro<sup>219</sup>.

---

<sup>216</sup> Ibid., p. 76.

<sup>217</sup> Ibid., p. 76.

<sup>218</sup> DIAS, Op. Cit., p 110.

<sup>219</sup> Ibid., p. 111.

No capítulo 15 da quinta parte, é o momento de maior reflexão do monarca, em que são expostos o pensamento e a leitura sociopolítica que representava a cavalaria contemporânea a D. Duarte, assim como a cavalaria ideal construída como modelo antitético no texto<sup>220</sup>. Na abertura do capítulo, o autor demonstra a preocupação com a cavalaria:

E esse medês das manhas outras de força, ligeirice e braçaria que os cavalleiros e scudeiros em esta terra muyto aventajadamente sabiam e hussavam de fazer, de que agora os vejo mynguados, que muyto me despraz, nom prestando dictos nem conselhos com algua parte densynança e aviamentos que lhe sobr'ello per mym som mostrados. E outras vezes, constringidos per/mundado que as provem, fazemnas de tal maneira que a mym he pouca folgança a rrespeito das que ja em minha casa vy fazer<sup>221</sup>.

Para o rei, a cavalaria não se portava do modo ideal, em que os membros não davam provas públicas das habilidades individuais enquanto cavaleiros, e por isso ficava perceptível um enfraquecimento da instituição no reino português. O enfraquecimento dos cavaleiros é, primeiramente, um enfraquecimento intelectual, pois deixaram de observar as boas práticas dos estudos, e com isso houve um enfraquecimento na boa vontade dos cavaleiros. No discurso do rei, os membros de Avis e seus próprios feitos são utilizados como um padrão a ser desejado e alcançado pelos demais cavaleiros, devido aos grandes feitos da linhagem de Avis em Ceuta:

Todo esto entendo que lhes vem per myngua de voontade que dellas ham; por que tanto costumaram a falla das molheres e poserom todas suas tentaçoos com gram desejo em se trabalharem de bem trazer, calçar, julgar a peella, cantarem e dançarem, por lhes seguirem as voontades que mostram principalmente destas manhas, que de todas outras leixarom a mayor parte<sup>222</sup>.

A crítica formulada é direcionada às práticas do amor cortês, concordando com as denúncias de Bernardo de Claraval no século XI, assim como as críticas formuladas por Llull e a narrativa do Graal que explicita a corrupção da cavalaria. As críticas são semelhantes entre os autores por ocuparem igualmente uma posição de resgate da pureza da cavalaria, e podemos inferir que a cavalaria modificou suas práticas ao longo dos séculos, o que causa certo espanto aos observadores. Logo, D. Duarte preza por um retorno à cavalaria clássica e elabora um plano de reformulação da cavalaria em busca de um perfil mais cristão, utilizando uma argumentação constante no discurso político-social medieval. D. Duarte escreve também

---

<sup>220</sup> Ibid., p. 112.

<sup>221</sup> D. DUARTE, Op. Cit., 1944., p.118.

<sup>222</sup> Ibid., p. 118.

em o *Leal Conselheiro* os perigos da vida cortesã no capítulo 47, intitulado “Do perigo da conversação das mulheres spirituaes/ tirado de uu trautado de Sam Tomas di Equino”, continuando suas críticas direcionadas aos cavaleiros que buscavam o amor cortês.

As mulheres representavam o afastamento dos homens dos propósitos da cavalaria, por isso as relações entre homens e mulheres na corte deveriam constantemente ser vigiadas e tolhidas. N’A DSG, como demonstrado, no início da narrativa há um alerta sobre os perigos que os corpos femininos podem representar na busca pelo Graal, e ao longo da narrativa há uma valorização da virgindade e castidade. Os desejos sexuais nos homens despertados pelas mulheres podem provocar um enfraquecimento do espírito e um aumento nas vontades negativas dos homens, assim como afastar os cavaleiros da vida de estudos, muito cultuada por D. Duarte. O texto em o *Leal Conselheiro* é rico em detalhes sobre todas as situações em que devem ser evitados os contatos com mulheres, evidenciando que o maior perigo no ambiente da corte era o amor cortês.

Assim como as mulheres podem tirar o foco dos cavaleiros e os fazer esquecer de suas boas vontades, o excesso de trabalho do rei pode ocasionar o mesmo problema. A arte da cavalaria é uma tarefa diária e necessita de demonstrações públicas. O rei é o modelo de cavaleiro por excelência e o primeiro elo de uma cadeia de comportamentos reflexivos<sup>223</sup>. Logo, caberia ao rei não permitir a perda das práticas de cavalgar, para que o discurso moralizante e político possa permanecer forte na sociedade através do exemplo de D. Duarte. O discurso construído no *Livro da Ensinança* concorda com as práticas propagandística de Avis<sup>224</sup>, difundindo uma imagem de cavalaria impecável aos membros de sua casa, pois constantemente demonstraram a cavalaria nas conquistas na África, assim como os demais atributos inerentes a um bom cavaleiro, como a fé e as práticas religiosas, o trabalho e o constante de aperfeiçoamento da destreza.

D. Duarte finaliza seus ensinamentos pedagógicos e da Ensinança demonstrando a necessidade dos jovens cavaleiros e nobres buscarem ler bons livros, boas conversas, escrever e praticar oralidade, além do estudo de latim e outras línguas como parte fundamental do fortalecimento do espírito através do intelecto. Os cavaleiros devem buscar livros de moral e filosofia, que ensinam bons costumes e práticas, tal qual o *Livro da Ensinança*, livros sobre

---

<sup>223</sup> DIAS, Op. Cit., p. 114.

<sup>224</sup> D. DUARTE, Op. Cit., 1944., p 119. Nesse momento há uma exaltação ao rei D. João I e sua esposa D. Felipa, reforçando a característica principal da casa de Avis de ser um reinado familiar apoiado no casamento de D. João, como parte de garantir a legitimidade dos herdeiros assim como a legitimidade do discurso político de Avis que valorizava principalmente a família nuclear como principal elo propagandístico. Ver mais em: TREVISAN, Mariana Bonat. **A primeira geração de Avis: Uma família 'exemplar'** (Portugal-Século XV). Tese de Doutorado. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

guerras e por fim crônicas que retratam a vida de bons cavaleiros, para que haja um estudo através do exemplo. A última listagem de livros direciona a análise à compreensão do papel da crônica no discurso moralista de Avis, e amplia o papel de Fernão Lopes e suas crônicas escritas a pedido de D. Duarte. D. João I é o exemplo a ser seguido pelos cavaleiros, e sua crônica é responsável pela formulação da memória do reino, assim como por sedimentar as bases da moral por meio da boa prática da cavalaria.

Como demonstrado anteriormente, D. Duarte valoriza o estudo como meio de fortalecimento do espírito através dos livros e de bons conselhos. Certamente, sua escrita foi influenciada por suas leituras, mesmo que não haja uma indicação direta da fonte de suas reflexões. Buscando compreender as influências de D. Duarte, a análise da biblioteca do rei parece-nos indispensável. O inventário da biblioteca do rei foi levantado após sua morte em 1438, e descrito no prólogo do *Livro da Ensinança* de maneira póstuma. Isabel Dias faz um levantamento sobre a variedade de livros que compunham tal biblioteca de D. Duarte<sup>225</sup>, elencando livros de retórica, física, astrologia, falcoaria, cantigas, entre outras literaturas, e uma grande variedade de conhecimentos que eram sistematizados em diversos livros desse acervo. Ainda segundo a autora, podemos destacar entre as obras, as de cunho lúdico, mas também obras que tem como função ensinar padrões de comportamentos aos nobres<sup>226</sup>. Algumas obras inventariadas tomam a atenção de nossa pesquisa, como o *Livro de Tristam* e o *Livro de Galaaz*<sup>227</sup>. Ora, como sabemos, Tristam e Galaaz<sup>228</sup> são cavaleiros da tábua redonda, e personagem muito importantes na história da Demanda do Santo Graal, já que ambos possuem grande habilidade e cortesia.

A presença desses livros pode justificar as motivações de D. Duarte para solicitar uma tradução da Demanda do Santo Graal. O caráter lúdico e fantasioso da história não elimina a possibilidade de o rei perceber na história do Graal os bons conselhos que alimentam seu espírito. O gosto pessoal do rei não será descartado das hipóteses explicativas deste trabalho. Porém, devemos ressaltar a presença e influência que a matéria da Bretanha teve em Portugal desde o século XIII e que certamente não se perdeu com o tempo, ao passo que no início do século XV ainda eram livros e histórias muito presentes na sociedade. Há um enorme interesse de D. João I e seus sucessores nas histórias arturianas. A matéria da Bretanha ganha

---

<sup>225</sup> DIAS, Op. Cit., p. 18.

<sup>226</sup> Ibid., p. 19.

<sup>227</sup> Santarém, Visconde de. "Introdução." Ed. J. I. Roquette. D. Duarte. **Leal conselheiro, o qual fez Dom Duarte, seguido do Livro da ensinança de bem cavalgar toda sella, que fez o mesmo rei, o qual começou em sendo infante Paris**: V<sup>a</sup> J.-P. Aillaud, Monlon e C<sup>a</sup>, 1854., p. XXI.

<sup>228</sup> A grafia do nome de ambos os personagens pode aparecer modificada de acordo com a tradução. Tristam pode ser traduzido também como Tristão, e o Galaaz aparece em algumas fontes como Galahad.

força durante o reinado de Avis, não somente pelo entretenimento das histórias, mas com interesses políticos. Com os planos de expansão marítima e terrestre de Portugal, observa-se uma sobrevida da cavalaria clássica no reino, em que os cavaleiros literários oferecem exemplos que inspiram os homens a viver na guerra. Busca-se construir nas crônicas, diversos paralelos entre os cavaleiros portugueses com cavaleiros da tábua redonda, onde D. João I seria o rei Artur português.

As crônicas também ofereciam bons exemplos aos cavaleiros, porém a escrita de Fernão Lopes possui algumas particularidades em que se mistura o fantasioso e o real, sendo descritos diversos acontecimentos mágicos na batalha de Aljubarrota em 1385, tal qual uma história de cavalaria. Zierer aponta que uma das particularidades da escrita lopesiana são as aproximações entre D João e Nuno Álvares com, respectivamente, rei Artur e Galaaz<sup>229</sup>.

D. João I é aproximado na crônica como uma espécie de messias português, que desde seu nascimento estava profetizado que seria o salvador de Portugal<sup>230</sup>. Apesar de suas grandes virtudes, D. João I é colocado por Fernão Lopes próximo ao rei Artur, já que ambos os monarcas cometeram erros ao longo da vida, e por isso não seriam os cavaleiros perfeitos<sup>231</sup>. O cronista toma o cuidado de aproximar Nuno Álvares de Galaaz, ao mesmo tempo em que afasta moralmente o comandante do rei.

Os primeiros sinais dos grandes feitos de Nuno, assim como D. João I, são profetizados antes de seu nascimento e são confirmadas ao longo da vida do militar. Apesar dos grandes feitos enquanto cavaleiro, o que toma maior destaque na caracterização de Nuno Álvares Pereira é sua pureza de alma e a castidade<sup>232</sup>, assim como Galaaz, que evita o contato com mulheres e as tentações em relação à luxúria.

Zierer destaca uma importante característica para compreendermos os sinais do melhor cavaleiro do mundo, e que são constantemente exaltados na crônica de D. João I: os cavaleiros, Galaaz/D.Nuno, são inspirados por dois modelos de conduta, sendo o cavaleiro sistematizado nos manuais técnicos e o hagiográfico<sup>233</sup>. Esses modelos são sintetizados na figura do cavaleiro cristão, que cumpre seu dever mantendo sempre os mandamentos da Igreja, que regularmente pratica orações, que vive uma vida longe dos prazeres mundanos e das vãs glórias, e por isso é o escolhido de Deus, abençoado largamente e que vence todas suas batalhas. Esse modelo é visto como uma crítica ao velho modelo de cavaleiro cortes, e

---

<sup>229</sup> ZIERER, Adriana. **O Nobre e o Rei: A Influência de Galaaz na Elaboração da Imagem de Nun' Álvares Pereira**. BRATHAIR-REVISTA DE ESTUDOS CELTAS E GERMÂNICOS, v. 7, n. 2, 2007.

<sup>230</sup> ZIERER, Op. Cit. 2014., p. 43.

<sup>231</sup> ZIERER, Op. Cit. 2007., p. 95- 96.

<sup>232</sup> Ibid., p. 90.

<sup>233</sup> ZIERER, Op. Cit. 2007., p. 94.

principalmente à velha nobreza, como demonstra Zierer, associada a conceitos como vingança, desejos, roubos, entre outros pecados<sup>234</sup>.

O cavaleiro literário toma mais uma camada para além do entretenimento daqueles que escutam ou leem as histórias. É um modelo de conduta moral e política. Rei Artur e Galaaz são os personagens perfeitos para a causa de Avis. D. João I é o monarca que salva o reino português do inimigo externo, os castelhanos, assim como o rei Artur que salva a Bretanha dos saxões; ao passo que seu braço direito, D. Nuno Álvares, é o cavaleiro perfeito, que luta pela causa mais justa e nobre naquele momento, e que a vitória em Aljubarrota é uma manifestação não somente das grandes habilidades de Nuno, mas também da predileção de Deus, tal qual Galaaz ,que ao final da DSG, vence praticamente todo o exército do rei Mars e impede que Camelot seja tomada pelo inimigo externo.<sup>235</sup>

---

<sup>234</sup> ZIERER, loc. cit.

<sup>235</sup> **A Demanda do Santo Graal**. Op. Cit., 1988. episódio 474

## Considerações Finais

A primeira geração de Avis vivencia um momento de profundas modificações no reino português, ocasionada pela troca de casas na regência do reino, mas também pelas aspirações expansionistas de D. João I. A casa de Avis possui uma grande capacidade na construção de uma propaganda partidária que exalta a imagem do fundador, D. João, assim como confere sua legitimidade enquanto rei de Portugal.

D. Duarte auxilia na manutenção do discurso propagandístico, assim como procura ampliar a influência da sua casa expandindo as conquistas na África. Apesar do fracasso na campanha do Tanger, a força principal da propaganda de Avis residia na escrita e nas leituras incentivadas na corte. Através dos livros e composições, D. Duarte procura reavivar na nobreza da corte o espírito dos cavaleiros clássicos, principalmente os que são descritos na matéria da Bretanha. Há uma sobrevida dos contos arturianos na corte portuguesa, alimentada pelas expectativas dos infantes e do momento de constantes guerras dentro e fora dos limites do reino. Não podemos determinar o sucesso ou o fracasso do discurso de D. Duarte entre os membros de sua corte, mas certamente eram expectativas partilhadas por diversos membros que buscavam reavivar o espírito militar e a glória da cavalaria em prol da exaltação do reino.

Há de se reconhecer que a temática não se esgota neste trabalho, sendo possível a exploração de outros temas a partir de semelhante perspectiva, como por exemplo o papel feminino nessa construção ideológica da corte, assim como o detalhamento da atuação dos demais membros da primeira geração de Avis. Outras possibilidades de abordagem surgem à medida que se amplia o escopo de trabalho, como o impacto social dessa construção literária para o reino e os demais estamentos sociais, sendo uma possibilidade uma certa influência dessa cultura política nas lógicas de existência dos demais como burgueses, camponeses e clérigos. Este estudo sintetiza uma possibilidade de abordagem teórica e metodológica centralizada na atuação de D. Duarte para desenvolvimento de uma cultura política própria de sua corte, sendo uma possibilidade também o aprofundamento da temática a partir das crônicas de Fernão Lopes, e como o cronista influenciou essa cultura política, entre outras possibilidades que se apresentam a partir do esforço iniciado por este estudo.

A cavalaria se prova como um importante signo dentro de uma cultura política que se constrói na corte portuguesa do século XV, por reunir todos os elementos simbólicos e filosóficos necessários para a construção de uma força política. O cavaleiro clássico se torna a medida ideal para a sociedade, assim como os excessos constroem os comportamentos que devem ser evitados pelos homens da nobreza. As principais características almejadas pela

cultura política liderada por D. Duarte percebe na cavalaria valores como honra, bravura, força física, virilidade, entre outros, que são herdados da antiguidade e perduram ao longo de toda a história da cavalaria, assim como os valores de respeito aos símbolos católicos, a prática constante de oração, penitência e trabalho, inseridos nas lógicas da cavalaria a partir dos manuais pedagógicos da Igreja.

O comportamento ideal para os cavaleiros pode ser contido em três importantes pilares: A honra é um valor próprio da cavalaria desde a antiguidade, e que Ramon Llull, assim como D. Duarte, percebe na boa prática da cavalaria como garantidora desse valor aos guerreiros, sendo um valor que garante a legitimidade da nobreza e dos cavaleiros, pois só as castas mais altas da sociedade poderiam acessar a honra dada por Deus ao ofício da cavalaria. A fé católica é cultuada a todo momento pelo modelo de cavalaria ideal para a corte de D. Duarte, sendo Galaaz o símbolo perseguido pelos nobres portugueses que procuram emular suas ações até mesmo em suas vidas, como Nuno Álvares Pereira, que buscou a manutenção da castidade ao longo de sua vida. E por fim, a violência sendo um conceito de aparente difícil apreensão analítica, pois, em certos momentos surge na documentação de forma evidente, em outros desaparecem completamente. Concordamos com diversos historiadores que demonstram uma ausência do termo sintático específico violência da documentação. Porém, ao limitarmos nossa análise à busca pelo conceito violência na documentação, limitou-se também a percepção sobre o fenômeno, e assim a pesquisa concordou, mesmo que não intencionalmente, com o posicionamento majoritário da historiografia.

É nítido que há uma forte presença da violência na documentação, porém através de sinônimos, tal qual como apresentados nas fontes, como uso de força exagerada, abusos e imposição de vontades acima de outros sujeitos. Logo, é necessária uma abordagem analítica própria para o estudo da violência, que considere principalmente os sinônimos do termo como apresentado nas documentações, construindo um arcabouço semântico de diversos termos que orbitam na ideia da violência como sinônimos, mas que são empregados com mais frequência pelos atores sociais, uma vez que o termo específico violência é de uso restrito e limitado no contexto linguístico medieval, a uma prática muito negativa e de abuso tirânico. Percebemos que essa especificidade do termo é intencional, pois os autores medievais procuram denunciar a violência, mas que em alguns casos não há uma condenação negativa. A violência é percebida em alguns contextos como uma prática necessária, em alguns casos, positiva. Percebemos que essa característica deste conceito é devido ao emaranhamento com outro muito relevante para o período medieval, a justiça. Ainda assim podemos captar a presença da

violência, que é evidenciada na documentação pelos comportamentos propositalmente exagerados, mas que deveriam ser condenados e controlados na corte.

Para a corte de D. Duarte e da cultura política que se circunscreve, é através das histórias arturianas, especificamente A DSG, em que aparecem episódios explícitos de violência sendo condenados pelos narradores e que expressam como havia exageros nas práticas dos cavaleiros, e por isso haveria uma necessidade de controlar a cavalaria, modulando-a para um perfil mais cristão. Os personagens da DSG cumprem uma função importante na pedagogia que compõe parte do universo simbólico da cultura política, e por isso há uma preocupação da Casa de Avis em encomendar traduções para o português com pequenas modificações no texto, para que pudesse ter uma divulgação nos ciclos sociais da corte.

Reavivar a glória da cavalaria, conjuntamente com as vitórias e expansão do reino pela África, garantiriam a Portugal uma considerável força simbólica e política na Europa. A força dos símbolos da cavalaria e seus cavaleiros idealizados perduram desde o século XI e ultrapassam os limites temporais do século XIII e do contexto político social francês. Como apresentado, no reino de Portugal há uma busca pela glória da cavalaria, assim como basta lembrar-nos que Miguel de Cervantes, no século XVI, escreve o fabuloso Dom Quixote, e os aspectos cômicos da narrativa só se apresentam se conjecturarmos a possibilidade de a nobreza espanhola respirar o ar da cavalaria clássica e fomentar o estilo de vida na corte. E assim uma importante característica da cultura política da cavalaria é a força simbólica que ultrapassa as limitações do tempo, pois os cavaleiros possuem e detêm grandes privilégios, representando um importante corpo político e social no contexto medieval e perduram ao longo da história, alcançando nossas percepções contemporâneas e sentidos do que podemos conceituar como cavaleiro.

Ressaltamos que exploramos alguns aspectos específicos da cavalaria medieval enquanto fenômeno sociológico, e reconhecemos que há outras possibilidades de análises em pesquisas futuras, como a força sociológica dos atos performativos da cavalaria e a representação dos cavaleiros no cotidiano medieval. As ordens religiosas ao criarem uma cavalaria específica e que se distancia do cotidiano medieval, constrói conjuntamente um novo estilo de vida para a classe dos guerreiros, porém reconhecemos que não se trata de fato de uma cavalaria isolada da sociedade, a historiografia sobre as ordens religiosas aponta para uma série de complexas relações entre os cavaleiros das ordens e a cotidiano medieval nas cidades.

Os atos performáticos constroem parte da identidade destes guerreiros e principalmente é símbolo de reconhecimento em toda a sociedade, garantindo uma série de privilégios aos participantes das ordens. A utilização de um manto específico já se configura um aspecto suficiente para reconhecimento do cavaleiro na sociedade e garantia de privilégios, logo, há de se fomentar estudos que alcancem uma análise simbólica e sociológica sobre a cavalaria das ordens, e quais os símbolos de fato garantem privilégios e se igualmente todas as ordens de cavalaria alcançam o mesmo prestígio social. A cavalaria é um fenômeno do cotidiano medieval, logo, estudos que abordem as possibilidades e interações entre os estamentos sociais com a cavalaria possuem uma potencialidade de contribuição ampla sobre aspectos sociais e políticos, que extrapolam os limites da historiografia clássica e dos documentos religiosos.

Nobreza, honra, virilidade, força, fé católica, entre outras características, perduram em nossos tempos como inerentes ao cavaleiro, e que são disputados por diversos grupos políticos que procuram se apropriar dos símbolos da cavalaria como expressão de seus ideais. Discordando da historiografia clássica, compreendemos que a cavalaria não se encerra no século XIII nem obrigatoriamente se circunscreve apenas como uma prática francesa, é uma força que se difunde por toda Europa ao longo do tempo e encontra maior expressão enquanto cultura política que caracteriza e eleva seus participantes acima dos demais; a nobreza, mesmo que apenas simbólica, ainda é almejada por diversos personagens políticos.

Esta pesquisa é apenas um recorte limitado pelas características inerentes a uma dissertação. Há muito a ser pesquisado e analisado nas obras literárias produzidas pela casa de Avis, assim como explorar a potencialidade da cavalaria enquanto cultura política própria da Idade Média, não se limitando a estudos militares, e ampliando o escopo percebendo a presença da cavalaria em diversos debates no campo do político e da política medieval.

## Referências bibliográficas

### Fontes

**A Demanda do Santo Graal.** Texto sobre os cuidados de Heitor Megale. São Paulo: Editora da USP, 1988.

D. DUARTE, I. **Leal Conselheiro.** DE CASTRO, Maria Helena Lopes, Edição crítica, introdução e notas. Impr. Nacional-Casa da Moeda. 1998.

D. DUARTE, I.; PIEL, Joseph M.; DUARTE, I. **Livro da ensinança de bem cavalgar toda sela que fez el-Rey Dom Eduarte de Portugal e do Algarve e Senhor de Ceuta.** Impr. Nacional-Casa da Moeda, 1944.

LLULL, Ramon; DE CUENCA, Luis Alberto. **Libro de la orden de caballería.** Alianza, 1986.

### Bibliografia

ARAUJO, José Marcos Flor Silva de. **Masculinidades na literatura cavaleiresca: demanda do Santo Graal.** 2021. 44 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado e Licenciatura em História)—Universidade de Brasília, Brasília, 2021.

BARTHÉLEMY, Dominique. **A cavalaria. Da Germânia antiga à França do século XII.** Trad. Néri de Barros Almeida e Carolina Gual da Silva -Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

BERSTEIN, Serge. **Cultura política e historiografia.** In: AZEVEDO, Cecília *et al.* **Cultura política, memória e historiografia.** Editora FGV, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina.** Trad. Maria Helena Kühner - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BUTLER, Judith. **Discurso de ódio: uma política do performativo.** Editora Unesp, 2021.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade.** Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003

CASTRO, J. M. DE. A Bíblia no «Leal Conselheiro». **Didaskalia**, v. 1, n. 2, p. 251-261, 1 jun. 1971

CORREIA, Amélia. **A Matéria de Bretanha em Portugal.** Limite: Revista de Estudios Portugueses y de la Lusofonía, n. 7, p. 5-28, 2013

DIAS, Isabel Rosa. **A arte de ser bom cavaleiro: estudo sobre o livro da ensinança de bem cavalgar toda sela de D. Duarte.** Estampa, 1997

DUBY, Georges et al. **Guilherme, o Marechal: o melhor cavaleiro do mundo**. Trad. Renato Janine Ribeiro - Rio de Janeiro : Edições Graal, 1988.

DUBY, Georges. **As três ordens ou o imaginário do feudalismo**. Tradução portuguesa. Lisboa: Estampa, 1982.

DUBY, Georges. **A sociedade cavaleiresca**; Trad. Antônio de Pádua Danesi - São Paulo: Martins Fontes, 1989.

FAVIER, Jean. **Carlos Magno**. Trad: Luciano Machado. - São Paulo: Estação Liberdade, 2004 - p 163

FERREIRA, Claudienne da Cruz et al. **Virilidade, misoginia e violência em a demanda do santo graal e nas crônicas de Fernão Lopes**. Dissertação. Universidade Federal do Maranhão, São Luís. 2021.

FLORI, Jean. **Guerra Santa–Formação da ideia de cruzada no Ocidente cristão**. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

FLORI, Jean. **A cavalaria**: a origem dos nobres guerreiros da Idade Média. São Paulo: Madras, 2005.

FRÓES, Vânia Leite. Teatro como missão e espaço de encontro de culturas. Estudo comparativo entre o teatro português e brasileiro do século XVI. In: **Actas do Congresso Internacional de História**. p. 183-202, 1993.

GAUVARD, Claude. Violência - in: **Dicionário analítico do ocidente medieval 2/** Jacques Le Goff, Jean-Claude Schmitt (Orgs.), Trad: Hilário Franco Júnior, - São Paulo: Editora Unesp, 2017, p. 678 - 679

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição. - São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2017.

KARRAS, Ruth Mazo. **From boys to men: Formations of masculinity in late medieval Europe**. University of Pennsylvania Press, 2003.

KAEUPER, R. W. **Chivalry and Violence in Medieval Europe**. University of Oxford ed. New York: Oxford University Press, 1999. v. 1.

KOSELLECK, Reinhart; MASS, Wilma Patrícia; PEREIRA, Carlos Almeida. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Contraponto Editora, 2021.

KOSELLECK, Reinhart. **Histórias de conceitos. Estudos sobre a semântica e a pragmática da linguagem política e social**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2020

KUSCHNIR, Karina & CARNEIRO, Leandro Piquet. **As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política**. Revista Estudos Históricos, v. 13, n. 24, p. 227-250, 1999

LE GOFF, Jacques. **A construção do Imaginário Medieval**. Lisboa, Coleção Nova História – 1994.

LE GOFF, Jacques. **O homem medieval**. Tradução de Maria Jorge Vilar de Figueiredo. - Lisboa: Editorial Presença, 1987.

LE GOFF, Jacques; TRUONG, Nicolas. **Uma história do corpo na Idade Média**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LE GOFF, Jacques. **O Imaginário Medieval**. Coleção Nova História. - Lisboa: Editora Estampa. 1994.

LE GOFF, Jacques. **O apogeu da cidade medieval**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

LIMA, Marcelo Pereira. **O gênero do adultério no discurso jurídico do governo de Afonso X (1252-1284)**. Niterói: UFF, 2010.

MOTTA RODRIGO PATTO SÁ. Desafios e possibilidades na apropriação de culturas políticas pela historiografia. Em: **Culturas políticas na História: novos estudos**. 1. ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014

MUNIZ, Márcio Ricardo Coelho. **O leal conselheiro, de Dom Duarte, e a tradição dos espelhos de príncipe**. 2003. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003

MUNIZ, Márcio Ricardo Coelho. " **O leal conselheiro" e a tradição do espelho de príncipe: considerações sobre o gênero**. In: **Actas del IX Congreso Internacional de la Asociación Hispánica de Literatura Medieval:(A Coruña, 18-22 de septiembre de 2001)**. Departamento de Filología Española e Latina, 2005. p. 89-104.

POCOCK, John G. A. **Linguagens do Ideário Político Vol. 25**. Edusp, 2003

ROSANVALLON, Pierre. **Por uma história conceitual do político**. Aula inaugural na cátedra de história moderna e contemporânea do político. 2002

RUST, Leandro Duarte. **A Reforma Papal (1050 – 1150): trajetórias e críticas de uma história**. Cuiabá, MT: EdUFMT, 2013.

RUST, Leandro Duarte. **Bispos guerreiros: violência e fé antes das cruzadas**. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2018.

RUST, Leandro Duarte. **Os Vikings: Narrativas de violência na idade média**. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2021.

SALLES, Bruno Tadeu. **Constituir a amizade, romper os vínculos, estabelecer o compromisso: a dinâmica dos equilíbrios senhoriais sob a perspectiva das comendadorias templárias de Vaour, Richerenches e Bayle (séc. XII e XIII)**. 2013. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em História)–Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte.

SANTANNA, Débora Galvão - **O Pensamento Político dos Reis** - Análise das concepções políticas veiculadas por D. Duarte e D. Pedro (Portugal –século XV). Dissertação. Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro. 2010.

Santarém, Visconde de. “Introdução.” Ed. J. I. Roquette. D. Duarte. **Leal conselheiro, o qual fez Dom Duarte, seguido do Livro da ensinança de bem cavalgar toda sella, que fez o mesmo rei, o qual começou em sendo infante Paris: V<sup>a</sup> J.-P. Aillaud, Monlon e C<sup>a</sup>, 1854**

SCHIMITT, Jean C. **Corpo das Imagens**. Bauru: EDUSC, 2007.

SILVA, Ademir Luiz da. **O ideal cavaleiresco de São Bernardo em A Demanda do Santo Graal**. *Mirabilia: electronic journal of antiquity and middle ages*, n. 13, p. 27-57, 2011.

SILVA, Andréia Cristina Lopes Frazão da. **Reflexões sobre o uso da categoria gênero nos estudos de história medieval no Brasil**. In: Jornadas de Historia de las mujeres, 8 Congresso Iberoamericano de Estudios de Género, 3, 2006. Villa Giardino, 25 a 28 de outubro de 2006

SOUZA, Neila Matias de. **Modelando a cavalaria: uma análise da Demanda do Santo Graal (século XIII)**. 2011. Tese de Doutorado. unpublished doctoral thesis, Niterói: Universidade Fluminense.

SOUSA, Rafaella Caroline Azevedo Ferreira de. **O rei, os poderes e a literatura: virtudes e pecados na prosa civilizadora de D. Duarte e D. Pedro (Portugal–sécs. XIV e XV)**. Dissertação. Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro. 2013

ZIERER, Adriana. **A visão do diabo n’a demanda do santo graal**. A Religiosidade dos Celtas e Germanos - São Luis: UFMA/ Grafica Santa Clara, 2010.

ZIERER, Adriana. **O Nobre e o Rei: A Influência de Galaaz na Elaboração da Imagem de Nun’Álvares Pereira**. BRATHAIR-REVISTA DE ESTUDOS CELTAS E GERMÂNICOS, v. 7, n. 2, 2007.

ZIERER, Adriana; DA COSTA, Ricardo; OLIVEIRA, Solange Pereira. **Da ilha dos bem-aventurados à busca do Santo Graal: uma outra viagem pela Idade Média**. São Luís: Editora Uema, 2013.

ZIERER, Adriana. **D. João I, o iniciador da Dinastia de Avis entre a identidade portuguesa e a alteridade**. *Dimensões*, n. 33, p. 36-60, 2014.

ZIERER, Adriana. **Eleitos versus Pecadores: O Ideal Cavaleiresco N’a Demanda do Santo Graal**. *Revista Crítica Histórica*, v. 4, n. 7, 2013.

ŽIŽEK, Slavoj. **Violência: seis reflexões laterais**. Boitempo Editorial, 2015.